



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/veritas9341unse>

LAP

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre — Brasil

LIBRARY OF PRINCETON
JAN 25 1988
THEOLOGICAL SEMINARY

SUMÁRIO

PROF. PADRE JEAN-YVES CALVEZ S. J. — Aspectos Sociológicos do desenvolvimento nos novos Estados Africanos.	205
PROF. IRMÃO ELVO CLEMENTE — Mário Bernd e Apolinário Pôrto Alegre.	219
PROF. VALÉRIO ROHDEN — A consciência filosófica	237
PROF. ANTÔNIO FRAINER — Conceitos e caracteres específicos da espécie	241
ENG.º ANTÔNIO TAVARES QUINTAS — Gineceu, Pistilo e Carpelo	249
PROF.ª NOLA LONGO DE OLIVEIRA E OLGA WALDMAN — Avaliação do trabalho pré-profissional em dez grupos escolares de Pôrto Alegre, em 1961	253
PROF. TITO LIVIO FERREIRA — Interpretação ou explicação Histórica	296
O CURSO DE PSICOLOGIA E A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL	301
DR. MALOMAR LUND EDELWEISS — O relacionamento entre analistas	313

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

ADMINISTRAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

Preço anual	Cr\$	2.000,00
Número avulso	Cr\$	500,00
Exterior	US\$	2,50
Alunos da Universidade	Cr\$	1.000,00

Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT
Avenida Bento Gonçalves, 4314 — Pôrto Alegre

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL

TOMO IX

N.º 3 e 4



1964

Composto e impresso na EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT

Av. Bento Gonçalves, 4.314 — Pôrto Alegre

Brasil

VERITAS

1884

THE VERITAS COMPANY
NEW YORK

1884

1884



ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO NOS NOVOS ESTADOS AFRICANOS

Conferência proferida na P.U.C., dia 22-7-1964
pelo P. JEAN-YVES CALVEZ S.J.

Gravada e traduzida pelo Prof. *Dr. Hugo di Primio Paz*

De acôrdo com o programa já anunciado irei falar de aspectos relacionados com o desenvolvimento. Como não é possível falar de tudo ao mesmo tempo e para satisfazer, também, alguma curiosidade, que inclusive está presente no Brasil, tratarei de **alguns aspectos da evolução africana contemporânea**.

É, evidentemente, um pouco paradoxal, na América Latina que tem seus próprios problemas de desenvolvimento, falar exclusivamente de problemas africanos. Ver-se-á, talvez, a similitude, em relação a certos problemas sul-americanos mas também se vai notar a profunda diferença entre êles. Mas isso deixo eu ao juízo dos senhores mesmos.

O que gostaria de fazer seria bosquejar em largos traços algumas conclusões gerais, sublinhar alguns aspectos de conjunto da evolução social africana atual.

Farei isso que seria talvez quase um crime: enfocar as nações africanas como mero objeto de ciência. Não é esta a minha única atitude em relação à África, já que me interesso ativamente por ela, uma vez que lá tenho trabalhado, me tenho esforçado no estabelecer um instituto de formação e de pesquisa social. Mas creio que é igualmente muito interessante para os sociólogos olharem : África com certa isenção e descobrir nela caracteres profundamente originais do que se passa lá do ponto de vista do sociólogo.

É neste quadro que me será dado dizer também algumas palavras em tôrno a esta noção de "socialismo africano" que me foi indicada como tema de nosso debate.

Lembro-me que, quando fazia meus estudos de Sociologia e de Filosofia Social, um professor de Paris me dissera: "se o senhor quer aprender algo sôbre a sociedade humana, se quiser descobri-la de maneira experimental numa "espécie de juventude a partir do nada", vá a Israel. Lá encontrará um laboratório social em estado puro, uma sociedade maleável que se está fabricando com elementos daqui e dali com os quais se pode fazer um pouco de tudo à vontade".

Pois a África, assim como Israel, parece-me um notável laboratório social, porque lá se observam muitos fenômenos aberrantes e muitos outros fenômenos ordinários mas em estado nascente, na sua própria juventude. A êste título penso que ela merece ser estudada com muito interêsse.

Quero, pois sublinhar alguns traços originais das situações que

fazem assim, dos países africanos, êsse laboratório social ao qual me referi.

I. PRIORIDADE HISTÓRICA DO ESTADO SÔBRE A NAÇÃO

Primeiramente: O ESTADO NASCEU ANTES DA NAÇÃO. Parece coisa banal. Mas na realidade isso tem grande, muito grande alcance. As nações africanas, no fundo, não existem ètnicamente. De resto, que significaria "caracteres ètnicos de uma nação?... Mas quero com isto dizer que não há na África populações que se sintam como uma unidade de destino histórico já estabelecida e durável. No interior de cada país particular há multiplicidade de etnias, com caracteres físicos muitas vêzes diferentes. Nós, por exemplo, temos o hábito de chamar a todos os africanos de "negros", mas êles não se consideram negros e sabem que são de côres muito diferentes, que os europeus habitualmente são incapazes de distinguir (mas com a experiência a gente chega de fato a reconhecê-lo). Em vez de falarem de "homem negro" êles falam de homem "vermelho" "pardo", etc.

Multiplicidade ètnica, multiplicidade lingüística, o fato é que os estados que existem hoje têm fronteiras perfeitamente artificiais do ponto de vista ètnico. Fronteiras artificiais e acidentais. Artificiais porque freqüentemente cortam pelo meio uma etnia ou porque encerram em suas fronteiras etnias que não têm nenhuma relação entre si. Há, por exemplo, casos célebres o do povo (a designação africana não foi captada pelo tradutor) que foi partilhado entre o Togo e Gana, o que criou um problema político candente. Também o caso do Baixo Congo partilhado entre a República do Congo-Brazzaville e a do Congo-Leopoldville, são duas margens do rio, o que está na origem dos freqüentes litígios políticos entre estas duas repúblicas até hoje. Há outros exemplos que poderiam ser citados.

As fronteiras não são apenas artificiais, são também acidentais. Por que há uma "República da Costa do Marfim" e uma "República do Alto Volta" e não apenas uma só república? Porque dentro do marco de uma história administrativa muito complicada, êstes territórios foram sucessivamente unidos, depois separados, reunidos de nôvo, ainda outra vez separados e a última vez aí por mil novecentos e quarenta. Tudo isso dentro do quadro da administração francesa. Se, por acaso, a independência se tivesse verificado dezoito anos antes ou depois, com tôda essa mutabilidade de fronteiras administrativas, teria havido talvez um só estado em vez de dois. É algo de terrivelmente acidental.

Do **PONTO DE VISTA ECONÔMICO** TAMPOUCO AS NAÇÕES SE CONSTITUÍRAM. Porque, de modo geral, nas economias africanas não se pode falar de uma ultrapassagem verdadeira de economias de subsistência de muito fracas dimensões. Tampouco há espaços econômicos integrados proporcionais à escala de nações que foram fabricadas em cima do mapa. Certamente, há alguns pólos

de integração, pólos de economia modernas nascidas ao redor de cidades da colonização, habitualmente, mas, fora disso, as fronteiras econômicas são perfeitamente indiferentes. E assim permanecem. Não há zonas polarizadas. Se se estudam os intercâmbios, ver-se-á que se verificam habitualmente dentro de quadros geográficos muito limitados e que habitualmente não estão interligados numa região única que corresponda a uma nação.

Portanto, quer se considere o aspecto étnico, o aspecto econômico ou quaisquer outros, pode-se dizer que as nações não existem ou, pelo menos, quase não existem, ou que apenas estão querendo começar a existir, e que o ESTADO NASCEU PLENAMENTE ORGANIZADO, DE ALGUM MODO, ANTES DA NAÇÃO.

O que ainda reforça êste caráter é que, na maior parte dos estados da África (penso sobretudo, aqui, na África negra e não na África branca), o estado foi "dado", "recebido", "fabricado" ao invés de haver nascido do empreendimento dos naturais do país. Foi "dado" praticamente sem luta, uma luta que teria um pouco ajudado o comêço de uma nação. Em vez disso, a independência foi fácil demais, de certo modo, na África Negra. A conseqüência de tudo isso foi a prioridade do estado em relação à nação. Esta é uma situação muito anormal, ou, pelo menos, é uma situação muito aberrante, que destoa dos conhecimentos que temos do nascimento da maior parte dos estados, porque os estados não são senão a "formalização política", a disposição da forma de uma nação que tem já sua existência por si mesma de certo modo, que já tem subsistência social constituída e da qual o estado não é senão o acabamento um pouco formal.

Mas no nosso caso, foi tudo ao contrário: primeiro estava o elemento formal, o aparelhamento estatal estava plenamente desenvolvido, um aparelhamento estatal estilo século vinte, meados de século vinte, ao passo que no caso da maior parte das nações que nós conhecemos, o aparelho do Estado se foi constituindo lentamente, se foi aperfeiçoando. Nações européias, há praticamente um século, estavam muito longe de grau de perfeição que atinge o aparelhamento estatal de uma nação africana contemporânea. É, pois uma situação anormal, aberrante, mas que também se pode revelar muito promissora.

É sôbre êste último ponto que gostaria sobretudo de insistir. Muito promissora porque isso justamente nos dá uma capacidade extraordinária de fazer o inédito a partir do nada, de uma "tábula rasa". A nação está por fazer mas se pode fazê-la como se quiser. Poder-se-ia fazê-la a partir dêste aparelhamento estatal muito melhor do que as construções nacionais espontâneas sôbre as quais está presente um pêso de história muito premente que não permite a maleabilidade que em princípio se pode verificar na África. Aí está um dos aspectos que mais chama a atenção no que diz respeito à África negra.

É verdade que também há o reverso da medalha. Há um outro lado. Como o estado existe antes da nação — e também por causa disso — pode-se dizer que se verifica um grande divórcio, uma distância muito grande entre o esquema de racionalidade, o esquema do modelo de ação que reina no aparelho do estado e aquele que vive no conjunto da sociedade tradicional que ainda não se transformou ou quase ainda não se transformou. Esta sociedade tradicional é capaz de sobreviver e sobreviverá por muito tempo ainda em muitas regiões. E ela é muito capaz de penetrar dentro do modelo de ação, mesmo dentro dessas aparentes sociedades modernas que constituem o aparelho do Estado e de paralisá-lo sob muitos aspectos, nêle inserindo réplicas dessas sociedades tradicionais. E esta transposição no interior do aparelhamento do Estado chama-se "tribalismo" ou, melhor ("tribalismo" é algo que na verdade não existe: é uma má expressão para designar a realidade dos fenômenos sociais contemporâneos), "clamismo", "clamismo" que se torna um "clientelismo", "paternalismo estatal de tôdas as formas e tudo isso tende a instituir no aparelho do Estado. É o reverso da medalha, mas deve-se admitir que, ao mesmo tempo, o fato de o Estado se haver constituído antes da nação lhe dá uma como que capacidade nova que não têm os estados das velhas nações. E tampouco, provàvelmente, nas nações sul-americanas.

II. A IDEOLOGIA

Desta situação decorre o desejo — é o segundo traço característico da atualidade — de forjar uma ideologia. Uma ideologia a partir do Estado. Queiram seguir meu pensamento. Já que o Estado é a única fôrça moderna que está presente antes de tudo, tem o Estado necessidade de apresentar a si mesmo, primeiro e de apresentar a todos o projeto da construção social. E é a isso que se chama na África uma ideologia, tão sòmente. É um projeto de construção da sociedade e da nação, visto que o Estado, não só surge antes da nação como se constitui antes da estrutura social moderna, veio antes de um sistema de pensamento racional moderno e cumpre que êle projete tudo isso. Êle é antes um fragmento dêste pensamento racional moderno.

Registra-se, pois, na África, êste fenômeno igualmente bastante estranho que o que importa em primeiro lugar é ter uma ideologia. Mas qual? Isso se se pensa a seguir. Não é coisa que tenha muita importância, de certa maneira. Em certo número de textos escritos por africanos a propósito do socialismo africano ou outra coisa, encontra-se êste raciocínio. No tipo de nações africanas, refletindo sôbre a sua estrutura, percebe-se a necessidade de uma ideologia, isto é, a necessidade de uma elaboração racional, pensada, sob forma de maquêta da construção que se quer empreender. Não se começa, por exemplo, a sentir socialista para dizer a seguir que o socialismo é uma ideologia, nem para dar ao sociólogo que obser-

va a situação a ocasião de dizer que isso é uma ideologia. Não. Pensa-se primeiro, faz-se a demarche intelectual que consiste em passar pela idéia da necessidade de uma ideologia e, uma vez esta necessidade estabelecida, começa-se a procura de uma ideologia possível.

Eu poderia citar-lhes longas frases de textos saídos, por exemplo, de um grupo de estudos socialistas do socialismo africano em Dacar nos quais isso está reproduzido em estado puro. Havendo estabelecido o princípio da necessidade de uma ideologia, passa-se a buscar qual será ela.

Não insistirei nisso de momento. Direi adiante algumas palavras mais precisas sobre o socialismo africano e suas variedades. Mas isso já dá a indicação de como êle se situa, ou melhor, como é que êle se fabrica. É sobremodo interessante.

No fundo, na África, os processos sociais se operam segundo um formalismo total. O formalismo dos livros, que o observador possui, lá está nas próprias coisas. Isso, segundo meu modo de ver, é um dos traços mais extraordinários da situação africana.

Daí, igualmente, o fato de que a ideologia (faamos ainda dela) deve, não somente ser fabricada pelo Estado — ela não é considerada como uma conjunção espontânea de idéias surgidas no seio do povo, não, ela é considerada como algo que é fabricado pelo Estado e em seguida, a partir do Estado, difundida, ensinada através de toda a população. Este esforço tem sido realizado sistematicamente em alguns estados africanos, principalmente no Senegal onde tal fato foi mais sistemático, mas também se pode notá-lo no Mali, em Gana, em certa medida e também na Guiné.

III. A PLANIFICAÇÃO

O terceiro traço, que desejaria acentuar, é de que, assim como se atribui em África um papel imenso ao Estado — e nem se poderia deixar de fazê-lo porque no fundo é êle que existe, e da mesma forma como se atribui um papel imenso à ideologia, assim, da mesma maneira, atribui-se um papel imenso à planificação. E se deseja que toda a população participe da planificação E isso me parece muito justo pois na maior parte dos outros países, elaboram-se planos econômicos por via do trabalho dos peritos, os planos são realizados mais ou menos segundo a capacidade do executivo; outras vezes faz-se com que êles, os planos, desapareçam dentro das gavetas... Em suma, planos ou documentos dos quais têm conhecimento apenas um certo número de funcionários competentes que são capazes de realizá-los. E essa é uma das razões da fraqueza da aplicação da planificação.

Mas, na África, tem-se pensado, na maior parte dos casos, que era absolutamente necessário que os objetivos de um plano deveriam verdadeiramente ser partilhados por toda a população, difundidos por toda a população, mesmo por uma população atrasada.

analfabeta, e supõe-se que êste esforço deve ser empreendido e é mesmo uma das condições do sucesso do plano. Talvez êste seja um dos aspectos mais importantes precisamente porque êste é um modo de pensar a sociedade que reputo dos mais importantes.

Êstes planos têm muitas possibilidades de serem frustrações dadas as condições primitivas, praticamente a partir do nada, das estruturas sociais. Sòmente dentro de anos, depois do quarto ou quinto plano quinquenal, terão êles começado, realmente, a assumir o aspecto de planificação efetiva, refinada. O que importa notar é que são ensaios de projetos que o Estado faz para a Nação, e elementos de projetos que, como a ideologia — que é mais geral — devem ser participados por todo o mundo em vista da criação da própria nação.

Esta presença de projetos em estado puro na sociedade africana é um traço intelectual essencial da vida política ou social africana.

Poderia acrescentar um pormenor a propósito da planificação e é isso que a planificação na África tem sido aceita e adotada por todo o mundo sem a menor objeção. Não se conhece caso em que tenha havido discussão sôbre a idéia de planificação como tal. Não se conhece nenhum dos precedentes verificados seja em países europeus, em países americanos. Na Europa, por exemplo, no interior do Mercado Comum Europeu, como os franceses e os alemães nem sempre estão de acôrdo sôbre os têrmos, não se diz "planificação", diz-se "programação", buscam-se têrmos muito prudentes para falar de certas coisas que em alguns meios são um pouco explosivos... Mas na África, nada disso. Ao contrário, parece óbvio que o primeiro gesto de um estado na situação peculiar já mencionada, seja o de fazer planos de experiências de laboratório.

Mas esta planificação que parte inteiramente do Estado tem tendência, é um dos seus caracteres notários — a ser primeiro e sobretudo uma planificação das despesas do Estado. Refere-se muito pouco aos setores livres, enfim, refiro-me aos setores rural, agrícola tradicional, os quais ainda não se sabe bem como integrá-los tècnicamente no interior de um plano. É um dos seus defeitos. A tendência espontânea é a de planificar as funções do Estado, suas despesas. Aí está a maior parte da planificação,. Por esta mesma razão ela se refere às despesas de infraestrutura. Demais, até. Sobre tudo os primeiros planos que se fizeram, como os da Guiné, de Gana e de muitos outros. Creio que são exageradamente planos de infraestrutura. Por esta razão, toma-se um país como se fôsse uma carta geográfica e começa-se a desenhar os rios, as estradas e as vias férreas. O que não é o curial do ponto de vista econômico. Será interessante para o professor que explica Geografia Econômica, mas para a realidade viva de uma economia, não é certo que isso seja sempre o melhor método. É uma das tentações que surgem quando se está um pouco assim em situação de "tábula rasa" ou, pelo menos, se crê em tal estado. Digo que me parece não ser êste

o melhor método, porque, em termos de economia a longo termo, cumpre calcular os desperdícios econômicos por um período muito longo, por cinquenta anos. E se se fizer o cálculo da rentabilidade por êsse período, é muito possível que o estabelecimento prematuro de certos tipos de infraestrutura venha a representar um golpe irrecuperável. Isso é muito possível, ao passo que pode-se pensar que se os esforços se dirigissem para os setores produtivos, mesmo com a ausência de certos elementos de infraestrutura que, no ponto de partida pareciam muito necessários, chegar-se-ia necessariamente ao ponto de que aquêles outros aspectos secundários viriam a se estabelecer na devida oportunidade. É um ponto que se discute entre os economistas, mas eu penso que os africanos insistiram demais no comêço naqueles aspectos mais secundários. Já começam, entretanto, a matizar esta tendência nos planos mais recentes.

IV. O PARTIDO ÚNICO

Outro traço característico, — é o quarto — da situação político-socioial dos países africanos é o "partido único". Gostaria de fazer a respeito algumas explicações. Primeiro sôbre o que se verifica e, segundo, o que significa de originalidade grande o partido único nas nações africanas contemporâneas.

Em primeiro lugar, não se pense que o partido único exista de maneira geral em tôdas as nações africanas. Refiro-me sempre à África Negra. Cumpre em primeiro lugar afirmar que, segundo creio, o partido único não existe **legalmente** em nenhum Estado. Isto quer dizer que não há em nenhum Estado nenhuma proibição constitucional, jurídica, de fundar outros partidos. Mesmo em Gana onde se foi muito longe em matéria de medidas administrativas para interditar outros partidos, mesmo aí não há disposições legais interditórias pròpriamente ditas. Nos outros países, certamente, nada existe do ponto de vista legal contra a fundação de outros partidos. O fato é que os africanos não gostam muito que se fale demais em partido único. Preferem êles a expressão "partido dominante".

São partidos "estabelecidos" em número limitado em certos países como a Guiné, o Mali, o Alto Volta, a Costa de Marfim, Gana, em total de cinco que podem seguramente ser apontados. Já na África do Leste, não, como tampouco na África Central.

Mas em tôda a parte há uma tendência, para realizá-lo. Alguns ensaios de partido único podem ser notados no Senegal, no Camerum, no Congo-Brazzaville, no Congo-Leopoldville há muita confusão, e em outros países. É uma tendência.

Que significa esta tendência? Não significa que o partido único seja o fruto de uma convergência da opinião do interior do país. Dito de outro modo, não significa um processo vindo de baixo. Mas trata-se de um partido único concebido em estado puro como um "instrumento". É partido único pensado "a priori" e que se vai

realizar depois. E nos países em que a coisa já estava realizada de antemão, isso se deve (Guiné, Mali, Costa do Marfim, etc.) a uma razão accidental. É porque se trata de países onde existia antes um só partido com secções territoriais diversas que era o R.D.A. "Rassemblement Démocratique Africain" que era o grande partido africano de língua francesa do após-guerra e que se constituiu em estreito relacionamento com o Partido Comunista Francês. Isso não significa absolutamente que o R.D.A. fôsse comunista. Não o foi. Nem mesmo a aliança parlamentar que vigorou por algum tempo com o Partido Comunista foi bem cedo interrompida e o R.D.A. se tornou bem independente do partido comunista. Mas o que houve, e é o que explica a existência de partidos únicos em certos países da África e somente nêles, é que êste partido, o R.D.A., recebeu, para a sua criação, uma ajuda técnica do Partido Comunista Francês e assim foi construído sobre o modelo do Partido Comunista, com, exatamente, o mesmo rigor de organização, a mesma idéia de partido único que é insistente no partido comunista e isso tudo deu como efeito uma organização muito forte que perseverou através da independência e que, no momento desta se verificar, era a única organização política.

Isso, entretanto, paradoxalmente, muito pouco tem a ver com ideologia. Se bem que o R.D.A. tivesse estado ligado ao partido comunista no ponto de partida, foi tão somente organizado como o partido comunista. E tem pouco a ver com a ideologia comunista porque nos países que se fragmentaram, as secções daquele partido comum o R.D.A. se tornaram outros partidos que, se bem saídos do mesmo R.D.A. apresentam profundas diferenças. Não há coisa mais distante entre si, do ponto de vista ideológico, que o R.D.A. da Costa de Marfim, hoje liderado pelo senhor Houphoël Boigny, e o Partido Democrático da Guiné, o P.D.G. que também saiu do mesmo R.D.A. A mesma estrutura técnica de partido único saída do mesmo tronco comum, mas ideologicamente diferentes.

Tudo isso é para dizer que, com exceção dêste caso do R.D.A., que se formou antes da independência e que, portanto é um caso muito particular, o que se encontra é, antes, uma simples tendência que resulta de uma teoria sobre a necessidade de um partido único como "instrumento" previsto a priori para agir em vista da formação da nação nascente.

Êste instrumento é visto como necessário tanto para a integração nacional, pois considera-se que a existência de diversos partidos venha a ser o reflexo de diversas entidades étnicas, com o que haveria o perigo de reforçar, em vez de atenuá-la, a anterior fragmentação, como, em segundo lugar, se considera necessário para o enquadramento de um estágio de desenvolvimento porque o enquadramento administrativo é forçosamente eficiente, o enquadramento econômico quase não existe e então, pensa-se que o enquadramento um pouco polivalente e político representado por um partido único permita assegurar melhor o enquadramento nacional.

Poder-se-ia acrescentar que o partido único também é compreendido como um instrumento destinado a favorecer a comunicação no interior daquelas sociedades. Penso "comunicação" no sentido em que é empregado pelos sociólogos americanos num livro sobre a política nos países em desenvolvimento que os senhores talvez conheçam e que vê na função de comunicação uma das funções políticas essenciais, uma função política em que o analista americano ou europeu nem sempre pensa muito espontaneamente porque pensa-se muito mais nas funções clássicas da política, definidas segundo os esquemas dos manuais de direito constitucional, como se estes da existência de um bom instrumento para a formação das leis, um bom instrumento para a função do executivo, etc.

Estes autores notam com justeza que nos países em via de desenvolvimento, de formação, de passagem para o estado nacional mas que ainda não o conseguiram plenamente, a função de comunicação é essencial, entendida como circulação interior de opiniões, de decisões das autoridades que vêm de cima para baixo e que, vice-versa, sobem de baixo para cima, de tal modo que este processo de comunicação poderia ser desempenhado pelo partido único. É assim que se concebe esta significação de partido único, concebido assim, a priori, como instrumento e querido como tal.

Isso significa que o partido único não é forte: ao contrário, ele é fraco. Porque é inteiramente "fabricado". Às vezes, quando se fala em regime de partido único, imagina-se que isso é que dá força a tal regime e que ele é que sustenta todo o resto. Não, na África as coisas são todas ao contrário. É o poder do Estado, ou o poder dos líderes mais ou menos carismáticos que estão à testa do Estado, é o poder desses homens, seu influxo, seu dinamismo que sustenta o partido único, o qual é instrumento deles, eles o fabricam, e são constantemente obrigados a sustentá-lo. Isso é de fato original no que concerne ao partido único na África.

Mas há países africanos onde há pluripartidismo. Nesses o sistema funciona à semelhança dos países europeus e americanos. São, em tal caso, agrupamentos, associações que têm força por si mesmas, que não são sustentadas do alto, sustentam-se por si mesmas. Mas onde há partido único, este é muito mais fraco que os diversos agrupamentos que constituem o sistema pluripartidário.

V. A POLÍTICA ESTRANGEIRA

Outro traço original da sociedade africana contemporânea (tomo-a sempre em sua totalidade econômica, política e social) que se poderia sublinhar é o lugar que se atribui nela à política internacional e a sua significação. É um aspecto que chama muito a atenção do analista sociólogo.

Primeiramente, os países africanos praticam uma política estrangeira diretamente ao nível internacional. Entendo por isso o nível

multinacional, o nível das organizações internacionais. Esta tem grande prioridade porque eles notaram que a independência obtida por via de negociações bilaterais com potências europeias particularmente não era tal nem inteiramente verdadeira senão a partir do momento em que tinham acesso a essa grande sociedade dos estados, a Organização das Nações Unidas, a O.N.U. Têm eles a impressão de nascerem nacionalmente ao adquirirem existência internacional, pelo reconhecimento internacional. Somente aí é que se sentem adultos, não antes, mesmo se tivessem sido reconhecidos independentes pelos países europeus colonizadores, pois nesse caso sentem-se um pouco como o filho que cresceu e ao qual foi dado um pouco mais de liberdade. Mas a adesão à O.N.U., pelo menos no início — não já agora, porque esta admissão na O.N.U. tornou-se banal pela extrema facilidade — tinha uma importância capital para eles.

Ao mesmo tempo, por causa de suas necessidades econômicas, conhecendo as dificuldades do bilateralismo, cuidam de entreter um multilateralismo e esperam que as organizações sejam capazes de favorecer o desenvolvimento do multilateralismo através da ajuda internacional.

Mas deve-se também registrar que, ao mesmo tempo, não só a política exterior tem acesso a um nível internacional, como também sua política exterior "tout court" é algo de muito importante para a vida deles. Ela ocupa muito lugar, custa muito dinheiro, mobiliza muitos homens de maneira absolutamente desproporcional (segundo o modo de ver europeu) ao montante de seus recursos, ao nível da qualificação de suas elites, e à importância dos problemas que devem resolver com países longínquos. Estabeleceram desde o começo representações diplomáticas muito pesadas e lhes atribuem muita importância.

Tudo isso é a consequência de uma situação em que a situação política interior ainda não é densa, pois a atividade política no interior desses estados não é muito intensa. Não há, no fundo, muitas opiniões diversas formadas e é por isso que um partido único pode-se instalar com tanta facilidade porque não há pluralismo de opiniões nem de partidos, nem muita tradição interior. Tudo isso faz com que esta vida política interior rala leve os líderes a investirem seu capital de ação política diretamente a um nível internacional. Têm os africanos uma elevada consciência de sua participação na gestão da comunidade mundial e sob certos respeitos isto lhes parece ainda mais importante do que a independência de suas próprias nações ou do que a criação de suas próprias nações. Muitos estados africanos obtiveram a independência com a impressão de que não se tratava da independência "para eles" em particular, para sua nação, e que isso só teria sentido no interior de um panafricanismo em vias de fazer-se, que isso não teria sentido senão no interior de um movimento de transformação mesma de toda a comunidade mundial e esta independência, esta liberação, esta "desalienação" — se se quiser —, culturalmente falando, é uma espécie de premissa de uma re-

novação de toda a comunidade mundial. Com tal mentalidade encararam a independência. Alta consciência, pois, de sua participação na gestão dessa comunidade. Foram desde cedo cidadãos do mundo. Claro, isso se refere aos líderes políticos, o que se explica pela biografia de muitos deles.

Um grande número deles, sobretudo nos países de língua francesa, foram chamados a participar da vida política da metrópole antes da independência, foram deputados em Paris, outros foram membros do parlamento, muitos foram até ministros, mas não ministros de assuntos africanos, porém para se ocuparem de todos os negócios dos países europeus como a França, e portanto para discutirem problemas como o da organização da família francesa e muitos outros e, assim, estiveram associados a negócios internacionais de certa amplitude. Ora, quando foram chamados a liderarem seus próprios países africanos tiveram a impressão de que era coisa "pequena"... E conservam o gosto dos grandes empreendimentos. E creio que este aspecto biográfico está na raiz de sua projeção no plano internacional.

Não que isso traga inconvenientes. Julgo apenas com objetividade: há o lado positivo como também o negativo. No que concerne à política exterior, isso é muito notável. Pode-se encontrar um testemunho disso num livro como no de Mamadou Dia que foi ministro do Senegal até 1962 e que tem por título "Nations africaines et solidarité mondiale". Este livro pretende ser uma definição do nacionalismo africano por meio do internacionalismo pretendendo mostrar que o sentido das nações africanas está na contribuição para uma comunidade mundial. É um dos elementos fundamentais do socialismo africano.

PROBLEMAS DECORRENTES

Depois deste traçado geral gostaria de evocar alguns problemas, algumas dificuldades que podem resultar desta situação paradoxal para o futuro. Serei breve, em todo o caso não pude falar do socialismo africano como teria gostado de fazer mas talvez venha a ser mais detalhado quando vier a responder as perguntas dos senhores.

Gostaria de evocar algumas dificuldades surgidas de problemas atuais em perspectiva para estas nações africanas.

Primeiramente, para desempenharem o papel que lhes está historicamente reservado, o aparelho do Estado — creio que devo falar aqui de "missão histórica assás extraordinária pois foi por meio dele que a independência se verificou —, os homens que o constituem devem ser excepcionais, devem estar excepcionalmente votados a um espírito de modernização. Ora a grande dificuldade será essa de que a sociedade tradicional pesa ainda com muito vigor. Seu esquema de ação, sua mentalidade, seu sistema de deveres e de obrigações, todos estes aspectos da sociedade tradicional

pesa e está presente no interior do aparelho do Estado moderno.

E estas obrigações de caráter familiar, clâmico, são muito fortes e não há fugir delas, nem moralmente, pois haveria o sentimento de violar algo de muito essencial. Nem mesmo fisicamente pois há um enorme risco no tentar escapar à tradição. Inclusive de envenenamentos, de feitiços. Tais fenômenos se haviam atenuado no período colonial, mas agora, depois da independência os envenenamentos e feitiçarias vieram com demasiada facilidade à superfície e estão pesando nos homens que estão encarregados do governo e da administração.

F. é um homem fortemente ligado à tradição africana que teme os feiticeiros, que teme os maus preságios. Por exemplo, jamais toma um avião porque um dia lhe disse um feiticeiro que "êle havia de cair do alto"... Isso pode significar muitas coisas, mas êle decidiu nunca mais tomar um avião...

O Presidente do Congo-Brazzaville é um homem que vive nesta mentalidade de temor de bruxaria. Isso explica o peso das obrigações de origem familiar, etc. clâmica que, quando entram na esfera do estado, evidentemente tendem a neutralizar a administração e acarretar uma aparente corrupção. Digo "aparente" porque ela só é corrupção segundo o ponto de vista da modernidade, mas não o é do ponto de vista mais estrito dos homens da sociedade tradicional. Em todo o caso, tudo isso pesa, de evidente, sobre o pessoal do estado, com toda uma série de problemas muito graves e importantes que se tem de enfrentar na África e que se seguirá tendo de enfrentar.

Em segundo lugar, quanto a ideologias, há uma muito profunda ambigüidade em relação a essas ideologias africanas. Porque elas têm por fim a modernização do país, a criação de economias modernas e, ao mesmo tempo, para assegurarem a originalidade da construção que querem empreender, são levados a desenharem esta criação nova que querem seja verdadeiramente africana, apelando para um retorno a um passado tradicional longínquo, mais ou menos longínquo ou muito pouco moderno, e assim, penso que está aí uma ambigüidade muito profunda que pode levar a crises de caráter tradicional, fundamentalista. Algo assim como se observou na Europa tradicional no momento da revolução industrial.

O partido único suscita problemas porque sempre se pode perguntar (há pouco já expliquei como é que êle foi concebido, sua prioridade histórica sobre a nação) se êle de fato desempenha seu papel. Porque há a tendência de vir a ser a réplica de um sistema clâmico que não abandona a base de uma realidade étnica estreita. No partido único há extrema facilidade de se transformar em instrumento de dominação de um grupo étnico sobre o conjunto de outros grupos étnicos. E quando isso não se verifica, outro perigo está em que o partido único se transforme em casta fechada, não acolhendo outros elementos mais jovens, que suscitem desconfianças, porque podem trazer tendências ideológicas diversas e, pois, há

pouca, muito pouca democracia no interior dêesses partidos. Ora, é uma condição absoluta de sobrevivência, de validade para um partido único a de ser ele aberto, constantemente acolhedor de tudo que possa haver de bom em matéria de forças sociais modernizantes. O perigo está em que ele se feche.

Ora, tôdas as pequenas revoluções que, nos últimos anos se produziram em cinco ou seis repúblicas africanas representam a defesa crispada do grupo de homens instalados no poder e que constituíram a primeira elite moderna do país e que se dão conta de que há a proximidade de outras elites mais modernas, com formação relativamente diferente, muito mais completamente ocidentais, mais européias, quando a primeira geração é constituída de homens com meia formação européia racional, que ainda foram habitantes das aldeias do interior, de vida clâmica, às vêzes com formação secundária, parcial ou modesta formação universitária ao contrário das gerações mais jovens que vêm chegando, tanto mais que muitos dêstes jovens são completamente "desenraizados", não tendo jamais convivido dentro do sistema tradicional de onde se afastaram quando ainda muito meninos, com apenas dez ou onze anos, nunca mais tendo retornado aos seus ambientes natais, e de fato mais ignorantes da realidade africana que muitos observadores exteriores. Isso acarreta muitos problemas e, aos olhos dos mais velhos que estão atualmente no poder, êsses jovens aparecem como muito pouco africanos, muito contaminados de culturas estrangeiras, demasiado racionais, ainda quando tenham adquirido esta cultura em universidades africanas mesmo porque tais universidades estão situadas em cidades artificiais que pouco contato têm com o país tradicional. Dakar, por exemplo, para muitos africanos é tão estrangeira como Paris. E esta diferença entre as duas camadas de elite é que tem acarretado tantas conspirações, choques e complicações políticas dos últimos anos.

De um modo muito geral, a propósito das ideologias, já se pode perceber que, pelo modo como foram concebidas está sempre presente o perigo do estatismo, o perigo de entregar tudo em mãos do Estado. E como fazer, de resto, de outro modo? . . . Pois parece que não há outro meio, já que o Estado foi o primeiro a ocupar o lugar de uma força social de tipo moderno no conjunto do espaço social dêesses países. Ao lado dêste grupo estatal que está praticamente sozinho, a outra organização é a Igreja. E o fato de serem apenas estas duas forças a ocuparem o espaço social traz consigo o perigo de conflitos sociais muito graves, pois há áreas de fricção onde se verificam competições inevitáveis. No dia em que o processo de modernização ensejar a constituição de outros centros de forças sociais mais diversificadas haverá menos probabilidade de choques entre estas duas mencionadas, mas, atualmente o perigo está presente. O perigo do estatismo.

O perigo, no fundo, é o formalismo, isto é, numa situação onde tudo está por fazer, onde tudo é tábula rasa, maleável, onde tudo

está por modernizar, surge a tentação de se contentar com puros esquemas, planos, formas, com êstes instrumentos pensados a priori, como fabricados em laboratórios. É a grave ameaça para as sociedades africanas, porque em lugar de começar os trabalhos básicos como o de transformar a agricultura das aldeias para pouco a pouco integrar as experiências, reunir resultados obtidos parcialmente, em lugar disso, há muitos homens para ocuparem os bureaux das capitais, mas não há os que vão trabalhar praticamente no próprio campo. É o perigo da formalização, de pensar quase tudo sociològicamente, e não se pensa praticamente em têrmos de verdadeiro govêrno. Pois o govêrno dos homens não é a sociologia e não há plano perfeito que tome o lgar da sociedade real. Assim há o perigo de se permanecer no terreno de projetos muito belos, com estrutras estatais muito bem acabadas, mas com a realidade social muito pouco transformada na verdade. Aí está o perigo do formalismo. As possibilidades são muito grandes e muito belas, porque a originalidade destas situações é total. Mas as sociedades reais são muito fracas para poderem superar o formalismo.

É a ameaça de continuar a forjar planos muito bons, de construir muito belas capitais, far-se-á uma política exterior muito intensa, mas o país real, interior, continuará negligenciado, e a elaboração dos planos levará sempre a melhor sôbre sua respectiva execução.

Aí estão algumas observações que muito bem poderiam ser tachadas mais de jornalísticas do que pròpriamente sociològicas sôbre o conjunto das nações africanas sobretudo negras. Terreno de originalidade extrema, com perspectivas que nem sempre se apresentam felizes. Muito interessantes, em todo o caso, porque a oportunidade de conhecê-las pode contribuir para servi-las.

—ooOoo—

MÁRIO BERND E APOLINÁRIO PÔRTO ALEGRE

Discurso de posse na ACADEMIA RIO-GRANDENSE de LÊTRAS pelo Prof. Irmão Elvo Clemente, no dia 25 de setembro de 1964.

Conduzido pela mão do acadêmico Hugo Ramírez entramos para este cenáculo de letras. Não é sem emoção que tomamos a palavra neste instante em que os ilustres confrades e numerosos amigos nos recebem neste sodalício.

Entrar para a Academia Sul-Rio-Grandense de Letras representa para nós uma grande elevação e uma distinção sem par. Nós, membro de uma Congregação religiosa que faz da humildade a base da sua construção espiritual, sentimos o valor do gesto e a exigüidade dos nossos recursos. Retribuímos esta honra e esta homenagem à benemérita Congregação dos Irmãos Maristas a quem devemos a nossa formação religiosa, cultural e profissional. A ela cabe e a mais ninguém o significado deste gesto, senhor presidente, caro padrinho e distintos confrades. Aceitamos, este ato em homenagem aos nossos superiores e como tributo de saudade aos inesquecíveis pais que tudo fizeram para a realização desta nossa vocação.

Eis-nos no grêmio da Academia Rio Grandense de Letras, na cadeira de Apolinário Pôrto Alegre, ocupada até o dia 16 de maio de 1956 pelo acadêmico Mário Bernd, nosso mestre, na Faculdade de Filosofia e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

É chegado o momento de prestar um culto de nossa saudade ao mestre, Prof. Mário Bernd. Conhecemo-lo no alvorecer da nossa vida universitária, fevereiro de 1943, no exame vestibular de língua grega. Depois foi nosso catedrático de língua e Literatura Grega durante os anos de 1946 a 1949. Anos inolvidáveis nas retinas de nosso afeto. Aulas de grego em que passavam por nós as maravilhas da língua da Hélade com a sua sonoridade e com a fineza do seu encanto. O vasto conhecimento do mestre era o estímulo constante para a turma atenta dos discípulos. Leitura e exercício nos velhos textos homéricos perpassavam nas horas sempre exíguas para a facúndia do mestre e sede do saber dos alunos. Nas aulas de Literatura Grega o mestre crescia sobremaneira. Adentrava nos valores estilísticos da Ilíada e da Odisséia. Remontava às origens da Anábasis. Sondava os valores humanos da Tragédia e da Comédia.

Abeberava-se na graça primitiva do lirismo de Safo e de Píndaro. Ademais de professor erudito e fecundo era o amigo de todos os seus alunos. Compreendia o lado humano de cada um, sabia chegar-se e consolar as tristezas que por vêzes nos visitavam.

Em tôdas as suas atitudes de catedrático provecto via-se a alma do cristão e do apóstolo. Cumpria sem respeito humano os seus deveres religiosos. No início das aulas fazia oração a fim de elevar a Deus os nossos pensamentos e pedir-Lhe o socorro. Nas suas preleções não perdia nenhuma oportunidade para deitar o "granum salis" da boa referência, do pensamento que elevava e da palavra que recordava "a grande dignidade do Cristão". Mário Bernd sabia dar o toque do sobrenatural em tudo quanto passava por suas mãos.

Permitam-me, senhores, que ainda alonguemos por instantes êste preito da saudade ao homenageado da turma de bacharéis em Letras Clássicas do ano de 1948. A homenagem ao mestre foi espontânea e, se houvesse uma imposição, seria a da simpatia e do respeito.

Mário Bernd fôra o nosso mestre durante três anos na Pontifícia Universidade Católica. Era o confidente das nossas iniciativas e o encorajador dos bons empreendimentos como fôra o da fundação da Academia Literária Rui Barbosa no dia 17 de agosto de 1946. Nos bancos universitários ou nas cátedras das nossas escolas tivemos sempre um amigo sincero e devotado à causa do bem e da verdade, na pessoa do professor de Língua e Literatura Grega.

Mário Bernd nascido a 15 de agosto de 1899 em Itaqui, revelou-se desde logo na sua vocação às letras. Foi ao Seminário Central de São Leopoldo onde bacharelou-se em humanidade. Ingressava após na Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre onde veio a doutorar-se em 1925. Clínico, não deixou os estudos. Continuou a estudar incansavelmente tanto no campo das letras como no campo das ciências. Conquistou a cátedra de Química Fisiológica na Faculdade de Medicina após uma batalha homérica. Escreveu numerosos trabalhos científicos dentro da Ciência Médica. Foi convidado a ocupar a cátedra de Língua e Literatura Grega ao se criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que exerceu até a sua morte em maio de 1956.

Dentro da cátedra escreveu diversos artigos de valor literário entre os quais podemos mencionar "A Questão Homérica", publicado nos Anais da Faculdade, em 1943.

O seu amor às letras manifestou-se sobremodo pelo ingresso nesta Academia Rio Grandense de Letras ocupando a cadeira n.º 6, de Apolinário Pôrto Alegre. Escreveu o elogio ao mestre Apolinário, publicando-o nos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia. São páginas de real valor literário e que nos traçam a trajetória do imortal solitário da Casa Branca.

Não quisemos fazer nestas poucas palavras o elogio completo

do nosso mestre e predecessor nesta Casa. Quisemos lembrar, apenas, alguns tópicos da sua operosa existência para o bem dos seus alunos e clientes, como também da sua família que sempre foi a grande paixão de sua vida.

Muito e muito teríamos que relatar em louvor do sempre lembrado acadêmico Mário Bernd, as poucas linhas aqui ficam como o primeiro preito de saudade que nós lhe tributamos no limiar desta casa para a qual êle nos convidou pela primeira vez em maio de 1954. Agora, dez anos passados, o desejo do mestre se cumpre numa circunstância tão grata ao nosso coração.

Mário Bernd, nesta cadeira da Academia Rio Grandense de Letras, por vós honrada e dignificada, procuraremos elevar sempre mais os vossos ideais de arte e de religião, de consciência e de vida consagrada aos grandes destinos da comunidade.

Entramos nesta Casa pela mão do acadêmico Hugo Ramírez, o homem devotado ao estudo das letras rio-grandenses, do admirável e incorrigível promotor da Poesia Crioula que tanto procura enaltecer a alma da nossa terra. Nada melhor do que nosso padrinho para nos conduzir à cadeira de Apolinário Pôrto Alegre. Aquêlê notável "Vaqueiro" das letras gaúchas, nascido em Rio Grande a 29 de agosto de 1844 e falecido nesta cidade a 23 de março de 1904, nos seus 60 anos de existência e nos 60 de sobrevivência, é um farol a iluminar a rota de quantos enfrentam o "mare magnum" das nossas letras. Não é sem temor que enfrentamos a figura máscula do homem que foi tão polímorfo em sua vida tão curta e tão repleta de realizações. Teve as suas horas felizes. Conheceu os açoitamentos da desgraça a festejar-lhe a frente juvenil em 1861 pela morte do progenitor. Deixa então os bancos acadêmicos do Largo São Francisco, na Paulicéia e volta aos pagos para tomar a direção da família. Os seus ombros arcam com a grande responsabilidade. Seu cráter amadurece. Ei-lo professor, colaborador do mestre José Pedrosa. O magistério é o seu sustento e a sua razão de ser.

Funda o Colégio Riograndense para transformar-se anos depois no conceituado Instituto Brasileiro. A sua vida é repartida entre as ocupações da direção do estabelecimento do ensino, a cátedra, o jornal, a Sociedade do Partenon Literário e a família. Vida empenhada na consecução de tantos ideais e tão retalhada de ocupações. Além disso sobravam-lhe vagares para a literatura: o romance, a poesia, a filosofia e a polêmica.

O ano de 1891 foi-lhe um acervo de amarguras: perdeu a filha idolatrada e a esposa estremecida. A vida do lutador estava quebrada. Refugia-se na solidão da Casa Branca. Encerrava-se a sua carreira de professor — o Instituto Brasileiro fechava as portas para sempre.

Apolinário continuará a sua cátedra através das colunas da Federação e de outros jornais da época.

Em 1892 vendo-se ameaçado pelas hostes castilhistas foge para a cidade do Desterro e mais tarde, inaugura uma odisséia para

salvar-se dos soldados da legalidade florianista e refugia-se em Montevideu, donde voltaria somente em 1895 quando o Rio Grande estava momentaneamente apaziguado. Recolhia-se à sua Casa Branca, já desmantelada, onde sobre as ruínas cresciam as "flores da Morte". Naquele retiro obrigatório desiludido dos homens e das instituições escrevia para os jornais. Via como as suas grandes realizações definhavam: O Partenon Literário definhava, a Revista agonizava; a República ia sendo vítima dos aproveitadores e os grandes sonhos republicanos desfaziam-se em fumaça; as casas de ensino abertas por ele fechavam melancolicamente as portas; o Rio Grande idolatrado era tomado por um governo que desvirtuava os verdadeiros ideais federalistas...

O mestre contemplava as ruínas da sua casa e meditava sobre os destroços da sua vida. No seu peito ardia a chama do patriotismo apesar das visões céticas da realidade ambiente. Era a chegada merencória de um fim de tantos esforços espendidos numa trabalhosa vida.

Poucos amigos lhe restavam para comensais no banquete da provação e do sofrimento. Doente recolhia-se aos cuidados da caridade na Santa Casa de Misericórdia.

Na tristeza dominadora da alma perguntava no dorido canto:

O que resta? a Morte!

Mas a vida é luta do futuro

Entre dois cataclismos

Nascer, morrer — Qual dêles mais escuro? (1)

E assim foi encerrando a sua existência tão cheia de trabalhos e de sofrimentos.

Passemos rapidamente sob os olhos a obra ciclópica do grande Apolinário que derramou a sua operosidade de múltiplas maneiras e em circunstâncias muito variadas.

O Professor —

Os melhores anos da sua vida dedicou-os à cátedra, ao magistério primário e secundário. Sabia educar, sabia ensinar. Quantas gerações passaram pelos bancos do Colégio Rio Grandense e depois pelo Instituto Brasileiro! Todos recebiam do mestre a orientação sábia, o exemplo digno de uma vida sob o influxo dos ideais do respeito mútuo, da liberdade como elemento de imenso valor para a existência. Trazemos a palavra entusiasta de Belisário Pena que em 20 de setembro de 1928 dizia no Rio de Janeiro: "Apolinário Pôrto Alegre foi o maior educador riograndense, quiçá brasileiro, cujo vasto talento servido de vasta cultura se expandiu no magistério, nas ciências, na literatura e na imprensa".

(1) — Flores da Morte, pág. 32 — Tipografia Marinoni, P. Alegre, 1904.

O Jornalista

Apolinário foi o jornalista intemerato de pena vibrante em prol das idéias republicanas, a favor da liberdade dos cidadãos num regime democrático. Os seus artigos na Federação ainda retinham na sensibilidade da história. A imprensa da sua mocidade prepara o triunfo do seu partido, o Republicano. Nos seus últimos artigos após o exílio a sua durindana é vibrada com violência contra o Comtismo que se apoderara do governo rio-grandense. Em 1868 debatia-se para a libertação dos escravos, em 1895 luta para libertar o Rio Grande da escravidão do regime. Sempre defrontamos com o atlante a favor dos grandes ideais da humanidade.

O literato

A grande atuação de Apolinário foi, sem dúvida no campo literário. Nêle sobrepujou os demais setores de atividade. Desde cedo cultivou a poesia. Estreava em 1874 com "Bromélias". Naquele livro inaugura o regionalismo no Rio Grande através da "Harpa do Deserto". Continuará a seguir o devotado dos assuntos Gauchescos. Preocupava-se, outrossim, com os problemas sociais do momento: o celibato do clero, o liberalismo político, a imprensa e a escravidão.

Em março de 1869 publicava na Revista do Partenon o seu romance de cunho histórico "Os Palmares". Em 1872 iniciava a publicação de outro romance de sabor regionalista e com vivo toque de naturalismo "O Vaqueano", o homem conhecedor das estradas e picadas, guia precioso daquelas jornadas memoráveis de 1835.

Seguiram-se outras obras de importância no mundo das letras publicadas sob o pseudônimo Iriema, tanto em verso como em prosa, tanto na revista mensal do Partenon como nos palcos dos teatros. O poeta, o contista, o dramaturgo, o romancista, o ensaísta eram todas formas da sua polimorfa capacidade de realizar-se.

Nos últimos anos da sua vida recolhia com afã beneditino as preciosas relíquias da existência do folclore e das criações populares rio-grandenses. Daí surgira o volume publicado em 1935 sob o título Cancioneiro da Revolução de 1835.

Guilhermino César em sua História da Literatura do Rio Grande do Sul assim resume a contribuição do nosso patrono:

"É de extraordinária simpatia êsse professor e jornalista provinciano, empenhado em realizar algo de substancialmente nativo, aprofundando as ligações da arte com o meio e a experiência de vida do seu torrão. Raras vêzes, na história do pensamento brasileiro, ter-se-á visto um homem tão dotado para tarefas tão diversas. Interessado por todos os aspectos da cultura, não chegou, é certo, a produzir obra harmoniosa. Nêle, o que impressiona e domina é o conjunto. É pelo conjunto de seus trabalhos — que apontaram rumos à literatura regional talvez mais orgânica do Brasil — Apolinário Pôrto Alegre há de ser lembrado como um dos grandes vultos nacionais".

Tanto no seu lirismo cético e panteísta das "Flores da Morte" como na lira popular do "Cancioneiro"; assim como na tentativa filosófica do "Popularium", o mestre é o homem em busca de uma realização, em busca do sentido profundo da existência. Autodidata criou-se na liberdade dos conceitos e no liberalismo das idéias.

Fêz o mundo à sua imagem e semelhança. As cousas que idealizou e surgiram das suas mãos tiveram a marca dos seus dedos finitos. Em tudo colocou o sentido do caduco e do efêmero pois não soube alcançar com as asas da sua fé liberticida os cumes alcandorados onde brilha a luz perene da eternidade. As "Flores da Morte" desfolharam suas pétalas no homem revoltado contra a sua própria estátua, contra a criatura das suas entranhas.

Não adentraremos na problemática metafísica da obra do mestre, não bateremos às portas dos mistérios da sua arte, não auscultaremos os ideais da sua pedagogia, temos Deo juvante, outras tertúlias para desvendar a grande personalidade. Outros encontros advirão nesta casa em que voltaremos a retratar a imagem do grande homem e do grande angustiado da Casa Branca. Aquêles muros nos acenam das escarpas do Morro Santana para que deixemos em paz nesta hora os maus do extinto Apolinário que há sessenta anos descansa do seu duro labor.

Nesta casa sob a inspiração do grande batalhador e sob o exemplo destemido do saudoso Mário Bernd saberemos pugnar pelos ideais da literatura, pelas sendas da verdade e pelo grande e inacessível galardão da nossa esperança — Deus.

Meus amigos que nos acompanhastes nesta maratona — o nosso sincero: Muito obrigado.

Discurso de recepção ao Acadêmico Irmão Elvo Clemente na Cadeira n.º 6, da ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LÊTRAS, proferido pelo Prof. Hugo Ramirez, em sessão solene do dia 25 de setembro de 1964, no Salão Nobre do Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército. Porto Alegre, RGS, Brasil.

Engalana-se, hoje, a Academia Rio-Grandense de Letras para acolher em seu seio a figura de um jovem ensaísta e dedicado mestre universitário. Recompensando de público o mérito literário do Irmão Elvo Clemente, esta Casa de Olinto de Oliveira tem sobrados motivos de alegria e orgulho.

Integrante da Congregação dos Irmãos Maristas, a que deve nosso Estado talvez o quinhão mais ponderável da educação de nossos homens representativos, continua o môço professor de nossos dias a tradição de cultura, sensibilidade e superior conduta social de quantos, há várias décadas, dentro daquela instituição, imprimiram ao ensino brasileiro uma auréola de inexcedível devoção e provada competência.

Saudando os abnegados maristas que trouxeram da Europa até nossa querência a luz cordial e amorável do seu saber e da sua orientação cristã, peço licença ao Irmão Elvo Clemente para reiterar, neste ensejo, o reconhecimento da minha dívida moral para com aqueles seus confrades, em cuja organização escolar vivi nove anos decisivos para minha formação, nela realizando desde a aprendizagem do **abc** até os rudimentos de filosofia e literatura do Curso de Humanidades. Integrávamos, então, tropilhas de vários pêlos e idades, no inesquecível Ginásio Sant'Ana, construído sobranceiramente à paisagem líquida que separa nossa pátria da Argentina, vendo passar lá em baixo a tropa de ovinos de pelagem de prata do rio Uruguai rumando para o rodeio graúdo do Prata.

Torna-se, assim, duplamente grato falar de vossos méritos e dos da Congregação que tão dignamente representais.

Afora os vínculos de aprêço institucional e pessoal que me ligam ao novel Acadêmico, aproxima-nos, neste pialo de colher desferido pelo Prof. Antônio da Rocha Almeida, um outro não menos significativo, embora de natureza simbólica.

Trata-se dos patronos de nossas cadeiras. A de n.º 6 sob a égide de Apolinário Porto Alegre, a de n.º 35 sob a de Roque Callage.

Apolinário Porto Alegre liderou, na extremadura meridional da pátria, o surto renovador sócio-político e literário que àquela mesma época, 1868, eclodia nas esferas das academias de Direito de Recife e S. Paulo, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, no Nordeste, com Jo-

sé Bonifácio, o môço, no Sul, todos efetuando um fecundo missionarismo de idéias, de ideais que haveriam de conduzir os brasileiros para o grande estuário do abolicionismo e da República, em política, e do naturalismo, em literatura.

O Rio Grande do Sul teve no Partenon Literário o momento mais glorioso de sua vida cultural. Quando surgiu essa entidade, tínhamos como povo escassos cinqüenta anos de atividade intelectual. Ali se encontravam a mudarez gloriosa de Caldre e Fião e a juventude inquieta e criadora de Apolinário. Caldre e Fião trazia a bagagem da literatura, da medicina e do apostolado abolicionista, precursor brasileiro que era do romance, com "A DIVINA PASTORA", obra que os escravistas fizeram sumir das livrarias do Rio, tornando o contato com o livro até agora inteiramente impossível, e primeiro novelista da década farroupilha, com "O CORSÁRIO". Apolinário, em 1868, dava de si os préstimos da ação pessoal, promovendo a aglutinação de valores da sociedade local, programando objetivos de luta, incentivando ânimos e descortinando horizontes. Em 1869, viria a lume seu primeiro trabalho de proporções, a novela "O VAQUEANO", a que se seguiriam, em diferentes épocas, entre outros, "O CRIOULO DO PASTOREIO", "PALMARES", "FLOR DO CAMPO", mais os cantos de "PAISAGENS" e os poemas de "BROMÉLIAS", de 1874, para ficarmos numa rápida menção bibliográfica.

Porta, entretanto, na substância do que elabora o germe do regionalismo. Com êle, o nativismo veste as roupagens gauchescas. Daí o lhe ser, unânimemente, atribuída a prioridade na criação do gauchismo, como hoje o entendemos. Marcou, com sua personalidade e com sua literatura, quatro décadas definidoras da vida mental do Rio Grande.

O meu patrono surge para o regionalismo em 1910, naquele ano também marcante, em que além do livro "ESCOMBROS", de Roque Callage, apareceriam "RUÍNAS VIVAS", de Alcides Maya, e o "CANCIONEIRO GUASCA", de João Simões Lopes Neto. Através da crônica, do ensaio leve e curto, do conto, ramos em que êle inovou e se revelou artífice consumado, sendo os seus contos modelos enquadráveis na atual concepção do gênero e por isso mesmo recusados como tal a seu tempo, Roque firmou um nome e legou aos seus coestaduanos patrimônio apreciável, em que sobressaem títulos como "TERRA GAÚCHA", "QUERO-QUERO", "RINCÃO", "NO FOGÃO DO GAÚCHO" e um "VOCABULÁRIO GAÚCHO".

Era um continuador do que iniciara Apolinário. Possuía, como o Solitário da Casa Branca, denso ardor cívico que o levou a abraçar, como bom rio-grandense, as causas partidárias de seu tempo.

Em ambos, nosso rincão encontrou cultores e expoentes extremados e representativos.

Sob a magia dessa evocação, como não receber com um cordial e gauchesco abraço àquele que, hoje, transpõe os umbrais desta Casa para nela exercitar o diuturno ritual da celebração do mestre e escritor de "O VAQUEANO"?

Quando, em 1958, éramos aqui recebidos, sob a aurora da palavra de Ramiro Frota Barcelos, e agasalhados pelo virgiliano grupo de nossos iniciadores de vida acadêmica, constituído pelos saudosos historiador dr. Eduardo Duarte e Prof. Edgar Schneider, mais o venerando ensaísta Álvaro Pôrto Alegre e o jurista Dario Bittencourt, a imprensa desta capital, através de um de seus matutinos, noticiou que o recipiendário de então proferira discurso em que o tema central fôra o da exaltação do papel das academias de lêtras. Havia um equívoco do repórter.

Mas, desde essa época me senti tentado a glosar, oportunamente, o mote que me fôra atribuído. Fa-lo-ei, agora, e de modo conciso.

As academias de lêtras, segundo entendo, realizam a dupla função de possibilitar a aproximação dos cultores da literatura, com o objetivo de proceder à invocação e evocação de vultos e patrimônios culturais do pasado, sem os quais não seríamos o que somos; e de promover a dinamização da arte de escrever, entre quantos a ela se devotem, visando oferecer ao povo o testemunho de uma época e assinalar para o futuro o rasto de uma geração.

Neste particular, nossa Casa muito tem feito, mais é certo na esfera do culto aos beletistas do pretérito, menos na difusão e liderança das lêtras contemporâneas.

Não cabe, neste instante, a análise dos motivos das nossas deficiências. Acreditamos, contudo, que a aquisição de valores do porte de um Irmão Elvo Clemente contribuirá, de modo decisivo, para que esta instituição melhor atenda também o segundo daqueles objetivos.

Autor de três livros de crítica e interpretação literária, secretário da Pontifícia Universidade Católica, doutor em literatura, professor catedrático de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia daquela Universidade, traz-nos o novel acadêmico Antônio João Silvestre Mottin, a certeza de uma erudição aprimorada nas universidades de Espanha, França e Itália e a esperança de uma colaboração entusiástica.

"ASPECTOS DA VIDA E DA OBRA DE LOBO DA COSTA", ensaio crítico, data de 1953, nêle procedendo o Irmão Elvo Clemente a uma análise profunda da obra do mais popular dos nossos vates. Elaborada e apresentada, originariamente, como tese de doutorado, quando do centenário daquele consagrado bardo de "AQUÊLE RANCHINHO" e do "VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA", o livro preencheu uma lacuna, ajudando os leitores das novíssimas gerações a conhecer melhor a biografia dolorosa e a poesia enterneçada de um dos mais altos valores do lirismo brasileiro.

"CAMINHOS DA ESTILÍSTICA", cuja aparição ocorreu em 1959, é uma celetânea de ensaios, vinculados por um mesmo interesse e comum propósito. Daí abranger o tomo, nas suas 140 páginas, versando os mais variados temas locais, nacionais e universais, aspectos teóricos e práticos de pesquisa da estética nas lêtras. Cronologicamente, foi o segundo volume editado da trilogia do acadêmico que ora ingressa em nosso convívio.

"O TEMPORAL E O ETERNO NA POESIA DE PAULO CORRÊA LOPES", também de 1959, é tese vitoriosa de concurso de cátedra de Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa. Depara-se-nos, neste passo, outro vulto representativo de nossa constelação poética, menos popular que Lobo da Costa, porém não menos ilustre e denso no lirismo, intimista e parafilosófico em Corrêa Lopes, extrovertido e mundano em Lobo da Costa.

Os notáveis estudos sobre Lobo da Costa e Paulo Corrêa Lopes apresentam uma contribuição importante no setor de nossa crítica séria. Carlos Dante de Moraes, crítico de perspectivas ideológicas, recebe em Antônio Mottin o complementador indispensável, no crítico de perspectivas morfológicas. Enquanto êste se fixa mais nas características estéticas das formas, aquêlê vislumbra em cada autor a estética das idéias e os horizontes humanos e sociais. Um opera no setor pinturesco dos perfis anímicos, outro no das identificações do autor na obra criada. Daí a complementação que se ensejam, mutuamente, os dois grandes críticos.

Contarmos, a partir de hoje, com a presença e a cooperação de Antônio Mottin será, como acreditamos, um penhor para a ação pública mais atuante de nossa Academia.

Vêde, pois, Irmão Elvo Clemente, que ao júbilo que nos causa o vosso ingresso se adiciona a esperança da vossa contribuição. Embora seja esta uma Casa de intelectuais modestos, a verdade é que todos somos devotos do trabalho. Será esta verificação motivo de conforto para vós, habituado que sois aos duros deveres do magistério e da oração. O vosso "ora et labora" das lides da Pontifícia Universidade Católica encontrará aqui, entre nós, ambiente propício à continuidade fecunda em prol das letras rio-grandenses.

De modo específico, esperamos de vós a monografia que há muito está a exigir o Solitário da Casa Branca, o grande mestre de abolicionismo, republicanismo e regionalismo que foi Apolinário Pôrto Alegre, nosso glorioso antecessor de atividade docente e singular padrão de homem de letras.

Para as alegrias do convívio humano e para as responsabilidades do trabalho intelectual a que estais afeito, esta Casa desde agora também é vosso lar, todos nós somos a partir dêste momento também vossos irmãos. Sêde bemvindo.

Partilharemos juntos, dêste partidor em fora, nas tropeadas por bretes e caminhos do Rio Grande de antanho, guiados pela vaqueania de Apolinário e pelos acertos de bombeiro guasca de Roque Callage.

Da estância azul de onde nos contempla, entre um chimarrão e uma presa, Mário Bernd há de se alegrar conosco, face a cerimônias dêste quilate, na certeza de que novamente verá o Rio Grande aqueles serões luzidos e entusiastas dos tempos em que foi Presidente da nossa Academia Rio-Grandense de Letras.

RAMIZ GALVÃO

Discurso de posse do Prof. Antônio da Rocha Almeida

Proferido em sessão solene da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras no Salão Nobre da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul 7 de dezembro de 1962.

Pesadas são, realmente, as responsabilidades que assumimos neste momento, ao receber a láurea acadêmica, como ocupante da cadeira n.º 9, de que é patrono o saudoso e ilustre Professor Dr. BENJAMIM FRANKLIN RAMIZ GALVÃO, sul-rio-grandense de nascimento e pelo Império agraciado com o título nobiliárquico de Barão de RAMIZ.

À generosidade de nossos confrades devemos a inclusão de nosso nome entre os 40 titulares efetivos da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, e ao prezado amigo e historiador, o acadêmico Arthur Ferreira Filho, também nosso confrade no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a gentileza das palavras de saudação, imerecidas por certo, mas vindas do coração de um homem de bem, correto, de altas virtudes, cheio de serviços a sua terra, cuja história conhece profundamente. A êle, nosso reconhecimento e nossa gratidão. A todos, a afirmativa de que procuraremos corresponder à alta investidura.

Ao contemplar os nomes dos 40 expoentes das letras rio-grandenses, escolhidos para patronos das cadeiras do grêmio austero, parece que o destino nos reservou justamente aquêle a quem sempre consagramos a maior admiração. Já lhe traçamos a biografia, há mais de três anos, lembrando aquela noite da sessão solene do Silogeu, quando, pela mão amiga de Fernando Magalhães foi-nos dado conhecer e palestrar com um dos brasileiros mais cultos de seu tempo, realmente nosso maior humanista, vindo do 2.º Reinado para prestar à República, com sua esplêndida cultura, assinalados serviços na educação da mocidade.

Cabe-nos, hoje, fazer-lhe o elogio acadêmico, o elogio do mestre incomparável. Laudelino Freire, ao homenageá-lo, nas comemorações do jubileu, recordava o que fôra dito de Montalverne: "Quando o viam, cego e curvado, caminhando pela mão de um condutor amigo, os velhos o mostravam com orgulho, ostentando os prodígios de seu tempo; o povo apontava para êle e dizia: — é o sábio! e a mocidade das academias, a mocidade estudiosa, os professores que haviam sido seus discípulos, os homens de letras, enfim, descobriam-se diante dêle e diziam: — é o mestre!"

Assim é para nós Benjamim Franklin Ramiz Galvão, o mestre insuperável, nascido no Passo do Couto, hoje 2.º Distrito do Rio

Pardo, na antiga Província do Rio Grande de São Pedro, a 16 de junho de 1846 e falecido na antiga Capital do Império do Brasil, a 9 de março de 1938, pouco antes de completar 92 anos. Era filho de João Galvão e de D. Maria Jotana Ramiz, de quem ficou órfão muito cedo.

Vindo da quase indigência, subiu na Monarquia à mais elevada posição a que podia aspirar um súbdito brasileiro: Conselheiro da Coroa e Grande do Império e, na República à situação mais elevada desejada por um professor: catedrático e Reitor da Universidade do Brasil. Tudo sem proteção, sem subserviências. Pelo esforço, pela sensatez, pela inteligência, pela cultura.

Aos sete anos, a mãe, que enviuvara, vendo-se sem recursos para mandá-lo estudar em seu modesto rincão — a Província ainda desajustada política e administrativamente pela luta prolongada contra o Império — decide-se a levá-lo ao Rio de Janeiro, encaminhando-o, na cidade grande, definitivamente para a vida. Talvez reconhecendo êsse enorme sacrifício é que êle tanto se esforçou, pelos anos em fora, por enobrecer-lhe o nome querido e a legenda de seu título, que era o sobrenome materno. Mais que o título com grandeza da carta imperial, conquistou a nobreza para si e sua família, pelo amor ao estudo, esforço continuado, longas vigílias, noção de responsabilidade e pureza d'alma.

Em 1852 passou a freqüentar a escola primária de Custódio Mafra, localizada na Rua da Assembléia, e de 1853 a 1854, o Externato da "Sociedade Amante da Instrução", na Rua do Passeio, que dirigia Inácio de Vasconcelos Drummond. Era Presidente da Sociedade o Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcelos, de cujas mãos o jovem Benjamim receberia a 15 de dezembro de 1854, com o diploma de conclusão do curso, o prêmio de excelência, sua primeira láurea acadêmica.

No ano seguinte, ainda com nove anos incompletos, aprovado no exame de admissão, matricula-se, como aluno gratuito, no 1.º Ano do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, inaugurado a 25 de março de 1838 — décimo quarto aniversário da outorga da Carta Constitucional do Império — e ainda sob a sábia direção de seu primeiro reitor D. Antônio de Arrabida, Bispo titular de Anemúria. Ali, em 1861, terminava, com distinção na totalidade das disciplinas dos sete anos, o curso ginasial. A 28 de dezembro daquele ano era Bacharel em Letras, com quinze anos de idade. Por não haver ainda completado a idade legal, não lhe foi permitido matricular-se em escola superior.

Por isso, só em março de 1863 efetuava matrícula na Faculdade de Medicina da Côrte. A 3 de dezembro de 1868, após um curso brilhante, com notas distintas em tôdas as cadeiras, conquistava o grau de Doutor em Medicina. Naquele dia, em cerimônia solene, recebia Benjamim Franklin Ramiz Galvão de Sua Majestade o Sr. Dom Pedro II a esmeralda simbólica, em uso no Brasil desde a colação de grau da turma de médicos de 19 de dezembro de 1858. Foi

escolhido orador da turma, produzindo, na oportunidade, peça de tal valor literário e científico que a Congregação mandou imprimi-la a suas expensas.

A primeira comissão que teve foi para 2.º cirurgião contratado do Exército, tendo trabalhado nos Hospitais da Armação e do Andaraí, aonde se recolhiam feridos e doentes procedentes do teatro da Guerra do Paraguai. Por portaria ministerial de 5 de fevereiro de 1870 do Ministro da Guerra Conselheiro João Vieira Tosta, Barão de Muritiba, era mandado rescindir o respectivo contrato, por ter sido designado, no surto da febre amarela, para vistoriar os navios ancorados no pôrto do Rio de Janeiro.

No Imperial Colégio de Pedro II regeu, interinamente, naquela época, a cadeira de Grego e as de Retórica, Poética e Literatura Nacional, em substituição a seus antigos professores Dr. Theodoro Schieffler e Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

A 14 de dezembro de 1870 era o Dr. Ramiz Galvão nomeado — para exercê-lo até 1872 — Diretor da Biblioteca Nacional, que transformou completamente, de um amontoado de livros velhos no maior repositório de cultura de que dispomos, a êle emprestando uma ordem e importância que nunca tivera. Ali iniciou a publicação dos “Anais” e promoveu duas importantes exposições: a Camoeneana, instalada a 10 de junho de 1880, e a de História e Geografia, a 12 de dezembro de 1881.

A 3 de janeiro de 1871 casava, no Rio de Janeiro, o Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão com a ilustre dama D. Leonor Maria de Saldanha da Gama, filha de D. José de Saldanha da Gama e de D. Maria Carolina Barroso de Saldanha, de cujo consórcio houve quatro filhos: Leonor, Maria Augusta e Benjamim falecidos muito moços, e D. Ana, que casou com Raul Vieira de Carvalho Wright. com sucessão.

A 6 de fevereiro seguinte, em disputado concurso, era o Dr. Ramiz Galvão nomeado lente opositor da secção de Ciências accessórias na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para passar, em seguida, à categoria de lente substituto, por decisão da Assembléia Geral. Ali regeu, durante todo o ano de 1865, a cadeira de Química Orgânica. Em 1881, pela jubilação do naturalista Professor Joaquim Monteiro Caminhoá, passou a lente catedrático de Zoologia e Botânica.

Recebia em 1873 e 1874 o Dr. Ramiz Galvão duas importantes comissões no exterior: a primeira, como delegado do govêrno imperial junto à Exposição de Viena d’Áustria, onde teve o Coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza por companheiro. A outra, para, em vários países da Europa, estudar e observar a organização biblioteconômica, ficando incumbido ainda da adquirir documentos e livros, que julgasse interessantes ao estudo e conhecimento da História Natural.

Deixava, em 1882, a direção da Biblioteca Nacional, depois de ter legado à importante instituição um catálogo, por êle organizado

e classificado pessoalmente, onde ficara registrado não só o que ali existia, como o que havia em outras organizações congêneres e até em mãos de particulares, constituindo-se no mais completo e atualizado repositório da bibliografia brasileira. Compreendia êsse catálogo 20.337 títulos diversos, bastando sua confecção e classificação para immortalizar o nome já aureolado do grande professor e humanista.

Nesse mesmo ano de 1882 era jubilado, como lente da Faculdade de Medicina, por ter aceitado o convite do Sr. D. Pedro II para preceptor dos Príncipes D. Pedro e D. Luis, respetivamente de sete e quatro anos de idade, filhos do Marechal-do-Exército Luis Felippe Maria Fernando Gastão d'Orléans, Conde d'Eu, e da Senhora Princesa Imperial Dona Isabel de Bragança. Nessa função e também na de preceptor do Príncipe D. Antônio, quando êste atingiu a idade escolar, permaneceu o ilustre mestre até a queda do regimen estabelecido em 1822 e que tanta felicidade trouxera à Nação. É êle próprio quem nos conta que "sua missão ficou encerrada a 17 de novembro de 1889, quando, a bordo do "Parnaíba" entregou seus amados discípulos, os Príncipes D. Pedro, D. Luis e D. Antônio a seus desolados pais" e acrescenta: "Nessa hora solene, não devo nem quero ocultar-vos que dêles me separei com o coração transido de dor e os olhos inundados de lágrimas; nem me peja esta confissão pública; o fato significa apenas o amor natural do mestre, que, em sete anos de constante e íntima convivência, havia de alguma forma ligado seu destino ao dos bons e carinhosos discípulos, que, na hora da separação, inconsoláveis crianças, me abraçavam também debulhados em pranto".

A 18 de junho de 1888 a Senhora Princesa Isabel, Condessa d'Eu e Regente constitucional do Império, conferia ao Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão o título nobiliárquico de Barão de Ramiz, com as honras de grandeza.

Apesar de ter sido Conselheiro da Coroa e Grande do Império, ainda na República exerceria o Barão importantes funções.

Assim, em 1890 era aproveitado pelo Chefe do Governo Provisório Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca e indicação do Ministro da Instrução Pública Dr. Benjamim Constant Botelho de Magalhães, na função de Inspetor da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal e, em junho de 1891, na de Vice-Reitor do Conselho Superior de Instrução. Em 1893 era Diretor Geral da Instrução Pública Municipal, na administração do Dr. Cândido Barata Ribeiro.

Ao irromper, na noite de 6 de setembro de 1893, a Revolta da Armada, visando apelar do governo o Vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, foi o Dr. Ramiz Galvão considerado suspeito, mais devido a seu próximo parentesco político com o bravo Contra-almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama — D. Lenor Maria era sua irmã — e afastado de todos os seus encargos, exilando-se para o estrangeiro.

A anistia ampla sobreveio, apagando ressentimentos e o Barão, já de 47 anos de idade, regressava à Pátria, conservando-se afastado de qualquer função pública, para dedicar-se ao jornalismo. Em 1894 entrava para a redação da "Gazeta de Notícias", convidado pelo grande periodista, e médico como êle, Dr. José Ferreira de Araújo, seu proprietário e diretor. Ali trabalhou até 1899. Naquela fôlha, aliás, já estivera de 1890 a 1893, como auxiliar de redação.

Em 1899 era nomeado Diretor do Asilo Gonçalves de Araújo, onde se ministrava o ensino primário a crianças pobres, ao lado do ensino profissional.

Por ocasião dos festejos do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, foi seu nome escolhido para presidir a Comissão Organizadora, tendo chefiado todos os seus trabalhos, inclusive a publicação do livro comemorativo, cujo IV volume se lhe deve inteiramente.

De 1897 a 1900 regeu "ad interim" a cadeira de Grego no Externato do Ginásio Nacional, antigo Colégio de Pedro II, e de 1902 a 1911 ensinou a mesma disciplina no Colégio Pio-Americano, até que o Decreto n. 8659, de 5 de abril de 1911 — Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República — suprimiu essa matéria dos ginásios brasileiros.

Tinha o Dr. Ramiz Galvão grande reconhecimento pelo carinho com que o Sr. Dom Pedro II tratava o Imperial Colégio e ainda em 1925, nas comemorações do centenário de nascimento de seu soberano e amigo, escrevia o emérito educador: "Em minha vida de estudante, vi o Imperador assistindo às aulas no Colégio de Pedro II; vi-o em 1861, assistindo a todos os meus exames do 7.º ano; vi-o ali mesmo, depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regii interinamente a cadeira de Retórica, Poética e Literatura Nacional; vi-o em 1868, na Faculdade de Medicina, assistindo a minha defesa de tese e ainda em 1871, quando prestei provas de concurso para lente daquela Faculdade. A atos dessa natureza, nunca deixou, aliás, de comparecer".

De 1910 integrou o Conselho de Instrução Municipal. Ao assumir em 1912 a Prefeitura do Distrito Federal, instou o General Dr. Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro por que novamente assumisse o Dr. Ramiz Galvão a direção da Instrução Pública Municipal. A antiga amizade que ligava o velho educador a seu ilustre conterrâneo, fê-lo empregar nesse encargo todos os esforços e entre suas principais realizações poderíamos citar a inauguração das três primeiras escolas profissionais da cidade; a restituição às normalistas diplomadas, do direito à nomeação para adjuntas de 3.ª classe, enquanto estivesse incompleto o respetivo quadro, e a supressão do regimen de autonomia anteriormente dado à Escola Normal. Deixaria essa função em março de 1915, para voltar às atividades particulares, dedicando-se inteiramente à direção do Asilo Gonçalves de Araújo, de onde nunca chegou a se afastar.

Outro encargo, que lhe confiou desde 1912 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi a direção de sua Revista Trimestral,

de que sempre se desincumbiu com alta proficiência.

Em 1914 dirigiu os trabalhos do 1.º Congresso de História Natural, como Presidente de sua Comissão Executiva.

O Instituto Histórico e Geográfico, que o recebera, a 16 de agosto de 1872, tinha-o como seu orador perpétuo e já o elevara à categoria de Grande Sócio Benemérito. Quando o conhecemos, pouco antes de falecer, era o ilustre Barão de Ramiz o sócio número um da respeitada agremiação e o Presidente da Academia Brasileira de Letras, onde, desde 1928, ocupava a cadeira n.º 32, de que era patrono o ilustrado homem de letras e diplomata Barão de S. Ângelo, também uma das legítimas glórias nacionais nascidas no Rio Pardo.

Ao aproximar-se o 1.º centenário de nossa emancipação política, o Sr. Conde de Afonso Celso, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 28 de agosto de 1915 — aprovando indicação dos acadêmicos Edgard Roquette Pinto e Max Fleiuss, de se organizar um Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, cujo primeiro volume pelo menos, aparecesse a 7 de setembro do ano do centenário — nomeou a seguinte comissão diretora, sob a presidência do Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão: Drs. Augusto Tavares de Lyra, Desembargador Antônio Ferreira de Souza Pitanga, Max Fleiuss, Manoel Cícero Peregrino da Silva, Edgard Roquete Pinto, Aurelino de Araújo Leal, Antônio Olintho dos Santos Pires, Laudelino Freire, Ernesto da Cunha Araújo Viana, Professores Gastão Ruch Sturzenecker e Basílio de Magalhães, Almirantes José Cândido Guilhobel e Antônio Coutinho Gomes Pereira, Marechal José Bernardino Bormann e Drs. Rodolfo Garcia e Fernando Nery. O I Volume (Introdução) relatava os Aspectos Gerais do Brasil, enquanto o II, que foi também publicado a 7 de setembro de 1922, compreendia detalhes sobre os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Se os volumes seguintes, que deveriam tratar dos demais Estados e do então Distrito Federal, não saíram a lume, não teria sido, certamente, por culpa do Presidente da Comissão Diretora. Havia passado a oportunidade. Cessara o entusiasmo dos festejos. E foi uma pena! Quem, como nós, está habituado a consultar, a cada passo, aquela obra verdadeiramente monumental, se entristece, ao ver que não teve prosseguimento e que só pode contar com dados tão valiosos relativamente aos Aspectos Gerais do País e a sete de seus Estados.

Em outubro de 1919 era o Barão nomeado Presidente do Conselho Superior de Ensino.

A 20 de janeiro de 1920 perdia sua dedicada esposa, Dona Leonor Maria, restando-lhe uma única filha a Sra. Ana Ramiz de Carvalho Wright.

A 7 de setembro de 1920 o Presidente Dr. Epitácio da Silva Pessoa assinava, referendado pelo Ministro da Justiça Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, o Decreto n.º 13.343, criando a Universidade

do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Brasil, de que foi primeiro Reitor Magnífico o Professor Ramiz Galvão. Dirigia êle, além disso, com alto descortino, a Academia de Altos Estudos.

Vultosa foi a obra deixada pelo emérito educacionista e homem de letras e de ciência, destacando-se: "O Púlpito no Brasil" (1866); "Tese de Doutoramento" (1868); "Tese de Concurso ao magistério da Faculdade de Medicina" (1871); "Apontamentos para a história do Mosteiro de São Bento" (1872); "Artes gráficas na Exposição de Viena" (1874); "Catálogo da Exposição de História do Brasil" (1881); "Frei Camilo de Montserrate" (1886); "Memória Histórica do IV Centenário do Descobrimento do Brasil" (1900); e "Vocabulário Etimológico, Prosódico e Ortográfico das palavras portuguesas derivadas do Grego" (1909). Traduziu, ainda: "Leçons de Pétrographie", de Albert de Lapparent; "Précis de Quemie", de Trost, "La Neuvaine de Candelária", de Charles Nodier e "La Retraite de Laguna" do Visconde de Taunay.

Viveu o Barão 92 anos, sempre com o espírito voltado para a Pátria e a educação da mocidade, num permanente exemplo de perseverança e de amor ao estudo.

Além de Barão, era Grande do Império, tinha o título de Conselheiro, a Dignitária da Ordem da Rosa, as comendas de Cristo e de Santiago da Espada, de Portugal, de Leopoldo II da Bélgica e da Legião de Honra da França.

Não se poderia, por certo, aplicar ao grande brasileiro a conhecida frase de Joaquim Maria Machado de Assis: — Ofício cansativo é a vida, sobretudo na velhice! Ao conversar com êle, sempre amável, sempre atencioso, sempre otimista, tinha-se a impressão de que era trinta anos mais môço. "Nunca penso na morte — ouvimo-lo dizer — mesmo porque nada pude fazer nestes últimos noventa anos..."

Esta exposição foi longa, porque longa foi também a vida de nosso patrono (só que aquela foi longa e proveitosa...).

Meus caros Acadêmicos. Eis-me no Grêmio austero. Eis-me um dos vossos. Aqui há poetas, escritores, romancistas, contadores de belas histórias. Vosso nôvo colega não é nada disso. Dedicado à Genealogia e à Heráldica, por predileção e à Filosofia e à História, por dever de ofício, procuraremos, nessas especialidades, ser útil, prestando nossos apoucados serviços de equipe, como é hoje de moda.

Em épocas passadas, lá pela segunda década dêste conturbado Século XX, fui poeta ou, por outra, fazedor de versos. Pelo menos, assim o li na preciosa auto-biografia, faz pouco publicada do querido amigo e colega, o Professor Emérito Dr. Dario de Bittencourt. Reportando-se ao tempo em que tínhamos a "Minerva" com sede na Avenida de Teresópolis n.º 3.183, residência do Antônio Carlos César, que era, para nós, um Ruy Barbosa... Nela escreviam, além dêle e de Dario, Oreste Medaglia, Pascoal Baldino, Darcy Vignoli, Nelson Schneider, Luiz Faria.

Realmente eu àquela época fazia sonetos e acrósticos a minha

noiva e, entusiastas pela causa dos aliados, cheguei a construir um longo e abracadabrante poema em louvor do Marechal Joffre. Como diz acertadamente Dario de Bittencourt eu o rasguei, mas dêle ainda me lembro muito bem. Eram horrorosos versos de 11 sílabas, sonoros como as estrofes do "Hino da Cabocla", que todos trazíamos de cor: (Sou índia, sou virgem, sou linda, sou débil / É quanto vós outros, ó tapes, dizeis / Sabei, bravos tapes, que sei com destreza / Cravar minhas setas no peito dos reis! O poema foi publicado em nossa revista escolar e o Sr. Cônsul de França enviava-nos, pouco depois, um ofício laudatório, que pedimos ao Luiz Faria para traduzir. Desde a data, estava na língua de Racine...

Fomo-nos, depois, aproximando dos últimos anos de Ginásio, e o jornalzinho fechou, depois de tantas glórias. Uns perderam a turma, outros não chegaram à meta final. Em 1918 éramos Bacharéis em Ciências e Letras e nos espalhamos pelas escolas superiores. De minha turma fomos para a Engenharia e de lá para a Escola Militar, Oscar Passos, Atto Franco, Luiz Dias Campos e Manoel Cavalcanti (que morrerá na espanhola, mas depois ressuscitará, caindo da "Maria Crioula" na subida da Rua da Praia); para a Engenharia foram Luis Faria, o primeiro da turma e hoje Diretor da Escola, Liberato Pinto, Zeferino Silveira; para o Direito, Fernando Chagas, Aldo Franco, Adalberto Tostes, Joaquim Borges de Medeiros; para a Medicina foi o maior número: Victor Ludwig, Waldemar Job, Clóvis Trindade, Vitorino Pinto, Ottorino Frasca, Savério Salatino, Leônidas Machado, Huberto Wallau, Oscar Pereira, Custódio Cunha, Dinarte Silveira Martins. Para outras profissões, os excelentes companheiros Gastão Mostardeiro, Gastão Silva, Joaquim Difini, Cícero Trindade.

Mais tarde, no struggle for life, fui cuidando de outras cousas e não fiz mais versos. Fui, então, na antiga Faculdade Livre de Filosofia, Ciências e Letras, lecionar a cadeira de Arte Literária. Passei a achar erros nos versos dos outros, a buscar rimas trocadas, a contar e recontar as sílabas, a marcar as cesuras, a fazer a análise e a crítica exigentes. Na observação filológica cuido nêles encontrar erros de gramática, falhas de sintaxe, enganos de concordância, cochilos de regência... Eis a que ficou reduzido o poeta sonhador de 1917...

Ao encerrar, agradeço, mais uma vez, vossa bondade, vossa delicada atenção.

Boa Noite.

A CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA

Valério Rohden

A característica e a dificuldade certamente fundamentais da atitude filosófica são que o filosofar se resolve num pensar concreto em termos universais. O pensamento tem de explicar uma situação concreta, transcendendo-a. Não no sentido de um mero transcender espiritual, mas no de abarcar o dado em seus supostos, sem depender dêle ou comprometer-se com êle, remontando, para sermos preciso, à sua dimensão total de causalidade eficiente e final, exercidas sôbre as duas outras material e formal. Esta colocação técnica do problema dá a impressão de complicá-lo mais. A tese inicial poderia parecer mais simples que o posterior situar adequado da questão. A filosofia é o saber que pretende ir às definições, aos juízos de ser para fundar, antes que transcender, o empíricamente dado. Uma situação que me feche nela não me revela nada. A identidade absoluta é contrária à consciência ou a nulifica simplesmente no todo. O peculiar da atitude filosófica consiste precisamente nisto: que a consciência é um distanciar-se que, quanto mais se eleva, mais apreende o fundamento do que é dado e melhor compreende o empírico mesmo. O empírico compreende-se pelo não empírico ou, ao menos, pelo que o faz e coloca empíricamente. Nós somos espontaneamente levados a admitir que a causa se diferencia do efeito, senão nem se apreenderia causa alguma, assim como do mover-se de uma bola se distingue o ato de chutar que condicionou o seu movimento.

A filosofia não só vê objetos distribuídos ante um sujeito, como os aprende num todo relacionado e unido, e não só se apercebe da unidade de uma situação, como procura dizer o que explica ou como se explicam esta e aquela situação, em que talvez o filósofo mesmo se encontre. Nós descobrimo-nos dentro de um mundo finito, cuja realidade se caracteriza pela contingência. Este reconhecimento da contingência da situação é já uma determinação essencial e uma apreensão da sua relação causal transcendente. E enquanto permanecermos em nosso mundo, poderemos falar apenas em graus de transcendência. Transcendências, portanto, relativas: em si mesmas, imanência como as outras. Nós só podemos explicar cabalmente o imanente por um transcendente absoluto. Mas êsse transcendente não precisa por isso estar fora; pode estar mesmo dentro da coisa, bastando apenas que não se identifique, absolutamente, com ela, e, no entanto, a atue, a vivifique, como um raio de luz que atravessa a água sem se umedecer.

Aí se mostra a fundamental inadaptabilidade do filósofo à situação, — conquanto com os pés sôbre ela, sentindo-a e compreen-

dendo-a mais que qualquer outro. Esta separação e êste buscar jamais atendido de unidade — porque se trata de uma unidade dividida, mirada, antes que possuída plenamente — esta consciência da separação é talvez o originante profundo da atitude da melancolia que acompanha a todo o filósofo. O filósofo é por essência melancólico, como já o descobrira o nosso Aristóteles. (1) A visão do todo e a experiência existencial da separação daquilo que justamente poderia cumular e saciar o homem — essa experiência metafísica é o fundamento da angústia e do trágico no homem. O homem não é um ser para exaurir-se na situação em que se encontra. Pelo contrário, êle quer, a todo o momento, ir mais longe dela. Por isso êle tende por constituição íntima ao aberto. Parece haver uma única maneira de superar o trágico desta condição humana: É reconhecendo a sua realidade. Mas êste reconhecer implica **disposição**. E o homem descobre que a disposição para o aberto atrai a êle o que unicamente pode dimensionar-se com o aberto: a verdade do ser.

A exigência do fundamento é, por conseguinte, a atitude essencial do filósofo, que se empenha por uma resposta radical sobre a natureza da realidade. Êste fundamento sustenta a coisa no existir temporal, explica o existir e o modo de ser do existente finito.

Existem diversos graus e maneiras de fundação da realidade: dos acidentes na substância, das qualidades secundárias nas primárias, destas na unidade do objeto, o objeto mesmo sobre o seu princípio de ser, êste próprio ser, enquanto finito, sobre uma Necessidade e Onipotência, que é plenitude de energia, de liberdade e de ato.

O caminho da filosofia é esta regressão em direção fundamento. Ela se serve para tanto, seja da análise seja da síntese. Ela é um decompor e, neste mesmo ato, um apreender sintético do nôvo, das suas relações imprevistas, seja internas, seja com uma outra realidade paralela ou condicionante. Mas se trata de uma atividade que não se reduz àquelas denominações mais habituais e se chama antes **método resolutivo**. Assim S. Tomás de Aquino, por exemplo, observa que tudo se diz por informação do ente, em que se resolvem tôdas as demais determinações: "Illud quod primo intellectus concipit quasi notissimum, et in quo omnes conceptiones **resolvit**, est ens". (2)

Quer dizer, o intelecto se descobre numa relação com o ente, êste ente como um modo da realidade finita, a qual no ente se determina como tal. No ente se revela o ser como seu fundamento. É um fundamento que se presentifica por um avançar regressivo da consciência, para a determinação, enfim, da própria forma e natureza dêle.

Êste método essencial foi sempre usado pelos bons filósofos, com consciência maior ou menor da sua natureza. Hegel é o seu exemplo clássico, com referência explícita a êle. Mas se verifica já em Sócrates. Para Sócrates o conhecer se efetua por um avançar, pela própria subjetividade adentro, que, num desvelar-se progressivo, se torna um reconhecer do seu verdadeiro ser através da "recorda-

ção". A recordação penetra o infinito e desvenda a conexão intemporal, em cujo polo finito se situa o indivíduo existente. Pela recordação se conhece o que fôra sempre conhecimento, não para o indivíduo como existente aqui e agora, mas um conhecimento à base da sua própria subjetividade, em cujo adentramento êle atinge as verdades eternas sôbre as coisas.

Kierkegaard dá-se conta da significação da concepção socrática e afirma que a verdade é a subjetividade (em sentido ontológico) e que se trata de, por um processo regressivo, por um conhecimento apropriativo, remontar às fontes do conhecer e do existir. E a verdade do conhecer é a própria interioridade e subjetividade como ser da verdade e fundamento do conhecer. Esta profundidade em que a verdade se situa é atingida, existencialmente, pela passagem dos estádios estético ao ético e dêste ao religioso; e, filosoficamente, pela passagem do conhecimento objetivo ao conhecimento subjetivo (em sentido ontológico). E a filosofia converte-se numa tensão entre objetividade e subjetividade, especulação e fé, temporal e eterno a que o indivíduo se descobre ligado. O temporal, embora não seja em si o essencial, possui para o sujeito existente uma significação decisiva, de vez que êle é necessário para o momento da decisão. A opção pela adesão ao fundamento estabelece o salto. A existência é um contínuo aspirar pelo fundamento e a uma decisão absoluta, que a cada momento se renova, se prova e atinge maior totalidade.

Fabro toma, em sua concepção tomístico-hegeliano-kierkegaardiana — concepção original pela transcendência da própria síntese — plena consciência da significação dêste método na filosofia. Êle o usa abundantemente, antes que se ocupar prolixamente dêle, revelando-o à raiz da sua concepção de uma metafísica sintética, onde a determinação de ser constitui o último estágio dêste lento avançar resolutivo, através das diferenças ontológicas, ao fundamento de cada uma delas e ao fundamento comum de tôdas. Êste método caracteriza a tensão da filosofia como tarefa esclarecedora e decisiva para o ser humano, porque vai às raízes do conhecer, do poder, impõe o fardo da decisão e é a verdadeira libertação.

O filósofo transcende a situação em que se acha, para explicá-la, explicação que é possível vivendo (mesmo socialmente ajustado) nela, haurindo a sua seiva, como base e garantia de concretidade do próprio filosofar. O conhecimento filosófico se instaura adequadamente numa relação — não empírica, em que se permanece de certo modo prêso à necessidade natural — mas num nível de consciência transcendental, consciência que explicitamente se assume apenas quando se atinge efetivamente, de alguma maneira, o seu objeto universal, que é o ser como o transcendental e fundamento dos fenômenos e da própria consciência. Êste plano mais elevado da reflexão não é apenas especulação, mas certa coincidência mesmo de ser, verdade, amor e liberdade na subjetividade do indivíduo. Quer dizer, na subjetividade existente se revela a verdade última do real, que é sujeito, mas não subjetivo.

Este conhecimento, convém não exagerar, permanece limitado como a consciência finita. Mas é uma consciência em tensão com o seu objeto e, nesta mesma tensão, o atinge e se libera. Talvez o último passo do homem não seja intelectual. E assim tampouco o primeiro, que é a disposição.

- (1) Cfr. G. A. Bornheim, "Motivação básica e atitude originante do filosofar", Pôrto Alegre, 1961, p. 29 e ss., e cit. Wilhelm Szilasi, "Macht und Ohnmacht des Geistes", Verlag A. Francke Ag., Bern, 1946, p. 229 e ss. A minha concepção da atitude filosófica coincide, nesta e noutras passagens com a do prof. G. Bornheim na citada obra. Mas creio tratar, no presente artigo, de um outro aspecto do problema.
- (2) Aquilo que o entendimento primeiramente concebe como o mais evidente e no qual resolve tôdas as concepções, é o ente. (De Veritate, q. I, a. 1c).

—ooOoo—

CONCEITO E CARACTERES ESPECÍFICOS DA ESPÉCIE

ANTÔNIO FRAINER

Sócio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Etimologicamente, o termo "species", de origem latina, significa sorte, qualidade, natureza. A espécie pode ser considerada como um conjunto de indivíduos semelhantes, que se reproduzem indefinidamente entre si. Com os caracteres comuns que eles possuem, parecem-se uns com os outros, diferenciando-se, desta forma, de outras espécies. Sabe-se que os indivíduos descendem uns dos outros e os pais são tão semelhantes aos filhos, como este entre si. Tais conjuntos de indivíduos, reproduzem indivíduos idênticos e que geralmente não se cruzam com os de outra espécie e, se o fizerem, originam descendentes nunca fecundos.

A divisão ou agrupamento dos seres vivos em espécies, sempre constituiu um problema importante e de não pequena dificuldade para os cientistas. Os do século XVII e XVIII, muitos esforços e prolongadas pesquisas realizaram para a solução do mesmo. Salientam-se: Carlos Lineu, Georges Louis Marie Le Clerc de Buffon (1707-1788), Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), Jean Baptiste Antoine Pierre Monney de Lamarck (1744-1829), e outros.

Foi em 1700, que Tournefort deu a primeira definição de espécie, dizendo: "O gênero se compõe de plantas que se assemelham pela estrutura; as espécies se compõem de plantas que se distinguem no gênero por alguns caracteres". Nota-se bastante imprecisão neste conceito e certa generalização no mesmo.

Carlos Lineu considerava "espécie" o conjunto de indivíduos tendo as mesmas qualidades e as mesmas formas, que provêm uns dos outros por via de geração, e são capazes de produzir, por sua vez, da mesma maneira, novos indivíduos, dotados dos mesmos caracteres essenciais". Tal parecer está baseado nos princípios fixistas.

Georges Cuvier (1769-1832), ardoroso inimigo de Lamarck neste assunto, afirmou, após atentas observações: "Espécie é a coleção dos seres organizados, nascidos uns dos outros, ou oriundos de pais comuns, e de todos os que se lhes assemelham, tanto quanto eles se parecem entre si". À imitação de Lineu, baseou-se no fixismo das espécies, na criação de cada uma e na fecundidade das uniões entre os indivíduos da mesma espécie. Adotou o critério de semelhança e de descendência. O critério de semelhança, quer de forma, tamanho, etc... é evidente nalgumas espécies, quando consideradas num dado momento; outras vezes são nulos. Quanto à descendência, há vezes em que o dimorfismo sexual é tal que dá a impressão de se tratar

de espécie diferente. Entre as formigas, por exemplo, há um polimorfismo muito acentuado, provado pela sexualidade e pela divisão de trabalho. A intervenção de diversos fatores determina variações mais ou menos marcantes em certos indivíduos, o que diminui mais ou menos consideravelmente as semelhanças. Logo, o critério de semelhança morfológica é de valor muito relativo e insuficiente muitas vezes, para servir de base para conceituar espécie. Ao se querer dar uma definição científica de espécie, é difícil, senão impossível, dar uma definição exata da mesma, aplicando, quer separadamente, quer em conjunto, os critérios de semelhança e descendência pois, por vezes, falham ou discordam.

Na atualidade, muitos autores aceitam como conceito de espécie o de F. le Dantec que completa ou parece completar os demais: "Conjunto de todos os indivíduos, qualitativamente idênticos, e não apresentando entre eles, nos seus elementos vivos, senão diferenças quantitativas". É uma definição química na qual se podem enquadrar os demais, menos os dos fixistas. Assim mesmo, é suscetível de objeção, pois, a ignorância do homem sobre a estrutura físico-química da matéria viva ainda é grande. Porém, na opinião de muitos é a única definição lógica de espécie e que não envolve a noção de parentesco, nem a teoria da fixidez ou da variabilidade.

O Professor João de Carvalho e Vasconcelos, na definição de espécie que dá no seu livro "Conceito de Espécie e suas Divisões", faz um resumo das acima mencionadas. No seu entender, espécie é "o conjunto, geralmente muito vasto, de indivíduos que apresentam um certo número de caracteres comuns, transmitidos por um certo número de genes da mesma ou idêntica origem, tendo a mesma área de expansão ou refúgio, contínua ou descontínua, e que se reproduzem normalmente entre si e não com indivíduos de outros agrupamentos semelhantes ou, se conseguem formar híbridos, estes possuem uma maior ou menor esterilidade, salvo quando um novo arranjo lhes permite uma volta à fertilização".

Para outros autores modernos, a espécie "seria constituída por todos os indivíduos que apresentam certas medidas e números médios que os caracterizam e que foram obtidos de todos eles. Tais dados são quantitativos e constituem a expressão de fatores intrínsecos hereditários, representados citologicamente pelos genes e pelos "organizadores". Outros afirmam ser "um agrupamento de indivíduos que possuem caracteres comuns e que os transmitem, por via de reprodução, a outros indivíduos capazes de conservar esses caracteres fundamentais, se bem que sejam suscetíveis de sofrer variações secundárias". Para muitos dos biólogos modernos, "pertencem a uma mesma espécie os indivíduos capazes de reproduzirem pela geração, outros indivíduos, aptos para se propagarem a seu turno". Pela análise da mesma, deduz-se estar limitada apenas aos seres sexuais.

Blainville define espécie desta forma: "não é outra coisa mais do que o indivíduo repetido e continuado no tempo e no espaço". De Vandolle (Pai) afirmava: "A espécie é a coleção de todos os in-

divíduos que se assemelham entre si mais do que a outros, que podem produzir indivíduos férteis, mediante fecundação recíproca, e que se reproduzem por geração de tal maneira que, por analogia, podemos supô-los todos procedentes de um único indivíduo”.

Em 1933, Hurst, de Cambridge, emitiu o seguinte conceito: “Espécie é um grupo de indivíduos de descendência comum com certos caracteres específicos e comuns representados por grupos de cromossomas constantes e característicos contendo gens específicos em homozigose que ocasionam intrafertilidade e intersterilidade”. Arkell citando Tate Regan emitiu a seguinte opinião: “Espécie é a comunidade ou número de comunidades relacionadas, cujos caracteres distintivos são na opinião de um sistemata competente suficientemente definidos para justificá-la ou justificá-las, com um nome específico”.

Mayr em 1953 asseverou; “As espécies são grupos de populações naturais ativa ou potencialmente entrecruzantes e reprodutivamente isolados de todos os outros grupos similares”.

Não foram êstes os únicos cientistas que deram ou tentaram dar um conceito de espécie. Brehm, Flourens, W. Herbert, Lacordaire, Lecoq, Leuckart, Milne-Edwards, Naudin, Ray, Riechembach, Vogt, são alguns dos muitos que poderiam ainda ser citados.

No que concerne à origem e ao número das espécies, segundo a afirmação de Lineu no seu *Systema Naturae*, “Species tot sunt quod ab initio produxit Infinitum Ens”. Por ela se mostra defensor indefectível da fixidez das espécies aliada à idéia creacionista. A paleontologia, arqueologia, anatomia, morfologia, embriologia, ecologia, etologia, etc. . . . levam a crer que as espécies atuais se originaram de outras mais simples e em menor número, que foram evoluindo através dos tempos. Seriam, pois, o fruto do desenvolvimento de outros tipos mais simples e pode-se mesmo afirmar, simplíssimos. Como se operou nas suas minúcias tal evolução, é um assunto ainda pouco esclarecido quanto aos animais inferiores, o mesmo não sucedendo com os animais superiores. Defenderam êste ponto de vista: Thales, Empédocles, Anaximandro, nos séculos V e VI a. c. Mais tarde Teofrasto e o próprio grande Santo Agostinho no seu livro “*De Generi ad Literam*”, admite o princípio evolutivo e o ato criador potencial e causal: Santo Tomás de Aquino, que admite a criação “in causis”, Buffon, Geoffroy Saint-Hilaire, Charles Darwin (1809-1882) autor da seleção natural pela “luta pela vida” são outros que defenderam tal teoria.

Para poder conceituar espécie, adota-se como critério, selecionar um conjunto de caracteres, e todos os seres vivos que possuírem os mesmos caracteres, estarão incluídos na mesma espécie. São os chamados caracteres específicos. É do conhecimento geral que toda a espécie se distingue das demais por um conjunto de caracteres, dos quais alguns são encontrados também em outras espécies, ao passo que outros são exclusivos e servem para distingui-la das demais. São, em geral, muito numerosos em cada espécie biológica e constituem elementos que a caracterizam e permitem identificá-la.

Os caracteres específicos podem ser:

- a — Morfológicos.
- b — Fisiológicos.
- c — Citológicos.

a — Morfológicos: São apresentados exteriormente e se referem à conformação geral do corpo, tegumento, côr, tamanho, conformação dos membros, etc. São os característicos exteriores. Se apresentam de imediato à vista, e aparentemente parecem de muita importância, mas estando sujeitos a variações, são por vêzes bastante precários. Realmente são de importância secundária, comparada com a que tem os caracteres internos. Se são os mais aparentes não são os mais importantes, pois, são os primeiros a modificar-se sob a influência dos fatores do meio externo. Contudo têm um valor apreciável para os característicos da espécie, porque salvo os casos em que existe um polimorfismo mais ou menos acentuado, os indivíduos da mesma espécie, apresentam normalmente caracteres externos semelhantes. Sabe-se, outrossim, que os caracteres anatômicos ou de organização interna ou estrutural, dos indivíduos duma mesma espécie biológica, possuem uma constância mais acentuada que os caracteres morfológicos externos. Tais caracteres morfológicos, consoante o aspecto em que forem observados, poderão ser:

- 1 — ecológicos, que originam os ecotipos;
- 2 — geográficos, que são os criadores dos geotipos ou geocotipos;
- 3 — sociológicos, no caso das semelhanças ou diferenças específicas serem o resultado das relações que existem ou podem existir entre os seres vivos. É o que sucede com algumas espécies de fungos parasitas;
- 4 — bioquímicos, que relacionam os produtos de composição semelhante encontrados nos representantes de uma mesma espécie. Sabe-se, por exemplo, que na mesma espécie o protoplasma permanece idêntico, e que difere de espécie para espécie. Não é exatamente igual em todas. Para cada espécie biológica há um protoplasma próprio. Lischetti assevera: "pode-se afirmar que existem tantos protoplasmas distintos, como espécies biológicas". Os humores e secreções têm uma composição química característica, de acordo com as espécies. A característica química das espécies tornou-se, ainda mais evidente com o método das reações sorológicas, as quais são absolutamente específicas e ademais muito sensíveis. Logo, os indivíduos pertencentes a uma mesma espécie não só apresentam semelhanças morfológicas, anatômicas e biológicas, mas também grande semelhança em sua constituição físico-química. Ademais, todas as características de ordem morfológica que apresentam os organismos, são o resultado da constituição físico-química do protoplasma que os constitui.

b — Fisiológicos: dizem respeito, sobretudo, à reprodução. Os

indivíduos duma mesma espécie podem cruzar-se dando origem a novos indivíduos mais ou menos semelhantes aos progenitores. Em regra geral, os de espécie diferente não se cruzam e se o fazem produzem híbridos, e êstes produtos neste caso são estéreis. A semelhança e a descendência, são, pois, os determinantes da espécie. Podem surgir variações morfológicas, alterações accidentais ou transitórias, quer no porte, quer na côr, quer nas dimensões, etc... formando as variedades ou castas na espécie. Estas variações ou alterações, transmitidas mais ou menos integralmente por hereditariedade, constituem as raças ou subespécies.

Na opinião abalizada de Storer, a espécie "é a unidade básica para a classificação dos animais". E para êle a "espécie é um grupo de indivíduos que têm muitos caracteres comuns, e diferem de outros grupos em um ou mais aspectos". Os caracteres comuns que êle apresenta são de ordem fisiológica: procedem de antepassados comuns: relacionam-se pelo sangue: podem cruzar-se, produzindo uma descendência fértil que se parece com os seus progenitores.

c — Citológicos, cariológicos ou de carácter genético: Êstes surgiram após os recentes progressos realizados na Citologia e que tiveram como resultado um maior e mais profundo conhecimento do núcleo e dos fenômenos hereditários. O teste para verificar se certos indivíduos pertencem ou não a uma determinada espécie é a análise da passagem ou não de genes de um grupo para outro geralmente feita pelo cruzamento. Tais caracteres dizem respeito, sobretudo, ao número de cromossomas, bem como ao tamanho, aspecto e distribuição dos mesmos. Contudo, tais caracteres não satisfizeram os cientistas tanto quanto êles esperavam. Provavelmente com os progressos atuais da microscopia e ultramicroscopia eletrônica se obtenham resultados mais satisfatórios. Como se sabe, espécies existem, muito diferentes, que apresentam o mesmo número de cromossomas (homem, morcego, ouriço), enquanto outras muito aparentadas (gambá, canguru), divergem inteiramente.

Dobzhanski critica tôdas as definições de espécie mencionadas, porque, segundo êle, "consideram os cientistas que as dão a espécie estática, quando ela por natureza é dinâmica". Para Dobzhanski espécie constitui "o estágio do processo evolutivo em que a série de formas, outrora real ou potencialmente se interfecundando, se torna dividida em duas ou mais séries, que são fisiologicamente incapazes de se interfecundarem".

Lamarck, que considerava como espécie "todo o grupo de indivíduos semelhantes que procedem de outros indivíduos semelhantes" e afirmava "que as espécies no tempo não existem", também escreveu: "a Natureza não formou classes, nem ordens, nem famílias, nem gêneros, nem espécies constantes, mas apenas indivíduos que sucedem uns aos outros e que se assemelham aos que lhe deram origem". Diga-se de passagem, ter sido Lamarck, um dos primeiros cientistas a negar a fixidez das espécies e os limites precisos e rigorosos da mesma.

L. Agassiz, corrobora a asserção de Lamarck: "O que existe realmente são os indivíduos e não as espécies. A espécie é uma entidade ideal, do mesmo modo que o gênero, a família, a ordem, a classe, o tipo".

Na opinião de Cuénot, o conceito de espécie resulta de uma necessidade prática, qual a de dar nomes aos organismos que conhecemos e desejamos separar dos outros: e, por isso, todos empregam a expressão sem lhe precisar o sentido. Os biólogos sempre aceitaram a definição de espécie, embora não encontrassem nenhuma que os satisfizesse.

Como conclusão do exposto, verifica-se existir boa vontade, interesse e preocupação dos cientistas em definirem este termo clássico da História Natural. Mas nota-se igualmente que a mesma varia de acôrdo com o critério e o ponto de partida adotado por quem a dá. No dizer de Honório da Costa Monteiro Neto "não existe um conceito de espécie, e sim, definições de espécie dadas pelo biólogo, na base dos ramos em que o mesmo é verdade". Assim como a vida, espécie não é definida em si mesma, mas sim através das suas manifestações. Não é definição perfeita, nem definitiva, varia à medida que os homens de ciência descobrem novos caracteres e novos estudos se realizam. É, pois, mais difícil de ser dada do que parece à primeira vista, justamente por não haver nenhum critério absolutamente rigoroso para defini-la. Assás interessante é a afirmação daquele sistemático que, numa discussão sobre o assunto propôs a seguinte definição de espécie: "Espécie é o que um competente sistemático considera ser uma espécie".

RÉSUMÉ.

Dans la présente recherche, l'auteur fait une analyse des divers concepts d'espèce émis par d'éminents hommes de science. L'auteur a abordé le sujet d'une manière générale sans entrer dans les détails de l'espèce biologique, paleontologique et autres... Il a examiné également quels sont les principaux caractères spécifiques employés pour former un jugement au sujet de l'espèce.

Après l'analyse des concepts, en incluant les plus modernes, il est arrivé à la conclusion que définir l'espèce, est chose difficile et que même actuellement il n'y a pas de concept qui donne pleine satisfaction.

SUMMARY.

In this research the author makes an analysis of the different concepts of species taught by celebrated scientists. The author speaks about this matter in a general way without going into detail of biological and paleonthological species, etc... He examines at the same time the main specific characters utilized to define species.

After analysing concepts, including the most modern ones, he concludes that defining species is somewhat hard and that nowadays there is no concept which can thoroughly satisfy.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 — STORER, Tracy and USINGER, Robert L. — Zoologia General; Ediciones Omega S. A. Casanova 220, Barcelona.
- 2 — GUILLIERMOND, A. et MANGENOT, G. — Précis de Biologie Végétale; 10.a edição — Masson et Cie. Éditeurs — 120, Boulevard Saint Germain — Paris, VI.e — 1946.
- 3 — DOBZHANSKI — The Genetics and the Origin of Species — second edition revised, New York — Morningside Heights Columbia University Press, 1941.
- 4 — COELHO, José Guerra Pinto — Introdução à Biologia Educacional, 2.a edição — Editôra Bernardo Alvares, S.A. — Belo Horizonte — 1962.
- 5 — NETO, Honório da Costa Monteiro, — Da Espécie; Arquivos do Serviço Florestal Ministério da Agricultura — vol. II; 1957 — Rio de Janeiro — Brasil.
- 6 — ROLDÁN, Alejandro S. J. — Evolução — Coleção A. E. C. — 1958.
- 7 — MENDES, Josué Camargo — Introdução à Paleontologia Geral — Ministério de Educação e Cultura — Rio de Janeiro — 1960.

—ooOoo—

GINECEU, PISTILO e CARPELO

Antonio Tavares Quintas *
Eng.º Agrônomo

Os três termos acima são empregados por professores e por alguns autores como sinônimos. Entretanto, têm, como se poderá ver a seguir, cada um aceção que lhe confere conceito próprio e, só em restrito caso, poderão ser tomados com o mesmo significado.

Inicialmente observaremos que os três vocábulos se referem ao último verticilo floral a contar de fora para dentro. Esquemáticamente propomos:

Ao considerarmos a flor como aparelho, o quinto verticilo ou órgão de uma flor completa será o gineceu. Nesta seqüência, o órgão será composto de peças e a peça se chama **pistilo** que poderá ser singular ou plural. Ainda podemos dividir o pistilo (único ou muitos) em partes: **ovário**, **estilete** e **estigma**. Este pistilo poderá ser constituído ou de um **carpelo** ou de diversos. Carpelo ou macrosporófilo é portanto, de acordo com os seguidores da metamorfose foliar, a porção laminar (limbo) que ao se dobrar e soldar pelos bordos constitui o pistilo, nas Angiospermas.

É preciso não confundir telha (carpelo) com telhado (pistilo) e com casa (gineceu). Numa única oportunidade se equivalerão: **gineceu unipistilar monocarpelar**.

Dos, aproximadamente, vinte e cinco tipos de frutos simples provenientes de um só pistilo, apenas cinco (aquênio, cariopse, sâmara, folículo e legume) são unicarpelares. Assim, somente nestes casos se poderia tomar essas palavras como equivalentes.

Em abono às considerações acima vamos transcrever as definições que FON QUER põe em seu admirável "Diccionario de Botânica".

"GINECEU do latim **gynaeceum**, sala destinada às mulheres entre os gregos; termo derivado de gynaikeion = gynaeceum) m. Conjunto dos órgãos femininos da flor, os carpelos. Numa flor hermafrodita completa, o gineceu constitui o quinto e último verticilo".

"PISTILO (do latim **pistillum**, mão de pilão, pela semelhança morfológica de um e outra em muitas flôres). Consta de **ovário** ou seja o rudimento do fruto, ainda imaturo na flor, **estilete** que su-

* Prof. contratado de Anatomia e Morfologia vegetais da I série e Sistemática do curso de História Natural da Fac. de Ciências da PUC. R.G.S.

porta o estigma e medeia entre êle e o ovário; e de **estigma** que é a extremidade do pistilo (Gomez Ortega, Curso elemental de Botánica, Madrid, 1795; pg. 93).

No gineceu apocárpico, cada um dos carpelos que o integram constitui de per si um **pistilo** "pistilo simples" em Colmeiro, Curso de Botánica, 1845 1871; pg. 180); no gineceu sincárpico se forma um só pistilo "pistilo composto", em Colmeiro, l. c. , pg. 201). Usualmente, entretanto, se emprega amiúde o termo **pistilo** como sinônimo de gineceu, e se diz que as flôres constam de cálice, corolla, androceu e **pistilo**. É termo lineano".

"CARPELO (gr. Karpós, fruto; em latim se deu forma diminutiva, **carpellum**)..

Dá-se o nome de carpelo a cada uma das fôlhas metamorfoseadas que compõem o gineceu dos antófitos. Filogeneticamente corresponde ao macrosporofilo dos fetos heterospóricos. Em não poucas ranunculaceanas, como em heléboros, peônias, esporeias, etc., e papilionáceas, como favas, feijão, etc., a natureza foliar do carpelo se reconhece com suma facilidade; êstes **carpelos** constituem o fruto por simples união de seus bordos, a chamada sutura ventral, e na parte oposta apresentam mais ou menos perceptível a nervura média. As fibras que se tiram das vagens tenras antes de colocá-las a cozinhar correspondem precisamente a essa nervura média e às nervuras marginais da fôlha carpelar. Nesses mesmos carpelos soem observar-se pelo menos quando terminou seu desenvolvimento, de modo muito claro, nervuras secundárias que saem da principal. Nas nervuras marginais se inserem os rudimentos seminais geralmente sustentados por um cordãozinho, o chamado **funículo**; as nervuras citadas seguindo o símile embriológico recebem o nome de **placentas**. Nas gimnospermas, o **carpelo** permanece aberto e traz os rudimentos seminais no bordo ou na base e em não poucos casos se consome por completo na produção dêsses rudimentos; nas angiospermas, salvo contadíssimas exceções, o **carpelo**, ora só, ora unido a outros do mesmo gineceu, forma uma cavidade fechada: o **ovário**. No ápice do carpelo se diferencia um tecido especial, papiloso ou com longos e delicados tricomas que serve de aparelho de captura do pólen, o chamado **estigma**. Frequentemente, o estigma não se acha imediatamente sôbre o ovário, senão sustentado por um pedículo mais ou menos desenvolvido o **estilete**. No interior do estilete existe um tecido maciço, o **tecido condutor**, ou um estreito conduto revestido por êle; em todo caso por êsse transita o tubo polínico que, se iniciando no estigma, há de avançar através do ovário. Consta, pois, o carpelo, nos casos de maior complicação, da região ovárica, do estilete e do estigma; tem sua nervura mediana e as nervuras marginais mais ou menos entumescidas: as placentas; e sôbre estas, os rudimentos seminais sustentados cada um por um funículo. Êste termo se deve a DUNAL, e é sinônimo de **fôlha carpelar**".

Assim, pretendemos ter exposto aos leitores as razões para evi-

tar o emprêgo inadequado destas palavras: gineceu, pistilo e carpelo.

Ilustramos, a seguir, com exemplos a importância de cada termo.

Magnolia: gineceu pluripistilar, pistilos unicarpelares.

Ranunculus: gineceu com muitos pistilos unicarpelares.

Fragaria (moranguinho): gineceu pluripistilar, distilos unicarpelares.

Rosa: idem.

Brassica (couve): gineceu unipistilar, pistilo bicarpelar.

Linum (linho): gineceu unipistilar, pistilo com 5 estigmas, 5 estiletes e um ovário pentacarpelar.

Watsonia (Bastão de S. José): gineceu unipistilar, pistilo com três estigmas, um estilete e um ovário tricarpelar.

Pisum (ervilha): gineceu unipistilar, pistilo unicarpelar.

Foeniculum (funcho): gineceu unipistilar, pistilo com dois estigmas, dois estiletes e um ovário bicarpelar.

LITERATURA CONSULTADA

FONT QUER, P. Diccionario de Botánica Barcelona, Editorial Labor, 1953. xxxix + 1244 p. il.

ENGLER, A. et. K. Prantl Die natürlichen Pflanzenfamilien Vol II, 1 pg. 155. Leipzig, Engelmann, 1889.

LAWRENCE, George H. M. Taxonomy of Vascular Plants New York, The Macmillan Co., 1951. ix + 823 p. 322 fig.

RÉSUMÉ

L'auteur fait de la recommandation sur l'emploi avec sa signification correcte des termes suivantes: gynoeceum, pistil et carpelle, pour éviter de les user indifféremment comme synonymes.

SUMMARY

The Author makes a suggestion as to the use of the three technical terms: gynoeceum, pistil and carpel, according to their correct meanings, in order to avoid their use indifferently as synonyms.

—ooOoo—

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO PRE-PROFISSIONAL EM DEZ GRUPOS ESCOLARES DE PÔRTO ALEGRE, EM 1961

Nola Longo de Oliveira
Psicóloga

Olga Waldman
Assistente Social

INTRODUÇÃO

Inicialmente dar-se-á uma visão geral do funcionamento da SOPRE, * para que possamos melhor situar o trabalho de avaliação realizado em dez (10) grupos escolares de Pôrto Alegre, em 1961.

FINALIDADES DA SECÇÃO

Dentro do plano geral da Orientação Educacional realizado pelo SOEE, * esta secção orienta crianças e adolescentes, visando proporcionar uma escolha acertada de futuros cursos e profissões, onde possam melhor desenvolver sua personalidade.

OBJETIVOS

1. Evitar que o aluno, ao concluir o curso primário, abandone os estudos.
2. Encaminhar o aluno a um curso onde possa desenvolver-se com mais harmonia, considerando suas possibilidades intelectuais, aptidões e interesses.
3. Dar uma possibilidade de preparo profissional aos alunos de aprendizagem lenta.
4. Proporcionar aos professores maior compreensão de seus alunos, através da observação científica.
5. Orientar os pais, no sentido de dar-lhes conhecimento das reais possibilidades dos filhos e seguir o tipo de curso mais adequado, de acôrdo com suas características individuais.
6. Prevenir futuros desajustamentos pela difusão dos princípios da Higiene Mental.

HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O Serviço de Orientação e Educação Especial, desde o início de sua fundação, à 22 de julho de 1954, teve como parte integrante a SOPRE, juntamente com as demais Secções dêsse Órgão Técnico.

* SOPRE — Secção de Orientação Pré-Profissional.

* SOEE — Serviço de Orientação e Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do R.G.S.

EQUIPE — A equipe da Secção de Orientação Pré-Profissional consta de técnicos psico-pedagógicos, entre eles psicólogos, assistentes técnicos em Educação, assistentes sociais, médicos biotipologistas e neuro-psiquiatra, e das professoras dos últimos anos do Curso Primário.

TÉCNICAS:

- a. Usamos em 1961, os seguintes instrumentos de trabalho
 1. Ficha de dados e de Observações preenchida pela professora de classe.
 2. Testes de Inteligência, aptidões, interesses e personalidade.
 3. Entrevistas com professores, pais e alunos.
 4. Exames médicos especializados.
 5. Reuniões com os alunos.
 6. Reuniões com os pais.
- b. Técnicas de avaliação:
 1. Avaliação da ficha de Dados e Observações.
 2. Interpretação dos Testes.
 3. Síntese dos resultados.
 4. Seminários de Casos com a Equipe (nos casos mais complexos).
- c. Técnicas de aconselhamento:
 1. Preenchimento da Ficha de Aconselhamento.
 2. Orientação, pela SOPRE, aos pais, através de uma comunicação escrita individual.
 3. Orientação ao aluno, pela SOPRE, também através de uma ficha de encaminhamento e solicitando notícias posteriores de seus estudos.
 4. Reuniões com os pais, na escola, para interpretação da Orientação Pré-profissional realizada pelas orientadoras da secção e professoras de classe.

DO LEVANTAMENTO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DA ORIENTAÇÃO PRÉ-PROFISSIONAL

Funcionando a Secção, desde 1954, vários estudos de pesquisas foram realizados em função da Orientação Pré-profissional. Entre eles destacamos:

1. Levantamento do nível intelectual e dos interesses dos alunos dos quintos anos primários dos Grupos Escolares de Pôrto Alegre.
2. Acompanhamento de alunos de nível intelectual médio e superior: bolsistas do SOEE — 1959.
3. Levantamento para fins de avaliação, do acompanhamento da vida escolar, dos alunos bolsistas do SOEE da primeira série ginasial em 1961.

Posteriormente, sentiu-se a necessidade de se avaliar o trabalho da SOPRE em função dos aconselhamentos da orientação pré-profissional.

Inicialmente partimos dos seguintes pontos:

- O trabalho da SOPRE está preenchendo suas finalidades?
- A orientação realizada está tendo boa receptividade junto aos alunos e seus familiares?
- Como então avaliar o trabalho da Orientação?

Elaborou-se, para êsse fim, duas cartas, sendo uma destinada aos alunos e a outra a seus pais. Solicitamos, ainda, o estudante que, após a realização do exame de admissão às Escolas de nível médio, nos respondesse, por escrito, às seguintes perguntas:

- a. Em que Escola fizeste o exame de Admissão?
- b. Saíste bem?
- c. Consequiste vaga?
- d. Em que Escola estás agora?
- e. Saíste da Escola para trabalhar?
- f. Nossas informações te auxiliaram?

Cada Orientadora da Secção, procurou esclarecer às professoras das classes atendidas, a necessidade de motivar os alunos para que nos enviassem as respostas solicitadas.

Os resultados obtidos com esta pesquisa foram negativos. Das cartas enviadas aos 2.200 alunos, foram-nos devolvidas pouco mais de duas dúzias.

As conclusões a que chegamos, sôbre esta forma de obter as informações, foram:

- Muita distância de tempo entre a entrega e a devolução da carta.
- A devolução das respostas de nossas perguntas, não implicou em algum benefício material à criança ou à família.
- Falta de motivação suficiente, que deveria ser despertada nos alunos pela professora da classe, junto à família e ao aluno.

Em relação à distância, ocasionou-se o esquecimento como consequência da falta de continuidade na motivação ou mesmo, na perda da carta. Isto foi constatado, em outra oportunidade, quando coletávamos novos dados sôbre os destinos daqueles alunos, através de visitas domiciliares.

Sentiu-se também, que numa coleta de dados, através de um questionário, em que o próprio objeto da pesquisa tem de responder e resolver, é muito difícil o seu sucesso, uma vez que a devolução não implicou em nenhum benefício material ao aluno ou a sua família.

Posterior a esta experiência negativa, pensou-se no planejamento de outro meio para que se pudesse avaliar o trabalho da SOPRE, pelo menos em parte, dentro da Orientação Pré-profissional.

AMOSTRA — Dos 2.200 alunos atendidos no ano de 1961 em Grupos Escolares, extraiu-se uma amostra equivalente a dez (10 escolas e que atingiu a quatrocentos e sessenta alunos (460), representando, portanto, 20,9% do total.

OBJETIVOS — Avaliação através dêste nôvo levantamento tem a finalidade de permitir conhecer:

- se os objetivos da orientação pré-profissional foram atingidos;
- se os métodos e processos foram satisfatórios;
- se haveria necessidade e possibilidade, conseqüentemente, de modificação, utilizando-se novos instrumentos e métodos de trabalho para um melhor desenvolvimento da orientação.

COLETA DE DADOS

Procuramos, inicialmente, informações sobre o destino das crianças, através das professoras de classe das vinte e duas (22) turmas finalistas nos dez (10) Grupos Escolares atingidos pela SOPRE em 1961.

Posterior a esta busca, havia crianças cujo destino a professora desconhecia. Procurou-se, então, localizá-las em suas residências.

CODIFICAÇÃO E TABULAÇÃO DE DADOS

Para uma melhor interpretação e tendo em vista os objetivos do levantamento, procuramos elaborar tabelas de acordo com as idades, sexo, destino das crianças, aceitação parcial, integral ou não aceitação do aconselhamento. Consideramos como "sem resposta" os alunos que não conseguimos localizar de modo algum.

Posteriormente procuramos conhecer o número de alunos daqueles Grupos Escolares que, em 1957, haviam ingressado no primeiro ano primário.

TABELA N.º 1

Turma	Total de alunos	alunos localizados	não localizados	percentagem da localização
A	22	22	0	100%
B	18	18	0	100%
C	22	21	1	95,5%
D	20	19	1	95%
E	19	19	0	100%
F	17	17	0	100%
G	26	24	2	92,3%
H	19	19	0	100%
I	6	6	0	100%
J	24	21	3	87,5%
L	23	20	3	87%
M	26	26	0	100%
N	37	35	2	94,5%
O	18	18	0	100%
P	24	23	1	95,8%
Q	18	18	0	100%

R	13	13	0	100%
S	23	23	0	100%
T	26	22	4	84,6%
U	17	13	4	76,4%
V	19	16	3	84,3%
X	23	22	1	95,6%
TOTAL	460	435	25	Média 94,6%

Através desta tabela representativa (n.º 1), verificamos que dos quatrocentos e sessenta (460) alunos constituintes da amostra, 94,6% foram localizados, número sobre o qual poderemos avaliar os resultados da Orientação Pré-profissional. As professoras das classes atingidas pela amostra, em sua grande maioria, conheciam os destinos de seus ex-alunos, mesmo após a saída daqueles da Escola Primária. Observamos esse aspecto através da tabela posterior, a de número (2) dois.

TABELA N.º 2

Turma	alunos localizados pela professora	localizados pela Assis-tente Social	não localizados	Total de alunos na classe
A	22	0	0	22
B	12	6	0	18
C	21	0	1	22
D	13	6	1	20
E	18	1	0	19
F	17	0	0	17
G	20	4	2	26
H	10	9	0	19
I	0	6	0	6
J	17	4	3	24
L	18	2	3	23
M	26	0	0	26
N	24	11	2	27
O	14	4	0	18
P	23	0	1	24
Q	18	0	0	18
R	2	11	0	13
S	17	6	0	23
T	0	22	4	26
U	4	9	4	17
V	15	1	3	19
X	5	17	1	23
TOTAL	316	119	25	460

Verificamos, daí, que 68,7% dos alunos foram localizados através das professoras da classe do ano ou do último ano do Curso Primário, em 1962. Dos restantes 31,3%, foram visitados em suas residências pela Assistente Social da SOPRE. Os demais vinte e cinco alunos, que não foram localizados, correspondem a um índice de 5,4% entre o total.

Conforme verificamos pela tabela número três (3), a diferença entre o sexo dos orientados foi pequena entre a totalidade da amostra.

TABELA N.º 3

Distribuição dos orientandos quanto ao sexo, entre os 460 alunos finalistas do Curso Primário, nos 10 Grupos Escolares da Capital, em 1961.

sexo	número de orientados	%
masculino	217	47,2%
feminino	243	52,2%
TOTAL	460	100 %

Observamos, nesta tabela, que o maior número de alunos se localizou entre os do sexo feminino. Entretanto a diferença foi de apenas 5,6% entre os 460 alunos, não nos levando portanto a maiores considerações.

Na tabela posterior poderemos conhecer a distribuição dos alunos quanto a suas idades. Os orientandos atingidos pela amostra, encontravam-se entre 10 e 17 anos.

TABELA N.º 4

Distribuição dos orientandos quanto à idade, sexo entre os 460 alunos das 22 classes finalistas da Escola Primária em 10 Grupos Escolares da Capital, em 1961.

idades	n.º de orientandos do sexo masculino	n.º de orientandos do sexo feminino	total	%
10-11	90	95	185	40,2%
12-13	95	121	216	47%
14-15	31	25	56	12,2%
16-17	1	2	3	0,6%
TOTAL	217	243	460	100 %

Ao iniciarmos a coleta de dados íamos nos surpreendendo, à medida que encontrávamos, ainda em nossos Grupos Escolares, alunos com mais de 14 anos. Embora com a reforma do Ensino Primário, algumas Escolas sentiram a necessidade de manter em classes de recuperação aqueles adolescentes, por causa de cujas idades não po-

deriam mais ser aceitos em Escola Primária Diurna. Foi permitida esta realidade pela falta de classes primárias em turnos vespertino e noturno.

Dos 460 alunos, 401 crianças, representando 87,2% frequentam a Escola em idade limite (14 anos). Entretanto, observa-se que somente 185 crianças (40,2%) estão em idade normal para 5.º ano, isto é, presume-se que tenham ingressado na Escola com sete anos e não tenham sido reprovadas durante os anos seguintes.

TABELA N.º 5

Distribuição dos alunos de 14 a 17 anos das classes finalistas dos dez Grupos Escolares, quanto a seus destinos ou seguimento.

Destino quanto ao aconselhamento	n.º de alunos	percentagem
para o ginásio	13	22%
para Escola Técnica	6	10%
Abandonaram a Escola	9	15%
Houve falta de aproveit. escolar	12	21%
Não aceitaram Esc. Téc. e foram		
para Ginásio	13	22%
Sem resposta	6	10%
TOTAL	59	100%

Pela tabela n.º 5 levanta-se uma hipótese, não há grande índice de evasão à Escola entre adolescentes de 14 a 17 anos. Observamos que 54% destas 59 crianças seguiram seus estudos com bom aproveitamento. Salienta-se, aí, o papel da Orientação Pré-profissional na motivação do interesse pela continuidade dos estudos, tendo em vista os interesses, as idades, as necessidades sócio-econômicas daquelas pessoas. Do 59 adolescentes, 15% deixaram a Escola, isto é, abandonaram-na. São pessoas que, em sua maioria, vão em busca de um trabalho profissional para o qual ainda não estão preparados ou para o qual ainda não possuem maturidade suficiente.

Passamos agora à análise geral dos 460 alunos quanto ao seguimento de seus estudos.

TABELA N.º 6

Distribuição dos 460 orientandos, dos dez Grupos Escolares das classes finalistas, quanto à execução do aconselhamento.

Execução do aconselhamento	orientandos	porcentagem
aceitação integral	281	61%
aceitação parcial	58	13%
não aceitação	96	21%
sem resposta	25	5%
TOTAL	460	100%

A aceitação integral dos aconselhamentos, tanto para as Escolas profissionais quanto para ginásios ou classes de recuperação, deu-se num índice favorável. Seguiram a orientação parcialmente 52 alunos, isto é, 13%.

Os números nos indicam um resultado produtivo da orientação pré-profissional, atingindo satisfatoriamente a 74% dos alunos das classes finalistas da Escola Primária.

Na execução parcial consideramos:

- alunos que foram orientados para escola técnica, mas que preferiram o ginásio.
- alunos orientados para o ginásio, mas que seguiram para as Técnicas.

Na não execução considerou-se:

- por falta de aprovação
- por abandono aos estudos
- por superação das dificuldades (previstas pela equipe).

TABELA N.º 7

Distribuição dos orientandos das classes finalistas de escola primária, quanto à execução integral de aconselhamento.

Foram orientados e seguiram para:	alunos masculinos	alunos femininos	total	%
Ginásio	114	115	229	82%
Escola Técnica	13	28	41	14%
Classe de Recuperação	5	6	11	4%
TOTAL	132	149	281	100%

Observa-se por esta tabela que a preferência dos alunos que seguiram a orientação dada foi quase a totalidade, ou seja, 82% para os Ginásios, apesar de que se procure, na Orientação Pré-profissional, valorizar os Cursos Técnicos. Somente 41 alunos aceitaram o ingresso em Escolas Técnicas.

CONCLUSÕES

— A Orientação Pré-Profissional procurou atingir a Escola chamando-a como elemento participante da equipe, proporcionando supervisão, através de entrevistas individuais a professores do último ano da Escola Primária. Sendo que 68,7% dos alunos foram localizados pelas professoras, na avaliação do trabalho de Orientação Pré-profissional, concluímos ter sido boa sua participação como elemento integrante da equipe;

— A Orientação Pré-Profissional atingiu aos alunos através da observação da professora preenchendo a "ficha de dados e observações", testes, entrevistas, avaliação e orientação. Verificamos que 61% dos alunos seguiram a orientação integralmente e 13%, parcialmente. Com um total de 74% de alunos que continuaram os seus estudos, em grau médio, concluimos ter obtido bom resultado, atingindo, em grande parte, os objetivos da orientação pré-profissional;

— Levando em consideração os resultados obtidos em nosso trabalho, observamos que os métodos e processos utilizados foram satisfatórios;

— A Orientação Pré-Profissional procurou atingir a família através de reuniões e entrevistas com os pais;

— Pelo alto índice de escolha do Ginásio (82%) e 14% apenas de preferência pela Escola Técnica, constatamos que o Ginásio concentrou a preferência desses Estudantes;

— Em relação aos alunos que preferem as Escolas Técnicas observamos haver um índice um pouco mais elevado em relação às meninas.

SUGERE-SE:

— que a Orientação Pré-Profissional deverá integrar-se cada vez mais dentro das atividades dos últimos anos da Escola Primária;

— que novas técnicas de trabalho deverão ser desenvolvidas a fim de que possibilitem a maior participação dos membros integrantes da equipe de Orientação Pré-Profissional;

— que a Escola e a família, como instituições básicas na equipe de Orientação, encontrem através do Círculo de Pais e Mestres e outras atividades extra-escolares, um meio de maior entrosamento;

— que a Escola se torne cada vez mais atuante na Comunidade em que se localiza;

— que a Orientação Educacional e Pré-Profissional seja estendida a todas as Escolas, descentralizadamente, do SOEE na própria instituição escolar;

— para que seja cumprido o objetivo da Orientação Pré-Profissional de ser um estímulo à continuação dos estudos e no preparo ao exercício de uma profissão, se fazem necessários:

— cursos vespertinos com iniciação profissional

— oficinas de iniciação profissional junto aos grupos escolares, principalmente para atender aos alunos de aprendizagem lenta

— Escolas Técnicas em cada bairro,

— maior número de Ginásios diurnos e noturnos para atender a toda população escolar da Capital.

OS CALENDÁRIOS

Dr. Joaquim I. Silveira da Mota — Prof. da Faculdade de Filosofia de Pelotas (U.C.P.)

ORGANIZAÇÃO — EVOLUÇÃO — REFORMAS

Noticia-se que, no CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, ora reunido em ROMA, por convocação do grande e saudoso Pontífice JOÃO XXIII, recentemente falecido, e mantida por S.S. PAULO VI, cogitou-se de sugerir uma possível reforma do atual calendário, ou seja do calendário gregoriano, adotado por proposta formulada durante o CONCÍLIO DE TRENTO, em 1563 e em vigor a partir de 1582, no pontificado de GREGÓRIO XIII.

Torna-se, assim, oportuno e interessante divulgarmos algo sobre a estruturação, evolução e reformas que têm sofrido os diversos calendários que vigoraram desde os mais remotos tempos, nas várias regiões da Terra.

DEFINIÇÕES E REGRAS

Chamamos de **calendário** (do latim "calendarius", registo metódico de datas e "calendas", lembro) a uma distribuição do tempo em períodos úteis às diferentes necessidades das sociedades humanas compreendendo o conjunto dos vários dias do ano, distribuídos em meses e em semanas.

Em outras palavras, o calendário é um conjunto de convenções adotadas para convenientemente reger a divisão do tempo.

Os povos civilizados sempre recorreram a fenômenos astronômicos, para a contagem e distribuição do tempo, levando em conta os movimentos do Sol e da Lua, ao longo da Terra.

O ano trópico (intervalo de tempo que se escoar entre duas voltas consecutivas do Sol ao equinócio de primavera), é a grande unidade de tempo usada pelos povos civilizados e a sua duração é dividida em quatro períodos ou trimestres, correspondendo cada um a uma estação do ano.

Se a revolução trópica aparente do Sol compreendesse um número inteiro de dias, as dificuldades da divisão do ano em períodos úteis à vida civil seriam prontamente superadas: bastaria designar de um modo qualquer cada dia do ano, para que êsse dia se referisse sempre à mesma data, mas como o **ano trópico** é na realidade um período de 365 dias 5 horas 48 minutos 47,5 segundos, esta parte pracionária tem que ser considerada em separado, como elemento de correção, segundo regras convencionais.

A influência que, no decurso dos tempos, exerce a fração do ano trópico quando abandonada, é devidamente apreciada, decompondo-se a duração do ano trópico em parcelas, da formação seguinte:

Ano trópico = $365 \text{ d} + (0,25 \text{ d} - 0,01 \text{ d}) + (0,0025 \text{ d} - 0,000284 \text{ d}) = 365 \text{ d} + 1/4 \text{ d} + 1/100 \text{ d} + 1/400 \text{ d} \dots\dots\dots$

Vejam os:

a) — suponhamos que o ano trópico fôsse igual a $365 \text{ d} + 1/4$. Neste caso, a correção seria exata, atribuindo-se a cada um dos 3 primeiros anos, um número inteiro de 365 dias, porquanto, a diferença entre os produtos de $365 + 1/4$ por 1, 2, 3 e os produtos de 365 pelos mesmos números, é sempre inferior à unidade.

Mas, ao se proceder dessa forma, é evidente que, no fim de 4 anos, ter-se-ia um dia a menos e, então, para haver compensação, o quarto ano deve ser computado com 366 dias.

Os anos 5, 6, 7 terão 365 dias e o oitavo 366 dias. Conclui-se que, para levar em conta a primeira fração do ano trópico, é preciso atribuir 366 dias aos anos cuja ordem seja divisível por 4.

b) — suponhamos que o ano trópico tenha a duração exata de $365 \text{ d} + 1/4 - 1/100$.

Abandonada a segunda fração, despreza-se anualmente 0,01 do dia e, no fim de 100 anos, tem-se 1 dia a mais, que deve ser suprimido, acontece, porém, que a ordem do ano é divisível por 4 e, assim, contrariamente à regra acima, o **ano secular** deve ser **comum** ou de 365 dias. O mesmo sucederá para o ano 200 e, de modo geral, para todos os anos cuja ordem fôr divisível por 100.

c) — se considerarmos o ano trópico igual a

$$365 \text{ d} + 1/4 - 1/100 + 1/400,$$

despreza-se anualmente $1/400$ do ano e, no fim de 400 anos, ter-se-á abandonado 1 dia, sendo necessário adicionar 1 dia ao ano, de 400 em 400 anos. Porém, pela regra anterior, os anos seculares tem 365 dias, por conseguinte, tôdas as vêzes que o número de séculos fôr divisível por 4 é preciso atribuir ao ano 366 dias.

Os anos de 365 dias, denominam-se de **anos comuns** e os de 366 dias, de **anos bissextos**. Denomina-se de **milésimo do ano**, ao algarismo que indica a sua ordem, conforme a origem adotada.

Isto pôsto, podemos enunciar a **lei do calendário**, da seguinte maneira:

Os anos cujo milésimo fôr divisível por 4 serão **bissextos**, exceto os anos **seculares**, que sòmente serão **bissextos**, quando o número de séculos fôr divisível por 4.

Nesta regra, despreza-se uma quarta e pequena fração, anualmente, que daria 1 dia no decurso de 3.500 anos, não havendo, assim, necessidade de uma correção imediata.

O **ano civil** divide-se em semi-anos, chamados de **semestres**, cada um com 6 meses, de 30 e 31 dias, exceto o de fevereiro que, nos anos comuns, tem 28 dias e nos anos bissextos tem 29 dias. Os dias são designados pelo número de ordem nos **meses**, como os nomes particulares de segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo, que se repetem, na mesma ordem durante

o ano, o seu conjunto constituindo a **semana**. O **mês** tem 4 semanas e divide-se em 2 **quinzenas**. A ordem de sucessão dos meses durante o ano, é a seguinte:

1.º semestre		2.º semestre	
janeiro	31 dias	julho	31 dias
fevereiro	28/29 "	agosto	31 "
março	31 "	setembro	30 "
abril	30 "	outubro	31 "
maio	31 "	novembro	30 "
junho	30 "	dezembro	31 "

É interessante conhecer-se a denominação dos dias da semana e dos meses do ano, nas principais línguas. No quadro incluído neste artigo, vemos essas denominações em latim e em oito idiomas modernos. No decurso da apreciação de vários calendários antigos, veremos isso, também em diversas línguas antigas faladas por outros povos da Terra.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CALENDÁRIOS

A necessidade de determinar, com precisão, a data em que ocorrem os diversos fatos foi reconhecida desde os mais remotos tempos, por todos os povos, mesmo pelos pouco cultos. Daí a instituição do **calendário** ou conjunto de regras tendo por fim a divisão do tempo.

Como unidade, impôs-se desde logo o período de rotação da Terra, que foi adotado, contando-se, portanto, o tempo pelo número de dias decorridos a partir de um certo momento ou **era**.

Mas, êsse modo de contagem seria muito incômodo, visto como, com o decorrer do tempo, o número de dias tornar-se-ia de tal modo grande, que dêle não se faria mais idéia nítida.

Fazia-se, pois, mister, sem abandonar o emprêgo do dia como base de contagem, utilizar outros períodos mais largos, cuja relação com a unidade fôsse conhecida, tal como se procede sempre, adotando múltiplos tôda vez que a unidade se torna demasiado pequena, em face da grandeza a medir.

Foram empregados, então, o **ano**, ou período de revolução da Terra em tôrno do Sol, e o **mês**, relacionado com a revolução da Lua em tôrno da Terra.

Utilizando sempre o ano, o mês e o dia, para a medida do tempo, foi que os diversos povos, desde a mais alta antigüidade,

empreenderam a solução da complicada questão do calendário.

Mas, à falta de conhecimento rigoroso do período da revolução da Terra ao redor do Sol, conhecimento que só se foi aperfeiçoando no decorrer dos tempos, bem como devido por primitivos preconceitos religiosos dos diferentes povos, que se punham a modificações, embora justas, adotaram-se entre os vários gentios e em diferentes épocas de sua história, regras variadas, constituindo-se, assim, os numerosos calendários, dos quais alguns ainda em uso atualmente.

O estudo acurado de tôdas as tentativas feitas com o objetivo de resolver o problema e do modo pelo qual foi êle resolvido é assunto por demais vasto e intrincado para ser abordado em uma rápida divulgação, em que se trata de expor as bases necessárias à boa compreensão das regras do calendário gregoriano, que adotam os povos adiantados, com raríssimas exceções.

Todavia, faremos rápida exposição das noções relacionadas com os principais elementos da organização e evolução dos calendários até agora utilizados pelos povos antigos e modernos.

CALENDÁRIO BABILÔNIO

O calendário babilônio, impôsto pelos reis da primeira dinastia da Babilônia, em tôdas as cidades debaixo de seu poder, era o adotado pelos assírios ao final do segundo milênio A.C., sendo usado pelos judeus por ocasião de seu retôrno do Exílio e ainda amplamente na era cristã.

Êsse calendário fôra uniformizado com o calendário sumeriano em uso em NIPUR, na época da terceira dinastia de UR, entre 2.300 — 2.150 A.C., da seguinte maneira:

Babilônios:

1. Nizan
2. Aiaru
3. Simanu
4. Du'uzu
5. Abu
6. Ululu
7. Tashritum
8. Arakhsamna
9. Kislimu
10. Tebitum
11. Shabat
12. Addaru

Sumerianos:

1. Bar.Zag.Ga.
2. Gud.Si.Di.
3. Seg.Ga.
4. Su.Numun.Na.
5. Ne.Ne.Gar.
6. Kin.Innin.Na.
7. Du.Ku.
8. Apin.Du.A.
9. Gan.Gan.Na.
10. Ab.Ba.E.
11. As.Am.
12. Se.Gur.Kud.

Tratava-se de meses lunares, em geral sendo sua duração de 30 dias; nos períodos históricos, eram feitas observações regulares da Lua e, caso coincidissem com o 30.º dia do mês, então auto-

màticamente o dia se tornava o primeiro do mês seguinte, e todos eram disso oficialmente notificados.

A fim de prevenir perturbações demasiadamente sérias nas estações, devidas a discrepâncias entre 12 lunações e o ano solar, um mês foi intercalado; êsse mês intercalar, poderia ser um segundo Elul (Ululu) ou um segundo Adar (Addaru). Tais intercalações foram feitas, em períodos posteriores, regularmente divididos dentro de um ciclo; no período "Seleucid" e anteriores, cerca do ano 32 A.C., o ciclo era de 19 anos; de 504 a 383 A.C., foi de 27 anos; entre 528 e 505, A.C. era de 8 anos. Antes do reinado de DARIO, a intercalação não se baseava em qualquer ciclo fixo, mas sim era inserida quando os astrônomos avisavam ao rei ser isso necessário, a finalidade sendo, como se sugeria, que o primeiro dia de Nizan, quando sempre se iniciava o ano, não deveria ir além da última Lua do equinócio de primavera e nunca mais de uma Lua antes dêste.

Em termos do calendário juliano, calcula-se que o mês era então de 27 dias. Nizan coincidia, portanto, aproximadamente, com março — abril, e em certos casos, com abril-maio.

A propósito dos nomes dos meses, nada existe de certeza.

Nizan, parece indicar "sacrifício"; Aiaru, "florada"; Simanu, o "fixo", "tempo assinalado", não sendo claros em relação a algumas observâncias rituais; Du'uzu seria uma forma de Tammuz, devido a profundas alterações, e o mês foi assim chamado porque era quando a queima da vegetação era permitida; Arakhamna era o "oitavo mês".

O mês se dividia em períodos desiguais, por dias com nomes especiais, o primeiro **arhu**, o sétimo **sibutu**, o décimo quinto **sabbattu**, o vigésimo **bubbulu** e o terceiro, sétimo, décimo sexto **nubattu**, descanso, repouso; mas não havia sistema contínuo de contagem em semanas de 7 ou qualquer outro número de dias.

O dia era dividido em 6 partes: 3 para a noite; a primeira chamada "nascer do Sol" — **napakh Shamsi**, "siesta" — **muslulu**, e "pôr do Sol" — **ereb Shamsi**, ou "tarde" — **lilati**, a segunda "espreita" das estrêlas" — **bararitu**, "intervalo" — **gablitu** e "alvorada" — **saturri**.

O tempo era contado em horas duplas, 12 para o dia, sendo provável que os astrônomos, senão outros, calculassem os dias começando ao pôr do Sol.

As horas consistiam em 30 divisões menores, cuja duração era assegurada medindo-se a passagem de determinado pêso d'água através de taças perfuradas, relógios d'água ou clepsidras.

Outros calendários foram usados na sétima centúria no império assírio. Assim, o mês Kanun, que provavelmente se derivou de um calendário sírio, é caracterizado por seu nome de homem.

Sabe-se, segundo o escritor latino CENSORINUS, que o primeiro dia do calendário anual coincidia com o nascer de SOTHIS (nome então dado à estrela Sírío) no ano 139 A.C., o mesmo devendo haver ocorrido precedentemente, isto é, em 1321 A.C., 4241 A.C., 5701 A.C.

Obviamente, em um desses momentos é que deveria ter sido introduzido o calendário. Os textos religiosos, agora conhecidos, inscritos nas pirâmides na época da quinta e sexta dinastias, mostram que o calendário com seus 5 dias extraordinários já estava então em vigor.

Conseqüentemente, os egiptólogos datam a introdução do calendário em 4241 A.C. ou em 2781 A.C., segundo as pirâmides são incluídas em uma ou outra dessas datas.

Os egípcios não usavam unidades de tempo ao longo do ano. Em face disso, eles não datavam por **eras** no sentido moderno. Nos primitivos tempos, cada ano era datado segundo os acontecimentos mais importantes, como p. ex.: "o ano do primeiro golpe ocidental", o que era, simultaneamente conectado com o rei que governava na época. Posteriormente, sob a quinta e sexta dinastias, o recenseamento bianual do gado, foi usado para a contagem do tempo; e os anos de um reinado eram numerados, alternadamente, "o ano do primeiro (segundo, terceiro, etc.) recenseamento", e "o ano após o primeiro (segundo, terceiro, etc.) recenseamento". Posteriormente, os anos dos reinados passaram a ser numerados desde logo 1, 2, 3, e assim por diante.

Nos primitivos documentos egípcios, os meses não recebiam nomes especiais, sendo apenas citados como primeiro, segundo, terceiro ou quarto mês, em cada estação. No período persa, porém (século VI A.C.), começaram a tomar nomes decorrentes das festividades que nêles ocorriam. Tais nomes eram usados nos discursos, mas jamais escritos. Muita incerteza há acêrca da origem de muitos dêles, sendo a questão complicada pelo fato dos mesmos nomes, antes ou depois do período de RAMSÉS, em seu conjunto podiam indicar qualquer mês do ano.

A semana de 7 dias era totalmente desconhecida dos egípcios nos primitivos tempos.

O dia e a noite eram, cada um, divididos em 12 horas, mas ao passo que o dia era medido, às vêzes, pelo nascer e pelo pôr do Sol e às vêzes pelo aparecimento ou o desaparecimento da luz, a duração do dia e da noite variava segundo os anos.

Nessas condições, os egípcios não podem pretender haver estabelecido a hora como unidade de tempo.

Segundo vários autores, os egípcios fizeram o seu ano civil de 360 dias (o que leva a crer ter sido êste o motivo da divisão da circunferência em 360.º, porém mais tarde, adotaram o ano de 365 dias, dividido em 12 meses de 30 dias cada um, sendo completado por

5 dias suplementares, que completavam o ano.

O ano dos egípcios não sendo de duração igual à do ano trópico, definido pelo intervalo de tempo necessário à volta do Sol ao mesmo equinócio, deu causa ao deslocamento das estações, que se produziam continuamente em datas sempre diferentes, até, novamente coincidirem com a mesma data, após largo período de tempo.

É, em rigor, o que acontece a todos os calendários, em maior ou menor grau, pois o ano trópico equivale a 365, 242217 dias e, a não ser por artifícios especiais, não se pode evitar que aquêle inconveniente se manifeste, quando se toma número inteiro de dias para a duração do ano civil.

Os próprios egípcios reconheceram que o período de 365 dias era curto e que devia ser modificado para $365 \frac{1}{4}$, o que acarretava modificações correspondentes em seu calendário, mas então não se alteravam facilmente as cousas que a tradição e os preconceitos religiosos já haviam consagrado.

Perdurou, por isso, o ano de 365 dias, muito racionalmente chamado **ano vago**, pelo fato já apontado das estações se produzirem em tôdas as épocas do ano, havendo necessidade de um período de 1460 anos vagos, para que elas voltassem a se produzir nos mesmos dias.

Esse período de 1460, foi chamado **período sotíaco**.

Entre os motivos, aliás pueris, alegados pelos partidários da manutenção do ano vago, apontava-se que, celebrando-se as festas religiosas em dias fixos do ano, após certo número de anos, elas teriam sido efetuadas em tôdas as estações que, dest'arte ficariam santificadas.

Todavia, a tendência geral era para conseguir a correspondência entre os fenômenos celestes e as datas em que se celebravam as festas. E compreende-se tôda a importância que há em harmonizar a duração do ano civil com o período das variações da declinação do Sol, que é, como se sabe, ligado ao da sucessão das estações.

Não sendo assim, as estações, que tanto influem sobre a vida dos animais e dos vegetais, chegariam em anos sucessivos em datas diferentes: — a primavera, p. ex.: começaria ora nos primeiros meses, ora no meio do ano, ora nos últimos meses do ano.

Para evitar tão grave inconveniente, cumpria proceder de maneira que, em um intervalo de tempo qualquer, houvesse tantos anos trópicos quantos civis.

Mas, não sendo de número inteiro de dias a duração do ano trópico, era impossível fazer todos os anos civis com a mesma duração, visto que a fração não considerada, acumulada com o correr do tempo, em pouco se tornaria superior a 1 dia, e o êrro aumentado sem cessar introduziria a desordem no calendário.

Não podendo os anos civis serem todos iguais entre si, fazia-se mister recorrer às intercalações periódicas, de modo que compensassem os erros inevitáveis e obtivessem que o valor médio do ano civil, para um longo intervalo, fôsse precisamente igual à

duração do ano trópico.

Assim, o ano egípcio, que comportava invariavelmente 365 dias, até o reinado de NABONASSAR, passou a admitir 1 dia intercalar, de 4 em 4 anos, depois da batalha de ACTIUM e da submissão do Egito aos romanos.

CALENDÁRIO CHINÊS

Para fins cronológicos, o povo chinês, como os demais do oriente da Ásia, emprega ciclos sexagesimais para computar seus dias, lunações e anos. Os dias são distribuídos, no calendário, em ciclos sexagesimais, e na mesma maneira são também distribuídas as horas nas semanas, ou ciclos de sete. Cada dia do ciclo tem denominação particular, sendo usual para mencionar datas, acrescentar o nome do dia ao da lunação e o do ano. A ordem dos dias no ciclo não é jamais interrompida por qualquer intercalação que ajuste os meses ou os anos.

As lunações no ano civil são também distinguidas pela sua posição no ciclo sexagesimal; e, como lunações intercalares não são computadas, devido a que durante uma dessas lunações o Sol não entra em novo signo, existem apenas 12 lunações regulares em um ano, bem como o ciclo é renovado cada 5 anos.

O ciclo sexagesimal é constituído por dois ciclos subordinados ou séries de caracteres, uma de 10 e outra de 12, as quais são unidas sem interrupção para produzirem 60 combinações diferentes.

As denominações dos caracteres nos ciclos de 10, chamados **signos celestiais**, são:

- | | |
|---------|----------|
| 1. Kia | 6. Ki |
| 2. I | 7. Kêng |
| 3. Ping | 8. Hsin |
| 4. Ting | 9. Jên |
| 5. Wu | 10. Kuei |

e, nas séries de 12, denominados **signos terrestres**, são:

- | | |
|---------|---------|
| 1. Tzu | 7. Wu |
| 2. Chou | 8. We |
| 3. Yin | 9. Shin |
| 4. Mao | 10. Yu |
| 5. Shin | 1. Hsü |
| 6. Ssü | 12. Hai |

O nome do primeiro ano, ou do primeiro dia, no ciclo sexagesimal forma-se pela combinação das primeiras palavras de cada uma das séries acima; o segundo, pela combinação do segundo de cada série e, assim, até ao décimo. Para os anos seguintes, a primeira palavra da primeira série é combinada com a décima primeira da

segunda e, às vezes, o da segunda da primeira série com a décima segunda da segunda série, depois o terceiro da primeira série com a primeira da segunda, e assim por diante, até completar a sexagesimal combinação, quando o último da primeira série, concorre com o último da segunda.

Conforme a história chinesa, traduzida no dialeto Tatar por ordem do Imperador K'ANG-HI — 1721 — os caracteres do ciclo se iniciaram no ano 2327 A.C.

Os imperadores ao ascender ao trono davam seu nome aos anos de seu reinado. Os períodos assim formados são chamados pelos chineses de NIEN-HAO (nome-ano), começando, portanto, as **eras** em cada reinado.

Na China moderna, o calendário nativo é usado conjuntamente com o ocidental (HSI-LI ou cômputo ocidental).

CALENDÁRIO HINDU

Desde as mais remotas épocas, os hindus usaram o ciclo luni-solar, combinando anos solares e anos lunares ajustados de forma que o início do ano lunar se aproximasse ao do ano solar.

O conjunto detalhado das primitivas formas do calendário hindu tem sido objeto de várias investigações; mas, desde cêrca de 400 A.C., sob a influência da Astronomia grega, se desenvolveu o calendário hindu, que hoje em dia conhecemos.

Para finalidades civis, os anos solares são usados em Bengala, Orissa e nos distritos de Tanul e da Malaia, de Madras; para o restante do país, prevalecem os anos lunares. Todavia, geralmente os ritos religiosos e festivos são regulados pelo ano lunar, e os detalhes da vida privada e doméstica (ocasiões propícias para casamentos, dias de empreitadas, etc.) baseiam-se no calendário lunar. Os almanaques que apresentam o ano solar, fornecem detalhes sôbre o ano lunar.

O ano civil é determinado pelos anos solares astronômicos, iniciando-se com artificial e nominal equinócio, em vez do verdadeiro.

O ano solar é dividido em 12 meses, em concordância com as sucessivas **samkrāntis** ou entradas do Sol nos signos do zodíaco que, como sabemos, são 12.

Os nomes dêsses signos, em sânscrito, são os seguintes:

1. Mesha — o carneiro — (Aries)
2. Vrishabha — o touro — (Taurus)
3. Mithuna — o par, os gêmeos — (Gemini)
4. Karka, Karkata, Karkataka — o carangueijo — (Câncer)
5. Simha — o leão — (Leo)
6. Kanyā — a donzela — (Virgo)
7. Tulā — a balança — (Libra)
8. Vrischika — o escorpião — (Scorpius)
9. Dhanus — o arco — (Sagittarius)

10. Makara — o monstro marinho — (Capricornius)
11. Kumbha — o pote d'água — (Aquarius)
12. Mina — o peixe — (Pisces)

Os meses solares são conhecidos, em várias partes do país, pelos nomes dos signos zodiacais ou de suas formas de corruptelas, sendo estas geralmente os nomes usados, por não causarem confusões. Os meses lunares, em sânscrito, são:

- | | |
|---------------|--|
| 1. Chaitra | 7. Āsvina ou Āsvayuja |
| 2. Vaisākha | 8. Kārttika |
| 3. Yiaishtha | 9. Mārgasira ou Mārgasiha ou
Agrahāyana |
| 4. Ashādhā | 10. Pausha |
| 5. Srāvana | 11. Māgha |
| 6. Bhādrapada | 12. Phālguna |

de cujos nomes também existem corruptelas.

Em alguns lugares do país, o mês Chaitra liga-se ao mês Mesha; em outros, ao mês Mina. Os meses são de duração variável; o mais curto é Dahnus, e o mais longo Mithuna.

Os dias civis, do mês solar, começam ao nascer do Sol. São numerados 1-2-3-etc., em sucessão contínua até o fim do mês, que varia de 29 a 32 dias.

Os dias civis são denominados depois dos dias da semana, com seus nomes usuais, havendo vários sinônimos em cada caso, e muitos dos nomes são usados em formas de corruptelas; são, em sânscrito, **ādityavāra** ou **ravivāra**, o "dia do Sol", às vezes chamado **ādivāra**, o "dia do início" (domingo), **sōmavāra**, o "dia da Lua" (segunda-feira), **mangalavāra**, o "dia de Marite" (terça-feira), **budhavāra**, o "dia de Mercúrio" (quarta-feira), **brihaspativāra** ou **guruvāra**, o "dia de Júpiter" (quinta-feira), **sukravāra**, o "dia de Vênus" (sexta-feira), e **sanivāra**, o "dia de Saturno" (sábado).

As principais divisões do dia civil, são:

60 vipalas = 1 pala = 24 segundos

60 palas = 1 ghatikā = 24 minutos

60 ghatikās = 24 horas = 1 dia

havendo também:

1 muhurta = 2 ghatikās = 48 minutos

que é a maior aproximação da hora.

Os valores comparativos das medidas de tempo podem ser ainda assim ilustradas:

2 1/2 muhurtas = 2 horas

2 1/2 ghatikās = 1 hora

2 1/2 palas = 1 minuto

2 1/2 vipalas = 1 segundo

Até agora, os hindus, para suas necessidades civis, a partir do nascer do Sol, contam naturalmente seu tempo, em **ghatikās** e **palas**. Todavia, reconhecem a conveniência de uma conexão de seu

calendário lunar com as prevalências oficiais ocidentais, e vários almanaques hindus já adotaram as práticas européias, mostrando o tempo solar, em horas e minutos, a contar da meia noite, o mesmo fazendo com o tempo solar a paritr do meio dia.

O ano lunar consiste em 12 lunações ou meses lunares. Um ano lunar médio de 12 lunações tem aproximadamente 354 dias, 8 horas, 48 minutos e 34 segundos.

CALENDÁRIO ISRAELITA

O calendário dos judeus ou israelita, o mais engenhoso e elegante, na opinião de SCALIGERO, remonta ao IV século D.C.

O ano judaico, como o dos antigos gregos, é luni-solar, tendo, portanto, para base os cursos do Sol e da Lua. Compõe-se de 12 ou 13 meses lunares, compreendendo cada um 30 ou 29 dias. O ano de 12 meses é chamado **ano comum**; e o de 13 meses, **ano embolísmico**.

Quer o ano comum, quer o ano embolísmico, podem ser **defectivos, regulares** ou **abundantes**. O ano comum chama-se defectivo quando tem 353 dias, regular quando encerra 354 dias, e abundante quando dura 355 dias. O ano embolísmico é defectivo, regular ou abundante, quando contém, respectivamente, 383, 384 ou 385 dias.

A concordância com o curso do Sol é feita, neste calendário, intercalando-se 7 meses no ciclo de 19 anos, provindo daí os anos embolísmicos de 13 meses. Êsse 13.º mês é chamado **veador**, tendo 29 dias e junta-se ao 3.o, 6.o, 8.o, 11.o, 14.o, 17.o e 19.o anos do ciclo.

O calendário israelita, atualmente em uso, é luni-solar, os anos sendo calculados pelo Sol e os meses pela Lua, para cujo ajustamento é feito a intercalação acima indicada.

Para fins práticos, com o início do **sabbath**, os dias começam no pôr do Sol, mas o calendário de dias de 24 horas começa às 18 horas.

A hora é dividida em 1080 partes (**halagin**), cada parte (**hêlag**) sendo igual a 3,3 segundos. A **hêlag** é, por sua vez, dividida em 76 **regáim**.

Um mês sinódico é o intervalo entre duas conjunções (conjunção = **molad**) é o conjunto de 29 dias, 12 horas, 44 minutos, 3 1/3 segundos.

O calendário mensal, porém, naturalmente contém um número exato de dias, conseqüentemente o mês hebreu varia de 29 a 30 dias, nenhum dêles apresentando 28 ou 31 dias.

O mês abundante — **mãle** — contém 30 dias, o defectivo **hãser** — 29 dias. Os meses **nissan**, **sivan**, **ab tishri** e **shebat** são sempre abundantes; **iyvvar**, **tammuz**, **ellul**, **tebeth** e **adar**, sempre defectivos, ao passo que **marheshyan** e **kisley**, podem variar.

O número de dias em um ano varia naturalmente. O total será

o dos dias de um mês — 29 dias, 44 minutos, 3 1/3 segundos — multiplicado por 12 em um ano comum e por 13 em um ano embolístico. Mas, outro processo poderá resultar em uma resposta fracionária, o ano comum tendo 353, 354 ou 355 dias e um embolístico 383, 384 ou 385 dias, como dissemos acima.

O Ano Novo começa em **1 tishri**, mas pode ser dilatado por um ou dois dias, por várias razões. Assim, podendo-se prever o "dia da expiação" — **10 tishri** — caindo em uma sexta-feira ou em um domingo, o Ano Novo pode ser domingo, quarta-feira ou sexta-feira.

A seguir, enumeramos os meses e os dias mais importantes em cada um, no calendário israelita:

1. Tishri: 1 e 2, Ano Novo; 3, jejum de Gedaliah; 10, dia da Expição; 15-12, Tabernáculos; 22, oitavo dia da Assembléia solene; 23, alegria da lei.
2. Marheshvân: 22, 25, 29, primeira segunda-feira, terça-feira e segunda segunda-feira, Festividades em 1928.
3. Kislev: 25, Festividade da dedicação (**hanucah**) tem seu início.
4. Tebeth: 2, termina **hanucah**; 10, Festividade de **tebeth**.
5. Shebat: 15, Ano Novo das árvores.
6. Adar: 13, Festividade de Esther; 14-15, Purim.
7. We-Adar: segundo **adar**, mês intercalar.
8. Nissan: 15-22, Páscoa.
9. Iyyar: 10, 13, 17, primeira segunda-feira, quinta-feira e segunda segunda-feira, Festividades em 1928.
10. Sivan: 6, 7, Pentecostes.
11. Tammuz: 17, Festividade.
12. Ab: 9, Festividade.
13. Ellul:

O calendário israelita é o resultado de um longo desenvolvimento; sua atual forma não possui grande antigüidade. Os primitivos nomes hebreus dos meses desapareceram durante o Exílio e foram substituídos pelos nomes babilônios acima dados; porém, mesmo durante o Exílio, os meses eram mais comumente designados por números. A Bíblia registra apenas quatro nomes: **abib** — 1.º —, **ziv** — 2.º —, **ethanim** — 7.º — e **bul** — 8.º

O calendário foi originariamente fixado por observações, e posteriormente mediante cálculos. Até a queda do Templo (70 A.C.), um velho refrão diz que a Lua Nova vinha adiantada, era estritamente examinada e, caso sua evidência fôsse aceita, o mês era fixado pelos sacerdotes. Eventualmente, essa autoridade passou ao sanedrim e, ultimamente, ao Patriarca.

Quando necessário, um segundo **adar** era inserido de maneira que a colheita do milho pudesse ocorrer na Páscoa.

Gradativamente, a observação cedeu lugar ao cálculo. O direito da determinação do calendário foi reservado ao patriarcado; os judeus da Mesopotâmia tentaram em vão estabelecer seu próprio ca-

lendário, mas a prerrogativa da Palestina foi sempre zelosamente defendida.

O **Talmud** fala de vários dias do Ano, podendo ser considerado como certo que, na Palestina, o Ano Novo começa em **nissan** e na Babilônia em **tishri**.

CALENDÁRIO MUÇULMANO

O calendário muçulmano é apenas lunar, tendo somente 12 meses, alternadamente de 30 e 29 dias, exceto o último mês que compreende algumas vezes 30 em lugar de 29 dias.

O ano lunar dos muçulmanos apresenta 354 dias, quando **ordinário**, e 355, quando **abundante**. É, pois, inferior de 10 a 11 dias ao ano trópico, resultando daí que as estações, reguladas exclusivamente pelo curso do Sol, percorrem rapidamente os meses do ano muçulmano, pois chegam cada ano 10 a 11 dias mais tarde que no precedente.

A era da **Hégira**, comumente chamada de era **maometana**, é usada principalmente na Turquia, Pérsia, Arábia, Egito e em várias partes da Índia.

Essa era data do primeiro dia do mês que precedeu a fuga de MAOMÉ, de Meca para Medina. Esse dia foi uma quinta-feira, 16 de julho, do ano 622. Os anos da **Hégira** são meramente lunares, sempre consistentes de 12 lunações, começando aproximadamente na Lua Nova. Não possuindo intercalações para conservar as mesmas estações em relação ao Sol, esses anos retroagem tôdas as estações cada 33 1/2 anos.

Os nomes dos meses e o número de dias, em cada um deles, são os seguintes:

1. Muharran	30 dias	7. Rajaib	30 dias
2. Saphar	29 "	8. Shaaban	29 "
3. Rabia 1	30 "	9. Ramadã	30 "
4. Rabia 2	29 "	10. Shawwaãl	29 "
5. Jomada 1	30 "	11. Dulkaada	30 "
6. Jomada 2	29 "	12. Dulheggia	29 "

O último mês — **dulheggia** — tem, ocasionalmente, 30 dias. O **ramadã**, o nono mês, é observado no Islam, como mês festivo.

CALENDÁRIO MAIO

Sob a denominação genérica de "maias", agrupam-se correntemente vários povos de culturas afins, cujo elemento de caracterização mais importante é a língua. Esta, por sua vez, é bastante homogênea. Na realidade, as diferenças entre umas e outras línguas podem ser consideradas variantes dialetais. Podemos, portanto, incluir na denominação corrente de "maias", os antigos povoadores do Iucatão,

do Norte da Guatemala, da Honduras Britânica e de algumas regiões limítrofes.

A história dos maias pode ser dividida, segundo SPINDEN, em sete períodos, cujas datas se distribuem, em confronto com o calendário cristão, desde 613 A.C. (período proto-histórico), até 1437 D.C., quando terminaria o chamado período Nahuatl. Segundo MORLEY, SPINDEN e TOZZER, a história dos maias poderia ser resumida e simplificada: 1) O "Velho Império", desde o começo da nossa era, até ao ano de 630; 2) O "Novo Império", desde o ano de 630 até à ocupação definitiva do Iucatão pelos espanhóis, em 1541.

Os maias adotavam o ano de 365 dias, que era invariável. Dividia-se em 18 meses de 20 dias cada um, sempre com 5 dias suplementares no final. Os nomes dos meses eram:

1. Pop	10. Yax
2. Uo	11. Zac
3. Zip	12. Ceh
4. Zotz	13. Mac
5. Tzec	14. Kantin
6. Xul	15. Muan
7. Yax Kin	16. Pax
8. Mol	17. Kayab
9. Chen	18. Cunhu

com os dias suplementares no período denominado **Uyaeb**.

Dentro do mês, os dias eram numerados de 0 a 19 inclusive, ou de 1 a 20, o mesmo em **Uyaeb**.

Tinham também séries de nomes, de dias, começando por **Imix**, segundo a tabela abaixo:

				Incidencia dos dias nos meses			
1. Imix	6. Cimi	11. Chuen	16. Cib	4	9	14	19
2. Ik	7. Manik	12. Eb	17. Caban	5	10	15	0
3. Akbal	8. Lamat	13. Ben	18. Eznab	1	6	11	16
4. Kan	9. Muluc	14. Ix	19. Cauac	2	7	12	17
5. Chicchan	10. Oc	15. Men	20. Ahau	3	8	13	18

Afastados dos centros de civilização do mundo antigo, entre os maias da América Central, encontramos uma ciência astronômica independente e aparentemente muito antiga.

Os maias nos legaram, em sua curiosa escrita hieroglífica, inscrições gravadas na pedra, que tanto quanto possamos agora interpretá-las, se compunham, em grande parte, de datas. A maioria dessas inscrições datam da época que vai do meado do século III, ao do século VI A. C. O sistema de cálculo do tempo, empregado pelos maias, estava ainda em uso no México, por ocasião da chegada ali dos espanhóis; aparentemente complicado, é todavia de grande clareza e de grande precisão.

A partir de data muito afastada, tomada como origem, contavam-se os dias de maneira contínua, sem fazer uso de outros repa-

ros cronológicos; utilizava-se, para êsse efeito, o sistema vigesimal:

1 Kin	1 Uinal	1 Dia
20 Kins	1 Tun	20 Dias
18 Uinais	1 Ketun	$20 \times 18 = 360$ dias
20 Tuns	1 Ciclo	$20 \times 20 \times 18 = 7.200$ dias
20 Katuns		$20 \times 20 \times 20 \times 18 = 144.000$ dias

Para fixar melhor o dia, os maias davam ainda sua situação dentro do ano, arredondado êste para 365 dias, bem como dentro do **tzolkin**, período de 260 dias. O ano se dividia em 18 meses, cada um 20 dias, como dissemos antes, e em um mês curto de 5 dias; o **tzolkin** representava uma combinação particular de 20 nomes, de dias consecutivos, com os algarismos de 1 a 13.

A combinação do **tzolkin** — 260 dias — com o **haab** — 365 dias isto é, o ciclo de 52 anos, foi denominado, pelos especialistas em assuntos maias, de "calendário circular".

O calendário maia renunciava, assim, completamente a conciliar os períodos contados de vários maneiras: pelo contrário, deixam os diversos sistemas cronológicos seguirem seu curso independentemente uns dos outros.

No que concerne à data de nosso calendário que corresponderia ao ponto de partida da numeração contínua dos dias, questão essencial para o conhecimento da cronologia maia, não existe ainda qualquer solução universalmente admitida.

Se tomarmos a correlação de SPINDEN, as inscrições adquirem significação astronômica; com efeito, constata-se que grande número das datas indicadas correspondem a eclipses e a conjunções de planetas entre si, com o Sol ou com as estrelas brilhantes e que, freqüentemente, uma inscrição comporta certa idéia diretora, uma série de fenômenos análogos e sendo congregados. Êsse fato, bem como a acumulação chocante de constelações raras dão significação astronômica à inscrições e dão à correlação de SPINDEN um alto grau de verossimilhança.

CALENDÁRIO GUATEMALTECO

O calendário Quiché e Cakchiquel, da Guatemala, possuía um sistema similar de nomes e de números dos dias ao dos maias.

Os dias eram: Imox, Igh, Akbal, kat, Can, Camey, Quieh, Genel, Toh, Tzii, Batz, Balam, Ah, Itz, Tziquin, Ahmak, Noh, Tinhax, Caok, Hunahpu.

CALENDÁRIO AZTECA

Um dos aspectos mais notáveis da cultura dos antigos mexicanos foi o conhecimento do calendário. Seu complexo sistema de medir o tempo servia para reger todo o complicado cerimonial de sua

religião: festas, ritos mágicos, agouros, etc., bem como a maior parte dos atos da sua vida pública e vida privada.

O calendário era baseado em observações astronômicas de surpreendente exatidão. Os sacerdotes encarregavam-se de tais observações e isto mostra até que ponto a medida do tempo se ligava ao culto dos deuses.

Os cálculos cronológicos dos antigos mexicanos se fundava ao mesmo tempo num período de 260 dias, dividido em 20 "meses" — como errôneamente os denominaram os antigos cronistas — e num período de 365 dias, que se dividia em 13 vintenas e ao qual se acrescentavam 5 dias adicionais. O primeiro período denominava-se **tonalamatl**. Foi representado várias vezes nos velhos manuscritos, e parece ser o mais antigo. Pode ser representado em algarismos, da seguinte forma:

260 dias — 13×20 ou $5 (4 \times 13)$.

O outro período é, na realidade, o calendário solar. Denominava-se **tonalpohuali** (conta dos dias), sendo geralmente representado sob a forma de círculo. Pode ser enumerado em algarismos, da seguinte maneira: $365 \text{ dias} = (18 \times 20) + 5$ ou $(28 \times 13) + 1$.

O tonalamatl compunha-se de símbolos que representavam dias, numerados de 1 a 13. Repetiam-se estas duas séries, sem solução de continuidade; e, como entre 20 e 13 não existe fator comum, um símbolo e um número dados não podiam coincidir a não ser uma só vez em 261 dias. Portanto, no curso de um único **tonalamatl**, jamais coincidiam 2 dias, que fôsem simultaneamente designados pelo mesmo símbolo e mesmo número.

No códice FEJÉRVÁRY, encontramos a representação gráfica dos símbolos dos dias, do calendário azteca. A explicação dêsses símbolos é a seguinte:

1. **Cipactli** — cabeça de um animal monstruoso, identificado ao caimão, ou ao peixe-espada. Aparece por vezes, em manuscritos, com patas; outras vezes, com asículas. Parece que a lenda atribui a criação do mundo a êste **cipactli**, e que as irregularidades da superfície da Terra se devem às proeminências escamosas existentes no corpo do animal. A data de **1 cipactli** é considerada a da criação do mundo, e o símbolo está especialmente associado a **Tonacatecutli**.

2. **Escatl** — a cabeça do deus do vento, simbolizando a instabilidade.

3. **Cali** — uma casa, implicando a noção do descanso; ligava-se a **Tepeyolotl**.

4. **Quetzpalin** — uma lagartixa, simbolizando o aumento das águas e a fertilidade; também era associada ao deus **Ueuecoyotl**.

5. **Coatl** — uma serpente, símbolo da pobreza e do desamparo; associava-se a **Chalchiuhtlicue**.

6. **Miquistli** — a cabeça de **Mictlantecutli**, signo da desgraça.

7. **Mazatl** — a cabeça ou a pata do veado; é símbolo de pouca sorte, porque o veado representa a timidez; associava-se a **Tlaloc**.

8. **Tochtli** — um coelho: símbolo de fertilidade e de sorte, asso-

ciado a **Mayauel**.

9. **Atl** — água; signo de pouca sorte, simbolizando as inundações e a morte; associava-se a **Xiuhtecutli**.

10. **Itscuintli** — um cão, do qual muitas vezes se desenhava apenas a orelha; simbolizava posição e riqueza; associava-se a **Mictlantecutli**.

11. **Ozomatli** — um macaco; implicava habilidade e técnica, combinadas à instabilidade; associava-se a **Xochipili**.

12. **Malinali** — um pasto; signo da desgraça; associava-se a **Patocatl**.

13. **Acatl** — um caniço, simbolizando vacuidade; associava-se a **Itstlacoliuhqui**.

14. **Ocelotl** — um gato montez, simbolizando o êxito na guerra e o amor, porém vaticinando a morte pelo sacrifício; associava-se a **Tlazolteotl**.

15. **Quauhtli** — uma águia, que simboliza a coragem guerreira; associava-se a **Xipe**.

16. **Cozcaquauhtli** — um abutre, que significa velhice; associava-se a **Itzpapalotl**.

z

17. **Olin** — signo emblemático do movimento, também usado como símbolo de terremoto; mudança da fortuna; associava-se a **Nanauatzin**.

18. **Tecpatl** — um cutelo de pedra, emblema da esterilidade e da seca; associava-se a **Tezcatlipoca**.

19. **Quiauitl** — a cabeça de **Tlaloc**; emblema de chuva, símbolo nefasto.

20. **Xochitl** — uma flor: símbolo de boa habilidade técnica; associava-se a **Xochiquetzal**.

A seguir mostra-se como se repetiam os dias e os seus números respectivos, permitindo apreciar a impossibilidade da repetição dos dois ao mesmo tempo:

1. Cipactli	2. Quauhtli
2. Eecatl	3. Cozcaquauhtli
3. Cali	4. Olin
4. Quetzpalin	5. Tecpatl
5. Coatl	6. Quiauitl
6. Miquistli	7. Xochitl
7. Mazatl	8. Cipactli
8. Tochtli	9. Eecatl
9. Atl	10. Cali
10. Itscuintli	11. Quetzpalin
11. Ozomatli	12. Coatl
12. Malinali	13. Miquistli
13. Acatl	1. Mazatl
1. Ocelotl	2. Tochtli
	3. Atl
	4. Itscuintli, etc.

Como já vimos, o **tonalamatl** se dividia em períodos de 13 dias;

cada período iniciava-se por um dia que tinha o número 1 e cujo nome era variável, visto que não podiam se repetir dias com o mesmo nome e o mesmo número. Cada um desses períodos ou “semanas”, ficava sob a proteção de uma divindade e era considerado de bom ou mau augúrio, conforme as virtudes atribuídas ao dia inicial.

O **tonalpohuali** ou ano solar, como dissemos, constava de 365 dias e dividia-se em 18 períodos de 20 dias, aos quais se acrescentavam 5 dias complementares. A fração necessária para obter a duração exata do tempo que a Terra gasta na sua rotação ao redor do Sol, parece não ter sido calculada pelos aztecas e, conseqüentemente, perdia-se um dia de 4 e 4 anos.

Os dias do calendário solar eram contados juntamente com os do calendário sagrado ou **tonalamatl**, o que importa em dizer que os dois calendários eram empregados simultaneamente. Assim, como 365 e 260 têm um fator comum, ou seja 5, só 1 dia do **tonalamatl**, em cada grupo de 5, poderia coincidir com um determinado dia do calendário solar e, portanto, só 4 dias do **tonalamatl** podiam ser dias iniciais do calendário solar: **Cali, Tochtli, Acatl e Tecpatl**.

Os 5 dias adicionais do ano solar eram denominados **nemontemi** — “dias que só servem para ser contados”, eram dias de péssimo augúrio e não tinham “Senhor da Noite” — **Yohualtecuhtil**.

Os demais dias distinguiam-se por três elementos: o número, o nome e a divindade; por conseguinte, não se repetiam, em um ano solar, dias que tivessem os três elementos referidos iguais.

Com a combinação dos dois calendários, só poderiam repetir-se dias com signo e algarismos iguais, depois de um período de 18.980 dias, isto é, de 52 anos solares (52×365) ou 73 **tonalamatl** (73×260)

Esse período, recebia o nome de **xiuhtonali** e, ao seu término, concordam os dois calendários, iniciando novamente o seu curso, com a mesma cifra e o mesmo signo.

Além dos calendários descritos acima, os aztecas tinham ainda um terceiro sistema para medir o tempo, baseado no movimento do planêta Vênus. O ano venusino era composto de 584 dias, menos uma fração.

Ao cabo de 65 anos venusinos, os três calendários coincidiam com 104 anos solares e 146 **tonalamatl**:

$$(584 \times 65 = (104 \times 365) = (146 \times 260) = 37.960 \text{ dias.})$$

É surpreendente o fato de haver a especulação dos antigos sacerdotes encontrado esta engenhosa combinação, que fazia coincidir os três calendários em cada período de 104 anos, isto é, em cada período de dois ciclos da coincidência do **tonalpohuali** com o **tonalamatl**.

Os nomes dos meses do calendário azteca, eram os seguintes:

- | | |
|----------------------|-----------------|
| 1. Atlcaualco | 10. Xocouetzi |
| 2. Tlacaxipeualitzli | 11. Ochpaniztli |
| 3. Tzoztontli | 12. Teotleco |

4. Uei Tozoztli	13. Tepeiluitl
5. Toxcatl	14. Quecholli
6. Etzalqualiztli	15. Panquetzaliztli
7. Tecuiluitontli	16. Atemoztli
8. Uei Tecuiluitl	17. Tititl
9. Tlaxochimaco	18. Izcalli

além do que abrangia os dias suplementares: Nemontemi.

Como vemos, o calendário dos antigos habitantes do México era dos mais complicados, porém interessante.

CALENDÁRIO GREGO

Os gregos usavam o ano de 354 dias, que mais tarde foi elevado a 360 e em seguida, por meio de meses intercalares, passou a ter a duração de 365 dias.

Suas festas celebravam-se, de início, em épocas relacionadas com o curso da Lua; mas, não havendo ligação das estações senão com o curso do Sol, foi necessário procurar relações simples, permitindo que elas se fizessem por ocasião das mesmas fases da Lua e, próximamente, nas mesmas estações, conforme o oráculo havia prescrito.

Foi difícil regular previamente os dias em que estas celebrações deviam se efetuar, até a época em que METON descobriu o ciclo que traz seu nome e cuja descoberta foi por êle anunciada por ocasião dos jogos olímpicos do ano 433 A.C.

METON verificou que 19 anos continham 235 lunações e determinou o ciclo que deveria constar de 12 anos **comuns**, de 12 meses e de 7 anos **embolísmicos**, de 12 meses.

Entre os primeiros, 8 tinham 354 dias e os demais (4) tinham 355 dias; os 7 anos embolísmicos eram de 384 dias, salvo um de 383 dias. A soma seria assim de 6.939 dias, que tantos compõem os 19 anos solares.

Esta descoberta causou tal entusiasmo entre os gregos, que foi decidido seria inscrita nos monumentos públicos em letras de ouro. Daí o nome de "aureo número" dado aos números de que se compõe o "ciclo de METON".

O sistema de METON encerrava pequeno êrro inevitável, porque as durações das revoluções do Sol e da Lua são complicadas de frações e sua relação não pode ser expressa por número inteiro.

O êrro foi aumentado com o número de ciclos decorridos e tornou-se tão sensível que CALIPUS, um século mais tarde, para o compensar fêz subtrair um dia ao fim do quarto ciclo.

O calendário grego desenvolve formas que, em muitos aspectos, diferem dos sistemas europeus luni-solares; teòricamente, cada ano se inicia quando o Sol assume determinadas posições — solstícios ou equinócios — e cada mês se inicia em Lua Nova. Mas, como o ano solar (solstício — solstício ou equinócio — equinócio) não é

precisamente divisível pelo mês lunar, o resultado foi que muitos sistemas de ajustamento se tornaram necessários. Isto baseou-se, com incerteza, porém em precoce data, no **oktaeteris**, ou oitavo grupo anual. Oito anos solares são $8 \times 365,25$ dias, rigorosamente, isto é, 2.922 dias. Oito anos lunares, ou sejam oito grupos de 12 meses lunares, isto é $8 \times 12 \times 29,50$ dias, são aproximadamente, 2.832 dias. A diferença — 90 dias — é de cerca de 3 meses lunares. Por esta razão, inserindo, em diferentes vêzes, ao **oktaeteris**, 3 meses extras, obteve-se aproximadamente um ajustamento com os fenômenos naturais.

Mas, foi apenas um melhor ajustamento entre as extensões do ano solar e do mês lunar, nunca havendo exata concordância e, para conduzir o calendário com inteira justeza, foi preciso abandonar o princípio de se iniciar cada mês em Lua Nova; todavia, este princípio era sagrado e não podia ser abandonado, pelo menos na teoria.

Uma importante contribuição foi oferecida pelo astrônomo METON, de Atenas. Pelo seu sistema, a que já aludimos acima, os anos começando a partir do fim de junho, do ano 432 A.C., foram agrupados em ciclos de 19 anos, cada um com 7 meses intercalares. Isto deu, em média, um mês de 29 dias, 12 horas, 45 minutos, 57 segundos, inferior 2 minutos no conjunto.

CAQIPUS, de Cyzicus, mais tarde, combinou 4 ciclos metônicos entre si e, por fim, HIPARCO, de Nicéia, combinou 4 períodos calipianos, em um ciclo de 304 anos, mediante o qual obteve um elevado grau de exatidão.

Estas construções teóricas, todavia, afetavam um pouco o ano oficial no conjunto, e deu-se uma intercalação de maneira pouco científica, do que resultou um calendário civil, do qual constaram alguns meses excedentes.

O mês não foi dividido em semanas; a semana planetária é astrológica, conectada com o dogma que, em cada período de tempo, inclui um dia, tendo o planêta regente.

Este calendário não é muito anterior à era cristã, e nunca foi oficial em termos clássicos, segundo COLSON. Apresentava uma divisão em terços.

O primeiro décimo dia do mês, foi chamado "início mensal"; o último terço, denominado "declínio mensal", para o terço médio, não havia nome determinado.

Os dias de numeração superior a 20 eram denominados 1.º, 2.º, etc., após as **eikades** (vintenas) ou chamados de "vagosos".

Paralelamente com esta contagem, existiam os calendários dos agricultores e dos marinheiros, baseados nas observações helíacas, considerando o nascer e o ocultar das constelações, ou sobre o aparecimento de várias flôres, pássaros migratórios e outros fatos semelhantes.

Existiam ainda os chamados "calendários individuais" ou "calendários privativos" (**parapegmata**), dos quais o mais conhecido é

o dos atenienses. Os meses tomavam os nomes de deuses ou de festividades.

No primitivo calendário macedônio, havia, originariamente, 12 meses, chamados:

- | | |
|--------------|-------------------|
| 1. Dios | 7. Artemisios |
| 2. Apellaios | 8. Daisios |
| 3. Audynaïos | 9. Panemos |
| 4. Peritios | 10. Loios |
| 5. Dystros | 11. Gorpiaios |
| 6. Xanthikos | 12. Hyerberetaios |

Esse calendário, no início da nossa era, foi reformado, de acordo com as linhas mestras do calendário juliano.

CALENDÁRIO ROMANO

Entre os romanos, o ano de ROMULUS compunha-se de 304 dias, não concordando nem com o curso do Sol, nem com o da Lua; tal desarmonia motivou logo após a sua instituição o fato do frio se fazer sentir nos meses assinalados para o verão; e o calor, nos meses em que o inverno era esperado.

Para restabelecer a situação primitiva era necessário juntar, de tempos a tempos, como complemento um número de dias, mais ou menos considerável, conforme as necessidades.

NUMA POMPILIUS, 2.º rei de Roma, juntou 2 meses ao ano de ROMULUS e o compôs de 355 dias distribuídos em 12 meses com os mesmos nomes e na mesma ordem que hoje se conhece, exceto no número de dias, que era diferente, e nos nomes de **quintilis** e **sextilis**, conferidos aos atuais meses de julho e de agosto.

Além dos 12 meses do ano de NUMA POMPILIUS havia algumas vezes um 13.º chamado **mercedonius**, com 22 ou 23 dias intercalado, de 2 em 2 anos, mas em certas ocasiões omitido inteiramente.

Com este sistema grosseiro de intercalação, o Sol e a Lua começavam seus cursos próximoamente nas épocas idênticas, todos os 24 anos.

Efetivamente, a duração de 24 anos desse calendário excedia apenas de algumas horas à de 24 anos tropicais e não era inferior se não de poucos dias à de 297 lunações.

O ano de NUMA era bastante complicado e por esse motivo, com o fim de impedir-lhe a alteração, confiou êle aos pontífices o cuidado de fazer as necessárias intercalações.

Tornou-se então o calendário romano uma fonte de corrupção e de fraude. Os pontífices, abusando dos poderes que lhes haviam sido conferidos, prolongavam a duração da magistratura de seus amigos e abreviavam a de seus inimigos; manipulando, hábilmente, as intercalações aumentavam os lucros do fisco ou causavam-lhe prejuízo, em benefício dos rendeiros.

O ano da antiga Grécia constava de 12 meses, alternadamente de 29 e de 30 dias, ou seja, uma média de 29,5 dias para a duração do mês e 344 dias para o ano.

Os dias do mês do calendário romano eram distribuídos pela ordem de sucessão, a partir de marcos fixos denominados de **calendas**, **nonas** e **idos**. O primeiro dia de cada mês recebia o nome de **calenda** (lembro), as **nonas**, que constituíam o segundo período, tinham início a 5 ou 7, segundo o mês, e os **idos** iniciavam-se a 13 ou 14.

A contagem era referida aos marcos da forma seguinte: o dia 22 de março era o 11.º dia das "calendas de abril"; o 28 de fevereiro, o 2.º dia das "**calendas** de março"; o 26.º, o 4.º dia., o 23, o 7.º; de igual modo procediam os romanos nas contagens dos demais dias referidos às "**nonas**" e aos **idos**.

O calendário da República romana era do tipo grego, porém tosco e primitivo, datando provavelmente dos tempos da dinastia etrusca, apresentando traços de período ainda anterior.

Era integrado por 12 meses lunares: — **Martius, Aprilis, Maius, Junius, Quintilis, Sextilis, September, October, November, December, Ianuarius, Februarius**.

Os meses **Martius, Maius, Quintilis, October**, tinham cada um 31 dias; os demais 29, salvo **Februarius**, que tinha 28.

Os antigos atribuem-no a NUMA, e uma tradição injustamente suspeitou, na antigüidade e nos tempos modernos igualmente, que **Januarius** e **Februarius** foram adições feitas a um ano originariamente de 10 meses. Desta forma, o ano em aprêço era descontínuo; entre um ano e outro, havia falha de 60 dias, fenômeno perfeitamente admissível entre povos selvagens e bárbaros.

Havia uma estação morta no inverno; isto é, melhor adaptada às condições climáticas da Europa central, do que às da Itália, mostrando claramente que êsse velho calendário teria sido introduzido pelos invasores nórdicos.

O **mensis intercalaris** ou **mercedonius** foi seguido pelos restantes 5 dias de fevereiro; a recente descoberta do **faste antiates** (pré-juliano) mostra êsse sistema então em uso. Em 153 A.C., 1.º de janeiro, passou a ser considerado como dia do Ano Novo oficial.

O manejo do calendário encontrava-se em mãos dos pontífices os quais, mensalmente, usavam a Lua Nova como cronómetro e, quando ela ocorria, proclamavam, desde o Capitólio, o número de dias, 5 a 7, para as **Nonas**. Assim, o primeiro dia do mês era chamado **kalendae**, ou "chamada". A Lua Cheia foi denominada de **Idus**; isto é, nos quatro meses longos dava-se a 15 e nos demais a 13. As **Nonae**, eram o nono dia, mediante o cálculo, antes de **Idus**, isto é, o 5.º ou 7.º, respectivamente. Outros dias eram assim calculados antes das **kalendae**, **idus** e **nonae**, p. ex., **a (nte)**, **d (iem, ii non (as)**, **quint (iles)**, o terceiro antes das nonas de quintiles = de julho. O segundo, sexto ou oitavo e décimo quarto ou décimo sexto, eram chamados **postridie kalendae, nonas, idus**, isto é, o dia após as ca-

lendas, etc.; eram todos, especialmente o dia após as calendas, "desafortunados" (**die postriduani**).

Os **Idus** eram consagrados a Júpiter, nas **calendas**, sacrifícios eram oferecidos a Janus; e as **Nonas** eram, por vezes, "dias de festividades".

Independentemente dos meses, existiam "semanas" de 8 dias, chamadas **nundinae**, que não possuíam nomes individuais; não eram intimamente conectadas com práticas religiosas de importância e constituíam simples espaços de tempo, de um dia de mercado a outro. Eram assinaladas nos calendários pelas letras A — H. O **dies Aegyptiaci**, indicado em muitos calendários posteriores, nada significava para o culto romano, mas constituía festividade astrológica, sendo quase sem exceção um número ímpar de dias; se uma festividade durava mais de um dia, eram êstes subdivididos em um ou três dias entre êles, como **Lucaria**, **Quintilis** dias 19 e 21, **Carmentalia**, 11 e 15 de janeiro.

Alguns meses decorrem claramente de estações do ritual assim **Martius** encerrava muitos importantes festivais conectados com **Marte**; **Februarius** era o mês da purificação (**februa**).

Muitas das informações que chegaram até nós provêm de inscrições encontradas, com indícios do que cada dia assinalava, como **F (as)** ou utilizava para "assuntos legais", **N (efas)**, ou "não disponíveis", **C (omitialis)**, ou "disponíveis para uma reunião da Assembléia", **NP (efas feriae publicae)**, ou "dia de festa", ou **END (otercisus)**, isto é, **nefas** manhã ou tarde, **fas no meio**. Alguns outros sinais se referem a dias especiais, como **Q (quando)**, **ST (ercus)**, **D (elatum)**, **F (as)**, 15 de junho "limpeza, do sepulcro de Vesta", **Q (uandu)**, **R (ex)**, **C (omitiavit)**, **F (as)**, 24 de março.

A REFORMA JULIANA DO CALENDÁRIO

Na organização do ano civil, dois objetivos são colimados: primeiro, a igual distribuição dos dias nos meses; segundo, a localização do início do ano equidistante dos solstícios e dos equinócios.

Logo, como o ano consiste em 365 dias e uma fração, e 365 não é um número divisível por 12, os meses não podem ser todos do mesmo tamanho e simultâneamente abranger todos os dias do ano.

Em virtude do excesso fracionário do tamanho do ano, acima dos 365 dias, os anos não podem conter todos o mesmo número de dias, desde que seja o caso da época de seus inícios permanecer fixa. Para o dia e o ano civil, torna-se necessário considerar o início no mesmo instante e, portanto, as horas extra não podem ser incluídas no ano, devendo ser acumuladas para constituírem dia extra. Sempre que êsse dia é completado, um dia adicional deve ser acrescentado ao ano.

O calendário civil de tôdas as regiões européias foi tomado emprestado ao dos romanos.

No tempo de JÚLIO CÉSAR, o equinócio civil já diferia do equinócio astronômico de 3 meses, tanto assim que os meses de inverno estavam coincidindo com a estação outonal; e os do outono, com a estação estival.

JÚLIO CÉSAR aboliu o uso do ano lunar e o do mês intercalar, tendo regulado inteiramente o ano pelo Sol.

Com os conselhos e a assistência de SOSIGENES, fixou a duração média do ano em 365 1/4 dias e decretou que, de 4 em 4 anos, êstes tivessem 366 dias, os demais tendo apenas 365.

Podemos registrar à evidência clara da luz, a existência nos primeiros dias, de um calendário baseado em um ano padrão, a partir de meio dia do nosso atual 25 de fevereiro.

Por muitos anos, supôs-se que JÚLIO CÉSAR reajustara o ano somente com o intuito de que o 1.o, 3.o, 5.o, 7.o, 9.o e 11.o meses, isto é, janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, tivessem cada um 31 dias, e os demais meses 30 dias, com exceção de fevereiro, que nos anos comuns teria 29 dias e, de quatro em quatro anos, teria 30 dias. Mas, nenhuma autoridade — antiga ou moderna — aceita êsse ponto de vista, o qual estaria em franca contradição com o que disse MACROBIUS, em seu "Saturnalia". Várias autoridades modernas estão de acôrdo em que muitas das sugestões sobre as atividades augustas são incertas e que AUGUSTO nada fez quanto à duração do mês que apresenta seu nome.

Ainda que o método juliano de intercalação seja o mais conveniente que pudesse ser adotado, o excesso de 11 minutos 14 segundos que veio a sobrar, acumulava, no decurso de 128 anos, um dia. Logo, no decurso de poucos séculos, o equinócio retroagiria novamente para o início do ano.

Achando conveniente manter os 12 meses do antigo calendário de NUMA, JÚLIO CÉSAR fez aumentar o número de dias de alguns dêles, de modo que se completassem os 365 do ano. Assim, os meses de janeiro, agosto e dezembro, foram acrescidos de 2 dias; e os de abril, junho, setembro e novembro, de 1 apenas, não tendo havido mudança no mês de fevereiro, o mais curto, a fim de não perturbar o culto dos "deuses infernais", aos quais era êsse mês consagrado.

O dia complementar a juntar de 4 em 4 anos, foi por decisão de JÚLIO CÉSAR, adicionado ao mês de fevereiro e intercalado entre o 23.º e o 24.º e, como êste último chamava-se **sexto calendas**, foi dado ao dia acrescentado o nome de **bi-sexto-calendas**, provindo daí a denominação de **bissexto** dada aos anos de 366 dias.

A reforma juliana entrou em pleno vigor no ano 45 A.C. e 709 da fundação de Roma. JÚLIO CÉSAR, desejando também que o começo desse ano fôsse fixado de modo que as festas tivessem lugar, de então em diante, nas estações convenientes, determinou que se prolongasse a sua duração para 445 dias.

Êsses 445 dias compuseram o ano ordinário, aumentado de um **mercedonius** de 23 dias e de dois meses **intercalares**, um de 33 e outro de 34 dias, colocados entre os meses de novembro e de dezembro.

Graças a isso, o ano em que se operou a reforma juliana, ficou conhecido por **ano da confusão**.

Mais tarde, MARCO ANTÔNIO, para perpetuar o benefício prestado por JÚLIO CÉSAR, ordenou que o mês **quintilis**, em que nascera JÚLIO CÉSAR, tivesse a denominação de **julius**. Posteriormente, como homenagem ao Imperador AUGUSTO, o Senado decidiu que o mês **sextilis** passasse a chamar-se **augustus**, em reconhecimento a seus numerosos serviços, sendo tôdas as modificações geralmente aceitas.

Com a reforma juliana, julgava-se o calendário perfeito e foi nessa persuasão, que o Concílio de NICÉIA, no ano 325 D.C. adotou regras fixas para a celebração das festas religiosas ligadas à data da Páscoa, regras essas baseadas na suposição de que o equinócio da primavera (para, o hemisfério norte) dar-se-ia sempre a 21 de março, como ocorria então.

Entretanto, o valor médio atribuído ao ano juliano era levemente superior ao do ano trópico e SOSIGENES não ignorava êsse fato já conhecido de HIPARCO, 120 A.C., mas a diferença possivelmente teria sido julgada desprezível.

Contudo, o ano juliano tendo 365, 25 dias e o ano trópico... 365, 242217 dias, a diferença de 0,007783 dias, que a princípio não se fêz sentir, foi se avolumando com o correr dos tempos, de modo que se tornou franco o deslocamento das estações, surgindo assim dificuldades na apreciação das regras para a celebração das festas religiosas.

Em 1582, a diferença entre o momento do equinócio e o dia 21 de março, já montava a cerca de 10 dias, êrro êsse acumulado através dos séculos, desde a época do Concílio de NICÉIA, até então.

A REFORMA GREGORIANA DO CALENDÁRIO

O antigo calendário da Igreja baseava-se em duas suposições, ambas errôneas, especialmente a de que o ano continha $365 \frac{1}{4}$ dias e a de que 235 lunações eram exatamente iguais a 19 anos solares. Não seria assim possível continuar a preservar tal correspondência com as estações ou a de determinados dias com Lunas Novas, com a mesma exatidão.

O Papa GREGÓRIO XIII expediu uma bula no mês de março de 1582, mediante a qual aboliu o uso do antigo calendário, substituindo-o pelo que foi desde logo adotado em todos os países cristãos, sob a denominação de Calendário Gregoriano ou Nôvo Estilo.

O autor do sistema adotado pelo Pontífice GREGÓRIO XIII foi ALOYSIUS LILIUS,, ou LUIGI LILIO GHIRALDI, douto astrônomo e físico de Nápoles, que morreu, porém, antes de sua introdução; mas, quem individualmente muito contribuiu para dar ao calendário eclesiástico sua forma atual, e que foi encarregado de todos os cálculos necessários à verificação de sua exatidão, foi CLAVIUS, quem desenvolveu-o completamente e explanou-o em grande in-fólio de 800 páginas, publicado em 1603.

Para reintegrar o equinócio em seu verdadeiro lugar, o Papa GREGÓRIO XIII, decretou que fôsem suprimidos 10 dias no calendário, e como o êrro da intercalação juliana baseava-se no conjunto de 3 dias em 400 anos, ordenou igualmente que as intercalações fôsem omitidas em todos os anos centenários, excetuados os que fôsem múltiplos de 400.

No intuito de restaurar o ano no mesmo ponto das estações que êle ocupava por ocasião do Concílio de NICÉIA, GREGÓRIO XIII determinou que o dia que se seguia à Festa de São Francisco, isto é, o dia 5 de outubro fôsse denominado de "15" do mesmo mês. Mediante essa regulação, o equinócio de verão que era considerado a 11 de março, foi restaurado a 21 dêsse mês. De 1582 a 1700, um ano bissexto no calendário juliano e um ano comum no calendário gregoriano, entre os dois estilos, a diferença no século XVIII foi de 11 dias. O ano de 1800 foi também, no nôvo calendário e, conseqüentemente, a diferença no século XIX passou a ser de 12 dias. De 1900 até 2100 inclusive, será de 13 dias.

A restauração do equinócio por esta forma introduzida no ano e a correção do período intercalar foram atendidos sem dificuldades. Mas, LILIUS adaptou, também, o ano lunar às novas regras de intercalação.

O ciclo lunar contém 6.939 dias, 18 horas, atendendo a que a duração exata de 235 lunações, como sabemos, é:

$$235 \times 29,530\,588 = 6.939 \text{ dias, } 16 \text{ horas, } 31 \text{ minutos.}$$

A diferença de 1 hora, 29 minutos totaliza 1 dia em 308 anos e, desta forma, no fim dêsse tempo, a Lua Nova ocorrerá 1 dia antes do indicado pelos "áureos números".

LILIUS rejeitou os "aureos números" do calendário, substituindo-os por um outro tipo de números, denominados de **epactas**, termo de origem grega que, empregado no calendário, significa **ida-de da Lua**, no início do ano.

Segundo a moderna Astronomia, o movimento geocêntrico médio do Sol em longitude, a partir do equinócio médio o ano juliano de 365,25 dias, é $360.^{\circ} + 27''.685$.

Assim, o comprimento médio do ano solar é de:

$$\begin{array}{rcl} 360.^{\circ} & \times & 365,25 = 365,2422 \text{ dias} \\ 360.^{\circ} + 27''.685 & & \end{array}$$

ou sejam 365 dias, 5 horas, 48 minutos, 46 segundos.

Atualmente, a regra gregoriana dá 97 intercalações em 400 anos. Logo, 400 anos contém $365 \times 400 + 97$ ou sejam 146 097 dias e, conseqüentemente, um ano contém 365,2425 dias, ou sejam 365 dias 5 horas, 49 minutos, 12 segundos.

Isto excede o verdadeiro ano solar em 26 segundos, o que totaliza 1 dia em 3.323 anos.

Foi proposto, portanto, para corrigir a regra gregoriana, que o ano 4.000 e seus múltiplos sejam anos comuns. Com esa correção, a regra de intercalação vem a ser:

"Cada ano cujo número seja divisível por 4, será um ano

bissexto, exceto o último de cada século, o qual será bissexto somente se o número do século fôr divisível por 4; todavia, 4.000 e seus múltiplos 8.000 — 12.000 — etc., serão anos comuns”.

Assim, a uniformização da intercalação e a continuidade da dependência ao número 4, fica preservada e, pela última correção, o início do ano não varia mais de 1 dia a contar de seu lugar exato, em 200 séculos.

O ano solar contendo 365 dias, e o lunar somente 354 dias, a diferença é de 11 dias; donde, se uma Lua Nova coincide com o dia 1.º de janeiro em dado ano, a Lua será 11 dias mais velha no dia 1.º do ano seguinte e 22 dias mais velha no dia 1.º do terceiro ano.

Os números 11 e 22 são, portanto, as **epactas** dêsses anos, respectivamente. Uma outra adição de 11 dias dará 33 para a **epacta** do 4.º ano. Mas, em consequência da inserção do mês intercalar em cada 3.º ano do ciclo lunar, esta **epacta** é reduzida a 3. De maneira idêntica, as **epactas** dos anos seguintes do ciclo são obtidas mediante sucessivas adições de 11 à **epacta** do ano precedente e subtraindo 30, quando a soma excede a êsse número. Duas equações ou correções podem ser aplicadas, uma dependendo do êrro do ano juliano, a qual denomina-se de **equação solar**; a outra, do êrro do ciclo lunar, a qual é chamada de **equação lunar**. A equação solar ocorre três vêzes em 400 anos, especialmente em cada ano secular, que não é ano bissexto; para êsse caso, a omissão do dia intercalar propicia a Lua Nova chegar 1 dia mais tarde nos meses seguintes, ou que a idade da Lua, no fim do mês, é um dia inferior ao que seria se houvesse sido procedida a intercalação, e as **epactas** podem consequentemente ser diminuídas da unidade. Assim, as **epactas** 11 — 22 — 3 — 14 — etc., tornam-se 10 — 21 — 2 — 13, etc. Em outras palavras, quando o tempo, pelo qual a Lua Nova se antecipa ao ciclo lunar, totaliza 1 dia completo, como vimos, em 308 anos, a Lua Nova poderá ocorrer 1 dia mais cedo, e as **epactas** podem, consequentemente, ser aumentadas de 1 unidade. Assim, as **epactas** 11 — 22 — 3 — 14 — etc., em consequência da equação lunar, tornam-se 12 — 23 — 4 — 15 — etc. Com o intuito de assegurar a uniformidade do calendário, as **epactas** são alteradas unicamente no início de cada século; a correção do êrro do ciclo lunar é, pois, feita no fim de 300 anos.

No calendário gregoriano, o êrro é atribuído ao total de 1 dia em 312 1/2 anos, ou sejam 8 dias em 2.500 anos, suposição que exige que a linha de **epactas** seja alterada 7 vêzes sucessivamente no final de cada período de 300 anos, antigamente no final de 400 anos; e, segundo a maneira pela qual as **epactas** foram dispostas na Reforma, sendo mais correto supor um dos períodos de 2.500 anos para terminar com o ano 1.800.

Os anos nos quais ocorre a equação solar, a contar da Reforma, são 1.700 — 1.800 — 1.900 — 2.100 — 2.200 — 2.300 — 2.500 — etc.

Os em que a equação lunar incide são 1.800 — 2.100 — 2.400

— 2.700 — 3.000 — 3.300 — 3.600 — 3.900, depois 4.300 — 4.600 e assim por diante.

Quando a equação solar ocorre, as **epactas** são reduzidas de 1 unidade; quando a equação lunar é que incide, as **epactas** são aumentadas de 1 unidade e, quando ambas as equações ocorrem simultaneamente, como em 1.800 — 2.100 — 2.700 — etc., elas se compensam, e as **epactas** não são alteradas.

Em consequência das equações solar e lunar, é evidente que a **epacta** ou idade lunar, no início do ano, assumirá, no decurso dos séculos, todos os diferentes valores de 1 a 30 inclusive, correspondentes aos dias de um mês lunar completo.

O calendário da Reforma Gregoriana, ou Nôvo Estilo, foi introduzido na Espanha e em Portugal e parte da Itália, no mesmo dia que em Roma. Na França foi recebido no mesmo ano, em dezembro e nos chamados Estados Católicos da Alemanha, no ano imediato. Nos Estados Protestantes da Alemanha, o calendário juliano perdurou até o ano de 1.700, quando foi decretada a adoção do Nôvo Estilo pela Dieta de Regensburg.

Em lugar de empregar o "**aureo número**" e as "**epactas**" para a determinação da Páscoa e as festas móveis, foi resolvido que o equinócio e a Lua pascais, basear-se-iam em cálculos astronômicos, segundo as chamadas Tábuas Rodolfinas. Isto, porém, foi abandonado em 1774, sob o reinado de FREDERICO II, da Prússia.

Na Dinamarca e na Suécia, a Reforma Gregoriana foi recebida simultaneamente com o ocorrido nos Estados Protestantes da Alemanha.

A Rússia adotou o calendário juliano, até à implantação do regime soviético, o qual introduziu a Reforma Gregoriana.

Na Grã Bretanha, o calendário Nôvo Estilo, passou a ser adotado por ato de 1750, com certas restrições, todavia, para uso interno do país.

A Igreja Ortodoxa, na Grécia, adotou a Reforma Gregoriana, com um ciclo de 900 anos; alí o merediano para os cálculos astronômicos é o de Jerusalém.

Apesar de muito aperfeiçoado, o calendário gregoriano ainda dá lugar a um atraso do ano civil sobre o ano trópico, de 1,132 dias em 4.000 anos. Se fôsse dado ao homem legislar para tão longo período, poder-se-ia, determinar que o ano 4.000 fôsse comum.

Parece estranhável não se ter feito alusão a uma das subdivisões do ano: a semana, mas êste período de 7 dias, não se acha absolutamente ligado, nem ao mês, nem ao ano. Sucede sem alteração nenhuma através dos meses e dos anos, quaisquer que sejam as suas durações. A origem dos nomes dados aos dias da semana perde-se na noite dos tempos.

Como os antigos conheciam 7 astros errantes — Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio e Lua — e dada a semelhança entre êstes nomes e os dias da semana, mormente em certas línguas, como vimos anteriormente, parece provável que as duas cousas estejam

Os meses, nesse calendário, teriam seus nomes substituídos pelos seguintes:

- | | |
|--------------|------------------|
| 1. Verdade | 7. Amor |
| 2. Ciência | 8. Beleza |
| 3. Sabedoria | 9. Humanidade |
| 4. Justiça | 10. Felicidade |
| 5. Honra | 11. Progresso |
| 6. Bondade | 12. Imortalidade |

CALENDÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

A Revolução Francesa de 1789, entre as muitas medidas úteis ao uso da humanidade, procurou instituir novo calendário, denominado "Republicano", no qual o ano tinha início a 22 de setembro, data da entrada do outono no hemisfério boreal e da fundação da República Francesa.

Esse calendário constava de 12 meses de 30 dias cada um, divididos em três décadas, denominadas de **primidi, duodi, tridi, decadi...**

Se o ano era comum ou bissexto, acrescentavam-se 5 ou 6 dias.

O calendário republicano vigorou apenas até 1.º de janeiro de 1806, sendo substituído pelo calendário gregoriano.

Para os 12 meses do ano, foram escolhidos as seguintes denominações:

OUTONO:

Vindemiário	— vindima, colheita da uva	— 21- 9 a 20-10
Brumário	— que escurece o firmamento	— 21-10 a 19-11
Frimário	— queda da neve	— 20-11 a 19-12

INVERNO:

Nivoso	— que branqueia a terra	— 20-12 a 18- 1
Pluvioso	— chuvoso, que molha o solo	— 20- 1 a 17- 2
Ventoso	— que desencadeia ventos	— 18- 2 a 19- 3

PRIMAVERA:

Germinal	— que faz brotar	— 20- 3 a 18- 4
Floreál	— florescimento vegetal	— 19- 4 a 18- 5
Pradial	— que rega os campos	— 19- 5 a 18- 6

VERÃO:

Messidor	— que recolhe messes	— 19- 6 a 17- 7
Termidor	— que esquenta	— 18- 7 a 16- 8
Frutidor	— que amadurece os frutos	— 17- 8 a 20- 9

As denominações do calendário republicano francês eram inspiradas no clima do hemisfério norte e não apresentavam qualquer caráter de generalidade.

MILÉSIMO CRONOLÓGICO E MILÉSIMO ASTRONÔMICO

Denomina-se "milésimos" aos números com os quais se designam os anos civis num calendário. Mas, uma observação é importante a fim de conciliar as datas cronológicas e astronômicas: — os cronologistas empregam a expressão "**ante-Christum**" para designar os milésimos anteriores à era cristã, e os astrônomos contentam-se com a contagem algébrica, fazendo corresponder o ano 0 (zero) com o ano 1 A.C. dos cronologistas.

Assim, se M é o "milésimo cronológico" de um ano A.C., o número será designado em Astronomia, pelo milésimo — $(M-1)$.

A diferença entre dois milésimos astronômicos quaisquer dá o número de anos decorridos do começo do ano M ao começo do ano M .

CÔMPUTO ECLESIAÍSTICO

É o conjunto das regras e de cálculos servindo para determinar as épocas das festas móveis da Igreja Católica.

As leis eclesiásticas, firmadas pelo Concílio de NICÉIA, fixaram a Páscoa no 1.º domingo após a data da Lua Cheia do equinócio da primavera, fixada em 21 de março e, assim, as epactas civis não concordam com as epactas astronômicas, havendo em certos casos diferença de dois dias.

Nestas condições, os anuários indicam a Lua Cheia para uma época que aos olhos do público deveria trazer a Páscoa no domingo imediato, quando essa festa cai mais tarde ou mais cedo.

No chamado calendário perpétuo, instituído há séculos pela Igreja, e que serve de base para o cômputo eclesiástico, os dias da semana são designados pelas letras: A-B-C-D-E-F-G, reproduzidas periodicamente na ordem alfabética, através do ano, de forma que ao dia 1.º de janeiro, corresponda sempre a letra A. Se o ano é comum, qualquer dia da semana será designado sempre pela mesma letra em todos os meses, e a letra que designa os domingos será a **letra dominical** para o ano em questão. Nos anos bissextos, a "letra dominical" retroage de uma ordem, a partir de 1.º de março, devido à intercalação do dia 29 de fevereiro. Nestes anos, há, portanto, duas "letras dominicais", das quais a segunda vigora a partir de março.

As leis da Igreja, estabelecidas pelo Concílio de NICÉIA, fixaram o dia da Páscoa, no primeiro domingo depois da Lua Cheia do equinócio da primavera boreal, como dissemos, o qual teria lugar invariavelmente a 21 de março, o que não é perfeitamente exato. Estabelecida esta condição, se a Lua Cheia cair a 21 de março e este dia fôr sábado, o domingo 22, será o da Páscoa; se fôr sexta-feira, o domingo imediato, ou o da Páscoa, cairá a 24.

Mas, se o dia da Lua Cheia, a 21 de março, fôr domingo, conforme a regra acima, ocorrendo a mesma fase 29 dias mais tar-

de, ou seja a 18 de abril, e se este dia cair em domingo, o domingo seguinte, 25 de abril, será o da Páscoa.

Vemos, que o domingo de Páscoa não pode ocorrer antes de 22 de março e nem ultrapassar o dia 25 de abril.

Conhecido o domingo da Páscoa, as demais festas móveis da Igreja ficam determinadas em suas datas, pelas seguintes convenções:

- a — a Setuagésima tem lugar no 9.º domingo, ou sejam 63 dias antes da Páscoa;
- b — a Quinquagésima, ou seja o domingo de Carnaval, ocorre 49 dias antes da Páscoa;
- c — o 1.º domingo da Quaresma, 42 dias antes da Páscoa;
- d — a Quarta-feira de Cinzas, 46 dias antes da Páscoa;
- e — os Domingos da Paixão e de Ramos, 14 e 7 dias antes da Páscoa;
- f — a Ascensão do Senhor, 39 dias depois da Páscoa;
- g — o Domingo do Espírito Santo ou de Pentecostes, 49 dias depois da Páscoa;
- h — a Santíssima Trindade, 56 dias depois da Páscoa;
- i — o Dia do Corpo de Deus (Corpus Christi), na quinta-feira seguinte ao Domingo da Santíssima-Trindade, ou sejam 60 dias depois da Páscoa.

O astrônomo e matemático alemão KARL FRIEDRICH GAUSS (1777-1855) instituiu a seguinte regra para se obter a data do domingo de Páscoa:

- a — divide-se o número, que representar o ano, pelos números 19-4-7 e sejam a-b-c os restos das divisões;
- b — divide-se a soma $19a + M$, por 30 e seja d o resto da divisão;
- c — divide-se a soma $2b + 4c + 6d + N$, por 7 e seja e o resto da divisão.

Para o dia procurado, tem-se:

$$P = 22 + d + e \text{ março}$$

$$P = d + e - 9 \text{ abril}$$

Os valores de M e N, para o calendário juliano, são:

$$M = 15 \qquad N = 6$$

e, para o calendário gregoriano, tem-se:

1582 a 1699	22	3
1700 a 1799	23	3
1800 a 1899	23	4
1900 a 1999	24	5
2000 a 2099	24	6
2100 a 2199	24	6
2200 a 2299	25	0
2300 a 2399	26	1
2400 a 2499	25	1

Para o calendário juliano, a regra é geral; para o calendário gregoriano, se o cálculo conduzir a um número superior a 25 de abril, subtraímos 7 dias.

Exemplos:

$$\begin{array}{rcl}
 1 & \text{—} & \text{calcular o domingo de Páscoa para o ano 1 de nossa era:} \\
 & & 1/19 = 0; 1/4 = 0; 1/7 = 0, \text{ restos } a=1, b=1, c=1 \\
 & & 19 a + M = 34 \\
 = 1, & \text{resto } d = 4 & \\
 & & 30 \qquad \qquad 30 \\
 & & 9 b + 4 c + 6 d \\
 + N = 2 + 4 & & \\
 + 24 + 6 = 36 = & & \\
 & & 7 \qquad \qquad 7 \qquad \qquad 7 \qquad \qquad 5 \\
 & & \text{e o resto, } e = 1. \\
 \text{Páscoa: } 22 + 4 + 1 = 27 & \text{de março ou 5 de abril — } 9 = \\
 & & = 36 \text{ março — } 9 = 27 \text{ de março.}
 \end{array}$$

CICLOS CRONOLÓGICOS

São três êstes ciclos a considerar: o solar, o lunar e o da indicação romana.

1 — **Ciclo solar** — o ciclo solar é um período do calendário juliano, que contém um número inteiro de anos e de semanas e, no fim do qual, os mesmos dias da semana se reproduzem nas mesmas datas. Êsse período contém 28 anos, porque o ano juliano tem 365,25 dias ou 52 semanas, mais 1,25 dias. No calendário gregoriano, o período é de 52 semanas, mais 1,2425 dias e são precisos 400 anos para que essa fração totalize um número inteiro de semanas.

O ciclo solar teve início no ano 9 A.C. e se M é o milésimo de $M + 9$ por 28.

2 — **Ciclo lunar** — é um ciclo de 19 anos, em que se reproduzem as Luas aproximadamente nos mesmos dias do ano. Êste ciclo teve início a partir do ano 1 A.C. A ordem de um ano no ciclo lunar tem o nome de **áureo número** e é dada pelo resto da divisão de $M + 1$ por 19, sendo M o milésimo astronômico correspondente.

3 — **Ciclo da indicação romana** — é um período arbitrário de 15 anos, instituído na côrte romana. Recua-se o seu comêço para o ano 3 A.C., de modo que a **indicação** do ano de milésimo M , é o resto da divisão de $M + 3$ por 15.

Fórmulas para calcular os ciclos cronológicos:

$$\begin{array}{lcl}
 1 & \text{—} & \text{Ciclo solar} = M + 9 \\
 & & 28 \\
 2 & \text{—} & \text{Ciclo lunar} = \text{áureo número} = M + 1 \\
 & & 19 \\
 3 & \text{—} & \text{Ciclo da indicação romana} = M + 3 \\
 & & 15
 \end{array}$$

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BECKER, dr. Friedrich — (Reitor da Universidade de Bonn — Alemanha) — HISTOIRE DE L' ASTRONOMIE — 1947 — Lamarre — Paris — (tradução para o português, autorizada, por Prof. dr. Joaquim I. Silveira da Mota — Pelotas — RS — ainda não publicada).
- 2 — BURNS, Edward McNall — História da Civilização ocidental — 1955 — Editôra Globo — Pôrto Alegre — RS.
- 3 — CABRAL, M. da Veiga — Lições de Cosmografia — 1959 — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro.
- 4 — CANTU, Césare — História Universal — 32 vls. — Editôra das Américas — São Paulo — SP.
- 5 — CROUZET, Maurice — História geral das Civilizações — 17 vls. — 1958 — Editôra Difusora Européia do Livro — São Paulo — SP.
- 6 — ENCICLOPÉDIA LABOR — 1955 — 9 vls. — Editorial Labor S.A. — Barcelona — Espanha.
- 7 — ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA — 1956 — 25 vls. — ed. da Encyclopaedia Britannica — Inc. — Chicago — U.S.A.
- 8 — HOGBEN, Lancelot — Maravilhas da Matemática — 1946 — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — RS.
- 9 — HOGBEN, Lancelot — O homem e a Ciência — 2 vls. — 1952 — Editôra Globo — Pôrto Alegre — RS.
- 10 — HUNTINGTON, Ellsworth — Las fuentes de la Civilización — 1949 — Fondo de Cultura Económica — México.
- 11 — LEVENNE Ricardo — CALMON, Pedro — História das Américas — 14 vls. — W.M. Jackson, Inc. — Rio de Janeiro.
- 12 — MEHLIN, Theodore — Astronomia — 1961 — Compañía Editorial Continental S.A. — México.
- 13 — OBSERVATÓRIO NACIONAL — Anuário — Coleção — Rio de Janeiro.
- 14 — RUSSELL, Henry Norris — DUGAN, Raymond Smith — STEWART John Quincy — Cosmografia — UTEA — 1954 — México.
- 15 — SONNET, H. — Dictionnaire des Mathématiques appliquées — 1879 — Librairie Hachette et Cie — Paris — France.
- 16 — TOURINHO, Gen. Plinio Alves Monteiro — Tratado de Astronomia — 2 vls. — 1950 — Gráfica Mundial Limitada — Curitiba — PR.

INTERPRETAÇÃO OU EXPLICAÇÃO HISTÓRICA?

TITO LIVIO FERREIRA

*Professor catedrático da Faculdade de Filosofia de São
Benito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

Todos nós escritores recebemos, na escola, uma formação literária. Essa é a tarefa do professor de Literatura. Com os olhos no presente e nos autores de hoje, êle interpreta as idéias, o pensamento, as tendências intelectuais dos poetas e prosadores contemporâneos. Dessa interpretação surge o crítico e a crítica literária. Ora, "o crítico, diz Sainte-Beuve, não é senão um homem que sabe ler e ensina os outros a ler", quando os outros aprendem a ler e gostam da leitura.

Nessas condições, conforme o postulado sainte-beuviano, o crítico literário "sabe ler e ensina os outros a ler" pela cartilha de suas idéias, do seu pensamento, de sua filosofia. Daí a interpretação literária resultar do modo íntimo de ver as coisas, do ponto de vista pessoal de analisar o assunto, da própria sensibilidade artística, temperamental e emotiva. E, da mesma forma, o solista interpreta o trecho musical, o tenor a ária, o pintor a paisagem.

Nessa ordem de idéias, o escritor torna extensiva a "interpretação literária" à "interpretação histórica". Interpreta os fatos assim como o advogado interpreta a lei: com a "sua" opinião engatilhada. Essa interpretação literária, histórica, jurídica, sociológica, econômica e artística há de trazer sempre, no seu interior, a opinião individual do intérprete. E, para êle, interpretar é dizer o que pensa, o que acha, o que entende sobre os fatos históricos.

Ora, a "interpretação histórica" é o caminho aberto à incompreensão histórica. Não é possível compreender a História se cada um dos seus intérpretes apresenta a sua "versão", quase sempre exposta com os olhos no presente, sem ligação com o passado, ou então circunscrita ao "materialismo histórico".

Para os materialistas, já históricos, existem apenas necessidades materiais: alimento, casa e vestuário. O trabalho e o salário são condições para resolver êsses problemas. No entanto, os brasilíndios também têm essas necessidades materiais, mas não recorrem ao salário para solucioná-las. São comunistas ou socialistas por natureza. Não precisam de líderes, nem de doutrinadores. Ignoram a "luta de classes". Nem pensam em "politizar-se". Vivem nus como Deus os pôs no mundo. Alimentam-se como as aves, os irracionais e os lírios dos campos. Jamais ouviram falar em Marx e Engels: E fazem suas casas onde lhes apetece.

Ora, a teoria do "materialismo histórico" é velha como a Terra. Já o Senhor Deus, no comêço do Mundo, falou a Adão: "No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pé te tornarás". (Cf. Bíblia. Gênesis. 3-19) Isso depois da tentação de Eva. Milênios mais tarde, no comêço da nossa era, quando o Senhor Diabo tenta Jesus, Êste responde-lhe: "Está escrito: nem só de pão viverá o homem, mas de tôda a palavra que sai da bôca de Deus". (Cf. Bíblia. S. Mateus. 4-4). Deus castiga Adão pelo pecado original, com obrigá-lo a comer o pão amassado com o suor do próprio rosto. Cristo diz a Satã: O homem não vive só de pão; vive também do espírito. Pelo espírito compreenderá a palavra de Deus. Mas o "materialismo histórico" é ateu por sua própria natureza. E assim, de maneira simplista e totalitária, elimina Deus e o espírito de suas cogitações metafísicas.

Para êsses materialistas, já históricos, o lado espiritual da vida, a moral, a arte, o direito, a religião, o pensamento são coisas desnecessárias no mundo onde vivemos. Interessa-lhes o lado fisiológico e não o psicológico. Falam de estímulos animais e ignoram quando o homem começa a manifestar-se na História. Entre as necessidades utilitárias e práticas da vida não vêem qualquer relação estética. Não compreendem como possam existir, embora existam, relações artísticas, morais e jurídicas, numa existência onde nem tudo é material e materialista. E não sabem porque ao "materialismo histórico" interpretativo de Marx se contrapõe o "espiritualismo histórico" de Fustel de Coulanges, alicerçado na compreensão histórica.

Assim, Marx e Engels inventaram o "materialismo histórico", apenas com base na doutrina do economismo histórico, não porque tivessem profundos conhecimentos de História e de Economia. A fórmula de Marx pretende, em dado momento, interpretar a História, assim como se interpreta o pensamento literário, ou o pensamento filosófico do escritor ou do filósofo. Antes de tudo, o "socialismo" marxista procura, quer encontrar, no desenvolvimento objetivo da História, o socialismo determinante dos acontecimentos, interpretando-os. Daí a teoria sociológica marxista enredar no sistema constituinte do "marxismo", nas fórmulas da "mais-valia", da "luta de classes" e do "materialismo histórico". Isso forma um complexo filosófico donde se deuz ser a teoria sociológica marxista a mais indefinida das teorias, embora seja profunda e muito interessante. E, para penetrá-la, só interpretando-a.

Em contrapartida, Fustel de Coulanges professa, na sua obra clássica, "A Cidade Antiga", o que se poderia chamar de "espiritualismo histórico". Fustel não interpreta, procura explicar, de maneira clara e simples: Se o homem não se governa mais hoje, como se governa há vinte e cinco séculos, é porque não pensa como pensava naquele tempo. Daí a tese fundamental: "A História não estuda sòmente os fatos materiais e as instituições; seu verdadeiro

objeto de estudo é a alma humana; ela deve aspirar a conhecer o que esta alma acreditou, pensou, sentiu nas diferentes épocas de vida do gênero humano.

Ao contrário de Marx e Engels, que tinham pelos documentos o desprezo dos filósofos encerrados na torre de marfim dos silogismos deterministas, Fustel de Coulanges proclama: "Pas de documents, pas d'histoire" — não há documentos, não há história. Assim, documento é tudo quanto a mão do homem deixou na paisagem do tempo. E a gente explica o documento, não o interpreta.

Nessas condições, o "materialismo histórico" está algemado à interpretação literária filosófica econômica e política do historiógrafo. Representa, quando muito, uma "interpretação" pessoal, estreita, acanhada restrita vazia do conteúdo humano integral porque nem todo o histórico é econômico, assim como nem todo o social existente no documento é econômico. Daí os marxistas e os fiéis do "materialismo histórico" tentarem uma "interpretação econômica" para a "luta de classes" desconhecida entre os Brasilíndios, a fim de politizá-los contra o capital espoliativo. E, como os críticos fazem "interpretações literárias", com os olhos no presente, as idéias presentes, as opiniões presentes, também os marxistas fazem "interpretações históricas" acorrentados à "interpretação econômica da história" e ao clarão do "materialismo histórico".

Mas, já em 1894 Engels define a idéia marxista contida na satisfação das necessidades materiais, com estas palavras: "Entendemos por relações econômicas, que consideramos como bases da história da sociedade, os métodos usados pelos membros de uma sociedade para produzirem seus meios de subsistência e em troca dos produtos entre si, se a divisão do trabalho existe. Assim se inclui toda a técnica da produção e do transporte". Engels comprova as minhas palavras, quando afirma: "Entendemos". Entendemos, isto é, interpretamos sem documentos, sem mais nada. E, porque assim "entendemos", a nossa interpretação é um dogma econômico: o dogma do "materialismo econômico".

Daí, no começo do século atual, Labriola opor embargos à interpretação e à concepção materialistas dos historiadores "fin-de-siècle". Para isso, escreve: "Deve-se recordar que o sentido desta doutrina precisa ser retirado, antes de tudo, da posição que ocupa frente às doutrinas contra as quais se dirigiu na realidade, e, especialmente frente às ideologias de toda classe; a prova do seu valor consiste, exclusivamente, em uma **explicação** mais conveniente e mais apropriada à sucessão dos acontecimentos humanos; esta doutrina não implica numa preferência subjetiva por uma certa qualidade ou uma certa soma de interesses humanos, opostos em virtude de uma eleição livre de outros interesses, mas afirma, tão somente, a coordenação e a subordinação **de todos os interesses no desenvolvimento de toda a sociedade**". (Cf. "Essais sur la conception materialiste de l'Histoire". p. 154. Paris). Os grifos são meus).

Sublinhei a palavra explicação empregada pelo economista. Não

se confunda explicação com interpretação, conforme já foi visto. Labriola aceita a explicação, mas não aceita a impropriedade da expressão "materialismo histórico". Tempo adiante, B. Croce considera: "Esta palavra materialismo não tem nenhuma razão de ser, porque provoca muitos equívocos e faz o jogo dos adversários". E ajunta: "No que se refere à História aceitaria sem inconveniente a denominação de concepção realista da História, que assinala bem o seu caráter de oposição a tôdas as metafísicas no domínio da História, e que permite acolher, não só tudo o que o socialismo tem procurado na consciência histórica, senão também tudo o que mais adiante possa vir de outras partes". (Cf. "Materialisme historique et Economie marxiste". p. 34-35. Paris. 1904).

O economista Labriola aceita a explicação, mas refuga a expressão "materialismo histórico", por ser imprópria. O historiador Croce aceitaria a denominação "concepção realista da História", em vez de inexpressivo "materialismo histórico". O "materialismo histórico" é uma versão interpretativa, fechada, totalitária. Falta-lhe luz, ar, oxigênio. E a "concepção realista da História" respira, vive, palpita humanamente.

Face às assertivas dos economistas e dos historiôgrafos, em carta de 15 de outubro de 1895, Engels recua e procura explicar o seu pensamento, dizendo: "Do ponto de vista materialista da História, o fator que, em último termo, é decisivo na História, é a produção e a reprodução da vida real. Jamais temos assegurado outra coisa nem Marx nem eu. Mas quando alguém foge disso, até dizer que o fator econômico é o único elemento, converte esta afirmativa numa frase insensata, abstrata e absurda. A condição econômica é a base; mas os vários elementos da superestruturas formas jurídicas e todos os reflexos destas lutas nos cérebros dos participantes, o político, o jurídico, as teorias filosóficas, os pontos de vista religiosos... **tudo** exerce uma influência sobre o desenvolvimento das lutas históricas, e, em **muitos casos**, determinam sua forma". (Cf. Woltmann. "Der historische Materialismus". 1900. p. 239).

Sublinhei os trechos mais interessantes. "Do ponto de vista materialista", não da História, mas de Marx e Engels, porque a História não existe antes do historiador escrevê-la. "Ela implica, evidentemente, na convicção de que a História não existe como uma realidade a reconstituir pela história: é ao contrário o historiador que lhe dá existência". (Cf. Philipe Ariès. "Le Temps de l'Histoire". p. 229. Paris. 1954).

Assim, a História é fiel à sua etimologia: é uma pesquisa. "Ela não é, antes de tudo, uma interrogação angustiosa sobre nossa desacoroçoadora historicidade, sobre nossa maneira de viver e de escorregar no tempo, mas uma réplica a esta condição "histórica": uma réplica pela "escolha da história", pela escolha de certo "conhecimento", por uma vontade de conhecer racionalmente, por edificar o que Fustel de Coulanges chamava a "ciência das sociedades

humanas" e que Marc Bloch chama uma "empresa racionada pela análise".

"Esta intenção de objetividade não está limitada à crítica do documento, como acreditava um estrito positivismo; ela anima ainda as grandes sínteses; seu quase racionalismo é da mesma raça que o da moderna ciência física, e, a êsse respeito, a História não tem motivos para complexos de inferioridade". (Cf. Paul Ricoeur. "Histoire et Vérité". p. 31. Paris. 1955).

Por isso o historiógrafo é o homem consciente que "anda com os olhos abertos, que não é um ingênuo, que não avança, como o boi no arado, o pescoço estendido sobre o sulco, mas de cabeça alta, contempla o horizonte imenso aberto aos quatro ventos do espírito". (Cf. Charles I. Marrou. "De la connaissance historique". p. 274. Paris. 1954). Assim entre os fatores literários da incompreensão histórica está o "materialismo histórico", ou a interpretação econômica dos fatos históricos, por ser unilateral e totalitária. Com êle anda a ausência da linguagem histórica, isto é, a linguagem dos documentos, desconhecida dos escritores da História. Eles ainda ignoram ter Marc Bloch em sua obra "La Société Féodale" (p. 56. Paris. 1944) asseverado: "O historiador tem por único dever compreender". Compreender e não julgar, entenda-se. O materialismo histórico julga sem compreender, interpretando, interpreta segundo o "ponto de vista materialista". Ora, a História é a ciência explicativa dos documentos. E o dever do historiógrafo honesto consciente e compreensivo é explicar os fatos e não interpretá-los.



O CURSO DE PSICOLOGIA E A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL

Documento contendo as idéias de base do Curso de Psicologia e da profissão de Psicólogo, proposto pelo Departamento de Psicologia, sob a presidência do Prof. Francisco Menna Barreto Reis, à direção da Faculdade de Filosofia para a elaboração do Currículo.

APRESENTAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, convocado pela Direção da Faculdade de Filosofia e incumbido da elaboração do Currículo do Curso de Psicologia, haveria de ater-se ao espírito que conduziu o Conselho Federal de Educação, ao regulamentar a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962. Refere o Parecer 403/62 que inspirou a Resolução do C.F.E. aludida, ser preciso "que desde logo se procure elevar êsse Curso a um nível de qualificação intelectual e de prestígio social que permita aos seus diplomados exercer os misteres do trabalho psicológico de modo eficaz e com plena responsabilidade". (1)

O DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA recebia, pois, como tarefa não apenas a simples seriação das cadeiras impostas pelo C.F.E. Importava desde logo tentar conceituar os critérios últimos ou as idéias de base do Curso de Psicologia e da profissão de Psicólogo no Brasil, para a sistematização pedagógica do Curso.

Nota o Professor Valnir Chagas no mesmo egrégio Parecer, acima citado, ter vindo a Lei n.º 4.119 de 27 de agosto de 1962 "inegavelmente, ao regulamentar a profissão de Psicólogo, preencher uma lacuna" (2) no quadro de nosso ensino superior; contudo "é imperativo que se acentue o caráter científico dos estudos a serem realizados, que só assim há de ser possível assegurar à Psicologia a posição de relêvo que lhe cabe (...) e **pari-passu** evitar as improvisações que do charlatanismo a levariam fatalmente ao descrédito". (3)

Assim, após sucessivas reuniões, foi elaborado o presente Documento-Base contendo as idéias de base do Curso de Psicologia e da profissão do Psicólogo no Brasil, as quais definem a política de formação do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

(1) Currículo dos Cursos Superiores, N.º 2 (Separata dos *Documenta* n.ºs 10 e 11), Rio de Janeiro, M.E.C., s/d. 128.

(2) o.c., 127 - 128, 130.

(3) o.c., 128.

O DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, incumbido de congregar as atividades de ensino e pesquisa no setor desta ciência, considera o presente estudo somente uma tentativa de conceituação e sistematização do Curso de Psicologia e da Profissão de Psicólogo no Brasil. Submetendo-o à crítica especializada como um elemento quem sabe capaz de inspirar outras contribuições, almeja possa vir a constituir-se (não sendo em todo caso entendido como cartilha de postulados imperecíveis) ponto de partida, através do trabalho crítico continuado, de uma consciência profissional em formação.

1. REFERÊNCIAS FUNDAMENTAIS

1. **A Psicologia é uma ciência.** O Curso de Psicologia e de Psicólogo consiste na formação a esta ciência, em nível superior.

2. **O pensamento científico** é essencialmente metodológico. Parte dos fatos constatados e vai à explicação dos mesmos por um procedimento controlado de descrição, abstração e sistematização.

3. Implica, como fundamental atitude de espírito, insenção de posições preconcebidas na coleta e contrôlê dos dados e nas formulações subseqüentes.

4. Neste sentido, o pensamento científico se expande sem afirmação de utilidade. Daí o caráter gratuito ou desinteressado próprio da atividade científica, seja aprendizado ou formação, seja pesquisa ou invenção.

5. **A formação científica** se refere à formação de um pensamento científico e, por suposto, do espírito científico, para o progresso da ciência.

6. De um lado, compreende (a) a informação sistemática dos conhecimentos já alcançados, bem como (b) o domínio dos procedimentos metodológicos para o ulterior aprofundamento do saber científico.

7. De outro lado, se processa libertada da casuística. Em uma palavra: a formação científica é sistemática e teórica a fim de que possa haver ciência aplicada.

8. **A profissão** decorre de uma exigência concreta e histórica, posta como desafio ao saber humano, implicando, por isso um mercado de trabalho.

9. Na civilização contemporânea, exige-se, para garantir e promover a paz e o progresso social, o conhecimento dos determinismos segundo os quais se estruturam as funções de ação do organismo humano, se constituem os relacionamentos entre grupos e indivíduos, se desincumbem êstes das novas e específicas tarefas que a sobrevivência lhes impõe. Daí, **a profissão de psicólogo.**

10. Daí, também, **o sentido profissional do estudo superior de Psicologia**, enquanto, por esta ciência, passa o estudioso a participar no processo cultural contemporâneo.

11. No estudo, porém, de uma ciência — ainda que com vistas a uma profissão — não intervém, por motivos consuetudinários, a seleção de domínios pelas razões denominadas “práticas”.

12. Em outros termos: a gratuidade ou o desinteresses próprios da atividade científica se referem ao pensamento científico e não ao saber científico, ou seja, à ciência. Esta não tem a sua razão em si mesma, como não é instrumento indiferente a qualquer utilidade.

13. A significação mesma do saber científico está na resposta que êste dá ao homem. Ao homem concreto de uma comunidade na sua história, para a melhoria das condições de vida da espécie humana, no que tange à produtividade, à convivência, à própria conceituação dos seus direitos, etc.

14. Onde, dando sentido à ciência, a profissão. E dando sentido a esta, uma consciência histórica ou profissional.

15. O formado em Psicologia, profissional ou Professor, enquanto leva a ciência psicológica a responder às exigências culturais da sua comunidade, não apenas dá à ciência o seu sentido — culturalizando-a — senão, e principalmente, dá à profissão a sua razão de ser: visto que a reduz à condição de serviço à sua coletividade; além de dar-se sentido a si mesmo, como profissional, porque é na sociedade cidadão útil e necessário.

16. A formação do Psicólogo, não consiste pois, numa simples comunicação de conhecimentos científicos e técnicas refinadas para um emprêgo liberal. É, sim, a posse e o domínio dêste filão de conhecimentos com vistas a sua inserção no veio da história em benefício do homem.

17. Daí, a **formulação das IDÉIAS DE BASE** abaixo; sem entrar no debate sôbre o objeto da Psicologia como ciência autônoma, vallem elas como critérios últimos para a seriação das cadeiras estabelecidas por lei para o Curso de Psicologia, assim como dos hábitos e atitudes pedagógicas, das situações de aprendizagem, etc., que definem a política de formação do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

18. Estas colocações são de ordem filosófica. Não são contudo a composição eclética do pensamento dos membros do Departamento. Tampouco querem ser expressões ligadas a qualquer Escola filosófica. São antes perspectivas fundadas em elementos primeiros da fenomenologia humana.

2. IDÉIAS DE BASE

19. **O centro de atenções do Curso** de Psicologia e da profissão de Psicólogo é o homem.

20. Não é, simplesmente, o domínio dos conhecimentos e técnicas alcançadas com intenções em certos efeitos convencionais; ainda que dito domínio deva ser colimado.

21. Tampouco o Curso se conduz sob mera inspiração filantrópica de socorro compassivo a uma necessidade social; se bem que o Curso adquira, como público estabelecimento de Ensino Superior, a sua significação precisamente enquanto responde a uma necessi-

dade histórica a ser, porém, atendida por serviços e dispositivos técnicos em benefício do homem.

22. É o homem, pois o centro de atenção do Curso e da profissão de Psicólogo; o homem a ser compreendido cientificamente quanto aos seus comportamentos, para reconciliá-lo consigo mesmo, com suas tarefas, com seu destino.

24. **O homem (I)** aparece como sendo **um corpo**, sujeito interna e externamente às leis da física e, portanto, de acordo com estas, devendo ser compreendido quanto a muitas de suas reações.

24. A sua existência, porém, coloca-se em termos de vida e morte; é um corpo que **vive**.

25. Está o organismo humano sob a ação dos fatores físicos, pelo que se revela como sendo coisa física. Está, por igual, sob a ação dos fatores biológicos; do que se depreende a condição orgânica da coisa humana.

26. O caráter, porém, de sua condição orgânica parece não se determinar por simples analogia à vida nas suas formas inferiores. Na verdade, a vida, para o organismo humano, ou é humana, ou simplesmente não é vida. Para o homem, a condição humana aparece, paradoxalmente, no confronto de sua dimensão orgânica e física, como primária na ordem da sua existência, ainda que última e por alcançar.

27. **O homem é primariamente (II) ser de cultura**, que pensa, que compreende com relação ao possível e ao impossível. O verdadeiro, o bem, o belo, integralizam a sua existência, humanizando cada uma de suas reações físicas e orgânicas. O homem parece tender como ao termo de sua plenitude não a bens, mas ao bem no uso dos bens, porque particularmente nenhum o satisfaz.

28. A filosofia e a religião procuram dar a última explicação de sua natureza supra-orgânica, alegando-lhe uma ordem de integração universal e absoluta, que transcende a todos os fatos de utilidade, na qual o organismo humano ultrapassa os limites de sua condição orgânica e física para, permanecendo não obstante no mundo das coisas, dar o sentido humano e ilimitado, à sua história e à de todo o universo.

29. **O homem, por fim, (III) é ser social**. Comunica-se com seus semelhantes, a sua vida é convivência. Os homens vivem juntos, e mantém relações estáveis, e tiram destas relações qualidades e aptidões novas.

30. Como resultante natural da vida em sociedade aparece o conjunto das instituições políticas e administrativas, certa fortuna pública, um patrimônio artístico, literário, científico, ético, etc.

31. A partir destes elementos, exclusivos das comunidades humanas, surge a autonomia que o indivíduo como pessoa conquista sobre a natureza através da sociedade. Autonomia essa que é também do indivíduo face ao indivíduo. Autonomia, pois, que é independência. Independência, por sua vez tão real e verdadeira quanto relativa, porque fundada na interdependência.

32. Mas **a vida social humana é desenvolvimento contínuo do homem**. Ou não é humana a vida que leva em comunidade. É humana, sim, quando é marcha para a frente, na ordem social, na ordem econômica, intelectual e moral: ou seja, na superação da força bruta dos impulsos egoístas face aos indivíduos e bens alheios pela descoberta do outro como semelhante e como irmão; cujos sentimentos passa o homem a comungar; cujo bem então respeita, e tutela, e promove como o seu próprio bem.

33. É isto, de resto, o que parece distinguir as instituições e populações de homens em civilizadas e bárbaras; e, de modo absoluto, distingue a sociedade humana, das comunidades, de animais.

34. De fato, a idéia de progresso parece ser inseparável da vida social humana.

35. A comunidade, povo ou nação, cuja evolução no tempo não se dá em espiral aberta, onde não se concretiza a idéia de melhorar as condições de vida da espécie, onde gerações idênticas se sucedem na imprevisão, na ignorância, na inconsciência, e não se legam outra coisa que uma existência frágil na sujeição imediata e contínua dos fatos presentes, não vale como convivência humana. A sua marcha é contramarcha de história porque leva à decadência e ao fim pelo extermínio ou pela violência.

36. Este único traço parece bastar para distinguir a civilização da barbárie, o verdadeiro desenvolvimento de suas contrafacções, a história da contra-história; em uma palavra: as instituições e formações comunitárias onde o homem é o centro e o sujeito de direitos, daquelas onde homens porventura continuam sendo instrumento e objeto-massa.

37. **A profissão de Psicólogo no Brasil** se insere na história do desenvolvimento cultural do País, em prol da melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. Tem ela sentido, precisamente porque, para este desenvolvimento, como um desafio ao saber nacional, impõem-se tarefas complexas.

38. Há dezenas de milhões de adultos e crianças por alfabetizar; por que princípios científicos elaborar os métodos e as técnicas devidas? Como proceder para adatar a mão-de-obra ao mercado de trabalho técnico e especializado? Segundo que critérios racionais compor os quadros de serviços administrativos, militares, de assistência e de produção com tarefas cada vez mais específicas? De que conseqüências humanas se acompanha a industrialização? Segundo que métodos hão de ser diagnosticadas e tratadas as depressões nervosas? Quais as condições ótimas de trabalho aqui e neste lugar? Quais os melhores meios de incentivo? Que dispositivo pedagógico há de se procurar para os excepcionais? Como fazer face à delinquência, como encaminhar a infância abandonada? Como valorizar a velhice? Como, encorajando-se a imigração, assegurar a integração dos grupos étnicos na consciência nacional? Como elevar a consciência nacional à necessária dimensão internacional? Etc. Etc.

39. É levando adiante o estudo científico da natureza psicoló-

gica do organismo humano (e neste trabalho o psicólogo brasileiro é puro cientista) que o cientista profissional em psicologia no Brasil se habilita a criar o aparato conceitual e técnico capaz de responder às exigências específicas da comunidade brasileira.

40. Sòmente assim, o formado em Psicologia — profissional ou professor — estará dando ao cultivo da ciência psicológica neste País a sua verdadeira significação; e à mesma profissão de psicólogo a sua razão de ser no Brasil, por tê-la reduzido à condição de serviço ao povo brasileiro; além de se fazer a si mesmo, como profissional, cidadão honrado, porque útil.

41. Neste sentido, a **Idéia de Base** ou o centro de atenções do **Curso de Psicologia** da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bem como a da atividade do Psicólogo no Brasil é o homem, e o homem brasileiro de hoje, em tôdas as suas dimensões, para cujo conhecimento e desenvolvimento integral quer contribuir com a ciência psicológica.

3. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

3.1 Normas Gerais

42. Valendo o acima exposto como o centro de atenções ou critérios últimos na formação do Psicólogo, é lícito buscar uma definição dos procedimentos didáticos e pedagógicos que conceituem o Curso de Psicologia como serviço de formação. Fica, desde logo, anotado que **a idéia de base é o homem**, em tôdas as suas dimensões.

43. O Curso de Psicologia (I) é um curso superior de formação científica. Assim sendo, as unidades de ensino (aulas, seminários, pesquisas de campo, estágios, etc.) referem-se (a) à **formação de um pensamento científico** enquanto instrumento adequado de indagações.

44. Por se tratar de curso superior, o seu principal objetivo é, pois **incutir o sentido prospectivo dos conhecimentos** e não efetuar apenas o inventário retrospectivo de suas realizações, amanhã e já hoje, quem sabem, superadas.

45. **Desde a primeira série**, pois, é o aluno levado a êsse tipo de proficiência, dita superior não apenas pelo grau de **aprofundamento** dos conteúdos, senão, pelo **método** de informação e comunicação dos conhecimentos. De acôrdo, por igual, é a seu tempo argüido e julgado, visto que o apreender científico não consiste em reproduções nêmica de preleções ouvidas ou em tarefas compiladas.

46. A formação científica compreende, ademais (b) a informação sistemática dos conhecimentos dados por adquiridos em sede científica, assim como (c) o domínio dos métodos, para o ulterior aprofundamento da ciência. **Os conhecimentos sistemáticos em Psicologia** hão de preceder didaticamente à manipulação das técnicas

psicológicas para a validade do diagnóstico e para a elaboração de novos e adequados instrumentos de medida.

47. O Curso de Psicologia (II) possui ainda, por conotação extrínseca, uma orientação profissional. Consiste, por certo, no cultivo do saber científico em público Estabelecimento de Ensino Superior. Mas recebe na sua razão de ser na resposta que dá ao homem concreto em história na **sua** comunidade. (a) No Brasil, o sentido profissional do Curso e da profissão de Psicólogo decorre de exigências da comunidade brasileira. Donde o termo prospectivo: o homem nacional, a ser devidamente situado pelo **estudo da antropologia cultural brasileira**.

48. Sendo sempre o homem o centro de atenções do Curso de Psicologia, dimensiona-se êle assim socialmente, quanto (b) metafísica e religiosamente; (c) física e biologicamente. Na verdade, por ordem ao possível ou absurdo, à fé, ou à descrença, à integridade ou à dissolução, à vida ou à morte: existe e deixa de existir homem. Daí, o valor reconhecido da **informação crítica a propósito de cada um desses dilemas**.

3.2 Normas Específicas

49. O Departamento de Psicologia, em particular, entendeu: (a) que **as três primeiras séries sejam sistemáticas**, tendo a primeira série um caráter propedêutico, ressaltado a tônica psicológica;

50. (b) que **a quarta e quinta série sejam especializadas**, posta a ênfase na aquisição das técnicas psicológicas de exame e avaliação;

51. (c) que **os horários acadêmicos sejam integralmente aproveitados** (vinte horas semanais, de segundas à sextas-feiras inclusive);

52. (d) que, em horários extra-acadêmicos, cada aluno participe anualmente de ao menos **dois cursos de extensão universitária**, dentre os que regularmente serão promovidos ou recomendados pelo Departamento;

53. (e) que ao Departamento de Psicologia, constituído dos Professores das cadeiras psicológicas do Curso e com a participação de alunos, incumbe o acompanhamento didático do Curso;

54. (f) que se proceda, desde logo, ao estudo dos critérios de admissão, promoção e participação em classe dos alunos.

4. PROGRAMA

4.1. Domínios de estudo

55. A informação sistemática requerida para a formação científica abrange todos os domínios da Psicologia. Correspondem êstes à linhas de estudo mais ou menos específicas. As denominações têm valor convencional e variam na literatura especializada.

56. A extensão dêstes domínios ou campos da Psicologia se depreende das revistas bibliográficas especializadas, dentre as quais

excelem PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS (Washington) e L'ANNÉE PSYCHOLOGIQUE (Paris).

57. PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS, 1960, 6, iii, traz como índice:

Generalidades — Teorias e Sistemas, Métodos e Procedimentos. Novos testes, Estatística, Estudos, Organizações, História e Biografias, Problemas Profissionais da Psicologia, Filmes.

Psicologia Fisiológica — Sistema Nervoso.

Processos Receptores e de Percepção — Visão, Audição, etc.

Processos Reacionais —

Processos Complexos e Organizações — Aprendizagem e Memória, Pensamento e Imaginação, Inteligência, Personalidade, Estética.

Psicologia do Desenvolvimento — Infância e Adolescência, Maturidade e Velhice.

Psicologia Social — Métodos e Medidas, Culturas e Relações Culturais, Instituições Sociais, Linguagem e Comunicação.

Psicologia Clínica, Orientação e Aconselhamento — Metodologia, Técnicas, Diagnóstico e Avaliação, Métodos de Tratamento, Orientação Infantil, Orientação Vocacional.

Desvios de Conduta — Deficiência Mental, Problemas de Comportamento, Perturbações na Palavra, Crime e Delinquência, Psicoses, Psiconeuroses, Correlações Psissomáticas, Neurologia Clínica, O Deficiente Fisicamente.

Psicologia Educacional — Aprendizagem Escolar, Interêsse, Atitudes e Hábitos, Educação Especial, Orientação Educacional, Medida Educacional, Pessoal de Serviço na Educação.

Psicologia Pessoal — Seleção e Colocação, Relações entre Trabalho e Chefia.

Aplicações Industriais e Outras — Indústria, Negócios e Comércio, Profissões, Forças Armadas.

58. Referindo as análises bibliográficas das revistas especializadas de Psicologia, L'ANNÉE PSYCHOLOGIQUE (1959, 59, 2, v — VII) classifica as contribuições originais sob os seguintes títulos que denominariam os domínios ou campos de pesquisa da Psicologia:

Generalidades — Metodologia Experimental, Psicometria, Métodos estatísticos, Modelos matemáticos, Decisões.

Neurofisiologia geral

Psicofisiologia das sensações — Generalidades, Métodos; As funções sensoriais nos Invertebrados (Visão, Audição, Olfacção); As funções sensoriais nos Vertebrados e no Homem (Generalidades, Visão, Audição, Olfacção, Sensibilidade muscular e cinestética, Dr).

O comportamento animal — Generalidades, Os tropismos, A orientação, A percepção, Os instintos e o comportamento reprodutor, O comportamento alimentar, Os ritmos de atividades, Os processos de comunicação, O comportamento territorial, O comportamento social.

Psicomotricidade

A percepção — Generalidades, Teorias; Dados fisiológicos e patológicos, Psicofísica, Percepção do espaço, Percepção das formas e dos objetos, Percepção do movimento, da velocidade e da causalidade, Percepção e personalidade, A aprendizagem perceptiva.

Os processos de aquisição — Generalidades, Teorias; Os processos de aquisição no animal (O condicionamento, A aprendizagem); Os processos de aquisição no homem (O condicionamento, A aprendizagem, A memória e o esquecimento).

A motivação — Generalidades, Teorias; As necessidades e a regulação das funções do organismo, As motivações, Frustrações e conflitos.

Os comportamentos emocionais — Os mecanismos psicofisiológicos das condutas emocionais, As manifestações das emoções (As reações do organismo, A expressão das emoções).

A afetividade, Os sentimentos.

A linguagem e as atividades simbólicas — A fonação, A linguagem, A leitura.

Os comportamentos inteligentes — A inteligência simbólica, A resolução dos problemas.

As formas e os níveis de atividades — Os níveis de vigília e de sono, Os sonhos, O trabalho mental, o esforço e a fadiga.

A psicologia do desenvolvimento — Psicologia do bebê, A evolução genética da criança, Os problemas da infância e da adolescência, Psicologia Escolar e pedagogia, A maturidade e a velhice.

Psicologia diferencial — Os testes psicométricos, A influência da hereditariedade e do meio sobre o comportamento.

Psicologia do trabalho — Generalidades, Métodos; A psicologia das profissões, a adaptação do trabalho ao homem.

A psicologia social — O estudo psicológico dos pequenos grupos, As relações interpessoais, Os processos de influência, As opiniões, as atitudes e os preconceitos.

Psicologia patológica — Generalidades, Métodos clínicos e técnicas projetivas, Psicofarmacologia, Psicopatologia geral, Psicopatologia infantil, Psicoterapia, Psicanálise, A inadaptação social da delinquência e a criminalidade, Os deficientes fisicamente.

59. Podem ser compreendidos como ciências ou disciplinas auxiliares a formação do Psicólogo: (a) a matemática e a física, a biologia; (b) igualmente, a filosofia, compreendendo a filosofia do fato religioso e a antropologia filosófica; a ética profissional; (c) a sociologia, a antropologia cultural e a história.

4.2. Currículo mínimo imposto pelo Conselho Federal de Educação

60. Resolução:

Fixa o Currículo mínimo e a duração do Curso de Psicologia (Cfr. Currículos dos Cursos Superiores N.º 2 (Separata dos **Docu-**

mentos, N.os 10 e 11). Rio de Janeiro, M.E.C., s/d., 130-131.

61. O Conselho Federal de Educação usando da atribuição que lhe conferem os art. 92, letra "e", e 90 da Lei n.º 4020, de dezembro de 1961, e tendo em vista o Parecer n.º 403/62, da Comissão de Ensino Superior, que a esta se incorpora,

Resolve:

62. Art. 1.º — O Currículo mínimo do Curso de Psicologia, para o Bacharelado e Licenciatura, compreende as matérias abaixo indicadas:

1. Fisiologia
2. Psicologia Geral e Experimental
3. Estatística
4. Psicologia do Desenvolvimento
5. Psicologia da Personalidade
6. Psicologia Social
7. Psicopatologia Geral

63. Parágrafo único — Para a obtenção do diploma de Psicólogo exigem-se, além das matérias fixadas nos itens de n.os 1 a 7 deste artigo, mais cinco (5) outras assim discriminadas:

8. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico
9. Ética Profissional

10/12. três (3) entre as seguintes:

- a. Psicologia do Excepcional
- b. Dinâmica de Grupo e Relações Humanas
- c. Pedagogia Terapêutica
- d. Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem
- e. Teoria e Técnica Psicoterápicas
- f. Seleção e Orientação Profissional
- g. Psicologia da Indústria

64. art. 2.º — São ainda obrigatórios:

a. Para a obtenção do diploma que habilita ao exercício de magistério em cursos de nível médio, as matérias pedagógicas fixadas em Resolução Especial, de acordo com o Parecer n.º 292/62, das quais se exclui a Psicologia da Educação.

b. Para a obtenção do diploma de Psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado.

65. art. 3.º — A duração do Curso de Psicologia é de quatro (4) anos letivos para o Bacharelado e a Licenciatura e de cinco (5) anos letivos para a formação de Psicólogos, incluindo-se nesta última hipótese o estágio supervisionado.

66. art. 4.º — O Currículo mínimo e a duração do Curso de Psicologia fixados nesta resolução terão vigência a partir do ano letivo de 1963.

(a) DEOLINDO COUTO, Presidente

4.3. SERIAÇÃO DAS CADEIRAS

69.	1. ^a Série	
	1. Introdução bibliográfica e metodológica ao Curso de Psicologia	2 hs.
	2. Filosofia (com referência ao prob. psicológico)	3 hs.
	3. Estatística Elementar (bases matemáticas) ...	3 hs.
	4. Psicologia Geral e Exeperimental	3 hs.
	5. História da Psicologia	3 hs.
	4. Fisiologia (biologia, anatomia e endocrinologia)	3 hs.
	5. Sociologia (formação histórica da família bras.)	3 hs.
70.	2. ^a Série	
	1. Fisiologia (neurofisiologia)	3 hs.
	2. Estatística Aplicada à Psicologia	3 hs.
	Seminário de Estatística Aplicada à Psicologia .	2 hs.
	3. Psicologia Diferencial	2 hs.
	Seminário de Psicologia Diferencial	2 hs.
	4. Psicologia do Desenvolvimento	3 hs.
	5. Psicologia Social	3 hs.
	6. Cultura Religiosa	2 hs.
71.	3. ^a Série	
	1. Antropologia Filosófica	3 hs.
	2. Psicologia da Personalidade	3 hs.
	4. Psicopatologia Geral	3 hs.
	5. Método de Testes	3 hs.
	Seminário de Métodos de Testes	2 hs.
	6. Psicologia Profunda	3 hs.
	7. Cultura Religiosa	2 hs.
72.	4. ^a Série	
	1. Teorias e Técnicas Psicoterápicas	2 hs.
	Seminário de Técnicas psicoterápicas	2 hs.
	2. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológ.	8 hs.
	3. Seleção e Orientação Profissional	3 hs.
	Seminário de Seleção e Orientação Esc. e Prof.	2 hs.
	4. Psicologia Industrial	3 hs.
73.	5. ^a Série	
	1. Psicologia Clínica	3 hs.
	Seminário de Psicologia Clínica	3 hs.
	2. Seleção e Orientação e Profissional	2 hs.
	Seminário de Seleção e Orientação Esc. e Prof.	3 hs.
	3. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico	6 hs.
	4. Ética Profissional	3hs.

74. **O Estágio Supervisionado** — A formação científica compreende também o domínio dos procedimentos metodológicos e técnicas para a elaboração de novos e adequados instrumentos de medida para o progresso da ciência. Com esta orientação os alunos da 4.^a série, a partir do segundo período, iniciarão o Estágio Supervisionado, sob

à orientação de um professor em estabelecimento previamente aprovado. (1).

5. CONCLUSÃO

75. O DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA assume a incumbência que a Direção da Faculdade lhe comete de coordenar as atividades de ensino e pesquisa no setor desta ciência. Prosseguirá em espírito de colaboração com os Organismos Deliberativos da Universidade, revendo e aprofundando conceitos e métodos para a plena valorização dêste Curso na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por outro lado, submetendo à crítica especializada um estudo desta natureza, abre-se entre os alunos o debate sobre a mesma orientação vetorial a ser por eles dada ao exercício de sua profissão no Brasil com vistas à formação de uma consciência profissional. "Só assim há de ser possível assegurar à Psicologia a posição de relevo que lhe cabe (...) e **pari-passu** evitar as improvisações que do charlatanismo, a levariam fatalmente ao descrédito". (2)

-
- (1) A respeito do Estágio supervisionado, lê-se no citado Parecer N.º 403/62: "O trabalho do Psicólogo ... se vale de técnicas próprias cujo domínio é impossível sem o devido treinamento prático. Assim, a sua formação teórica— experimental terá que completar-se com um estágio que se desenvolva em situação real — ao longo de pelo menos 500 horas de atividades, e obedeça à imediata supervisão dos órgãos por ela responsáveis". Cfr.o.c., 1129-130.
- (2) CHAGAS, Valnir, o.c., 128.

—oOo—

O RELACIONAMENTO ENTRE ANALISTAS

Dr. Malomar Lund Edelweiss

Tentaremos algumas considerações psicanalíticas, breves e parciais, sobre o relacionamento dos analistas entre si, extendendo-as, depois, aos psicólogos e psiquiatras.

A situação psicanalítica, é acima de tudo, humana. O que a torna peculiar não é ser essencialmente diferente das demais, porém que alguns aspectos do relacionamento humano são intensificados. Pouquíssimas normas orientadoras de todo o processo, fazem com que alguns laços inter-relacionais — no caso, entre analista e analisando, — se tornem mais vivos, mais tensos. E que, nesta intensidade, sejam colocados ao foco do microscópio que é a análise, para exame e esclarecimento. A situação analítica promove a relação entre duas pessoas, desvelando através dela, o tipo do relacionamento do analisando (e, por que não, também do **analista**) com as demais, mercê da atmosfera que se cria, o mais possível psico-higienizada. A Psicanálise se torna assim, ortobiótica, porque põe os velhos comportamentos relacionais do cliente em situação de vivência, diferente daquela em que, habitualmente, se realiza. Usando uma analogia, diríamos que as relações humanas são "cultivadas" em meio especial. É por isso que trazemos para a situação analítica as situações da vida. E, reciprocamente, levamos para a vida as situações retificadas (ou até eventualmente deformadas) na situação analítica. Encontramos, portanto as mesmas dificuldades ou facilidades de relacionamento fora e dentro da análise. As de dentro da análise serão revisadas, esta a sua peculiaridade.

Não será de admirar, pois, que ocorra entre analistas o que pode ocorrer entre outros profissionais. Talvez se desejasse que os que se dedicam a reajustar a conduta humana tivessem convívio sempre pacífico, anelo, pelo menos idealizado, de todos os homens. Ora, já os primórdios do movimento psicanalítico nos mostram o contrário. De 1910 a 11, a primeira dissensão grave: o afastamento de Alfredo Adler, provocado por divergências na fundamentação teórica da psicanálise como cura das neuroses. Em 1913, outra defecção, a de Jung. Em 1914, Freud, historia o "Movimento Psicanalítico". Dos discípulos que se afastaram, declara o seguinte:

"... circunstância sensível que torna mais penoso o meu trabalho de defesa é a de me ser impossível evitar completamente uma elucidação analítica dos dois movimentos adversos. Ora, a psicanálise não se presta para usos polêmicos. Pressupõe a aquiescência total do analisado e a existência de um superior e de um subordinado (...) ... limitarei o emprêgo da análise, e com êle a indiscreção e a agressão ao mínimo estrito e advertirei que não baseio

nêsse meio uma crítica científica ... Quero apenas mostrar que estas teorias se opõem — e em que pontos elas se opõem — aos princípios fundamentais da psicanálise e, portanto não podem abrigar-se sob o nome desta” (pg. 53).

Mais adiante, o autor prossegue: (Adler) retirou-se da Associação e fundou a Associação de Psicanálise Livre”. “... A Psicanálise “livre” permaneceu sob a forma, digo, sombra da “oficial” ou “ortodoxa” e não é considerada senão como um ramo desta. Adler deu então um passo que é muito de agradecer. Rompeu tôdas as relações com a psicanálise e deu à sua teoria o nome de Psicologia Individual. Há na terra lugar para todos e nada pode opor-se aos que queiram e possam vagar por ela com plena independência. Mas não é agradável continuarmos a viver sob um mesmo teto com pessoas com que já não nos entendemos e que não podemos suportar...” (p. 55).

Em sua “auto-biografia”, publicada dez anos mais tarde, em 1924, Freud ainda escreve: “Na Europa, houve de 1911 a 1913, dois movimentos de separação da Psicanálise iniciados por pessoas que até então tinham desempenhado um papel considerável na jovem ciência. Refiro-me a Alfredo Adler e a C.G. Jung... A crítica foi muito benigna para ambos os heréticos, e eu, por minha parte, só pude conseguir que tanto Adler como Jung renunciassem a dar às suas teorias o nome de Psicanálise...” (pg. 122).

“Quando uma comunidade se encontra alicerçada numa coincidência sôbre determinados pontos cardeais, é natural que saiam dela aqueles que abandonaram o terreno comum. Entretanto, atribuiu-se frequentemente a defecção dêstes meus antigos discípulos à minha intolerância. (pg. 123).

Anotemos, por ora, esta palavra, que Freud procura refutar em linhas subsequentes, como também as expressões: Psicanálise “oficial”, “ortodoxa” e hereticos”.

Vemos que a Psicanálise teve, desde o início, divergência de cabeças pensantes e desentendimento entre pessoas “que já se não mais podiam suportar”, segundo as palavras textuais de Freud. Em busca da objetividade científica, os primeiros indagadores dos profundos abismos do psiquismo humano, acabaram desentendendo-se profundamente.

É curioso que, em 1912, isto é, entre 1911 e 1913, quando Adler e Jung se distanciaram, surgiu o livro “Totem e Tabu”. Neste, como em algumas outras monografias, Freud tenta dar uma “explicação” psicanalítica para fatos concretos não esclarecidos. Discorrendo sôbre a dificuldade dos sociólogos em entender o Totem, e o Tabu dêle resultante, Freud diz categòricamente: “A experiência psicanalítica lança um raio de luz único nesta obscuridade. A relação entre a criança e o animal apresenta muita analogia com a que existe entre o primitivo e o animal. pg. 198) — Aduzindo o caso Ferenczi sôbre uma criança de 2 anos e meio, Arpád, Freud no que Caruso chama de um “belo exercício de imaginação” — procura

fundamentar aquele fato sociológico, inexplicável até hoje, numa elecubração metapsicológica. Diz: "A psicanálise nos têm revelado que o animal totêmico é, na verdade, uma substituição do pai, e com isto deve estar de acôrdo a contradição de que sendo proibida a sua matança em tempos normais, o seu sacrifício se torna festividade, e que, depois de morto, o animal seja chorado. A atitude afetiva ambivalente que ainda hoje caracteriza o complexo paterno entre as nossas crianças e continua, muitas vêzes, na vida adulta, extender-se-ia, também, ao animal totêmico considerado o substituto do pai. "... Continua: "Sòmente confrontando a interpretação do Totem dada pela psicanálise com o fato do repasto totêmico e com a hipótese de Darwin sôbre o estado primitivo da sociedade humana, apresenta-se-nos a possibilidade de uma compreensão mais profunda, encarando-se uma hipótese que pode parecer fantástica, mas que oferece a vantagem de reduzir a uma unidade imprevista uma série de fenômenos até agora desconexos. A horda primitiva de Darwin não oferece, naturalmente, lugar algum para as origens do Totemismo. Há apenas um pai violento e ciumento, que reserva para sí tôdas as fêmeas e expulsa os filhos, conforme vão crescendo; nada mais..."

"Tomando como base o repasto totêmico, podemos responder: Um dia os irmãos expulsos se juntaram, mataram e devoraram o pai, pondo fim, desta maneira, à horda paterna. Unidos, ousaram e conseguiram o que a cada um sòzinho seria impossível. (...) Tratando-se de selvagens canibais, é natural que tenham devorado a vítima. O Pai tirânico teria constituído certamente o modelo invejado e temido de cada um dos membros desta irmandade. Ao devorá-lo, identificavam-se com êle e se apropriavam de uma parte de sua força. O repasto Totêmico, talvez a primeira festa da humanidade, seria a reprodução comemorativa dêsse ato memorável e criminoso, com o qual tiveram comêço as organizações sociais, as restrições morais e a religião". (Págs. 215 e 16).

É fecunda a imaginação de Freud ao executar alinhavos teóricos. O mesmo vemos na explicação da "obediência retrospectiva". Os filhos "retrataram-se do seu ato, proibindo a matança dos substituto do pai, que é o Totem, e renunciaram aos frutos do ato recusando as mulheres agora acessíveis", (pg. 217), e que haviam pertencido ao pai. Daí, a proibição de matar-se o animal Totem, e a obrigação da exogamia.

Interessa-nos, e muito, o aspecto **psicológico** da questão em foco. A trama psicanalítica elaborada por Freud está longe de provar-se. Mas ter-se-ia êle dado conta do aspecto e valor projetivo desta elaboração? Freud, de certo modo, procedeu como pai ciumento, desejoso de fecundar, com exclusividade, as inteligências de todos os discípulos, não cedendo o lugar a ninguém. Os filhos que se iam sentindo intelectualmente adultos, a ponto de discordar, êle os expulsou, como pai onipotente, "ortodoxo", infalível.

Parece-nos inegável o exemplo do mestre: a intolerância agres-

siva contra o pensamento diferente do dêle. Talvez isto merecesse ser analisado pelo próprio Freud, mas não cremos que o tenha sido.

O pai primitivo, na concepção Freudiana, se tornara, morto, mais poderoso do que em vida, porque os filhos se identificaram com as virtudes dêle. O ateu Freud, tornou-se profundamente dogmático, assim com o fôra o pai Abraão que êle rejeitou. Nêste ponto, o judeu infiel — como se intitulava — exigiu a mais incondicional fidelidade à nova doutrina da fé: a metapsicologia freudiana.

Certamente, êsse dogmatismo não trouxe nenhum bem nem simpatia para a Psicanálise que, desejando formar ciência, estudo sistemático dos fatos empíricos, não consegue transformar-se em dogma intangível.

Mas se criou como que uma “tradição de dogmatismo” — e, portanto de intolerância, — invocando-se a intangibilidade de princípios teóricos, unida à prática de expulsar como rebelde o portador de idéia diversa.

Oturo aspecto mais restrito e técnico é o de René Laforgue que se pergunta até que ponto as transferências mal liquidadas favorecem o aparecimento de atritos entre Psicanalistas. Naturalmente, isto se refere em particular, ao analista e analisado, principalmente nas análises didáticas. Não desmontar devidamente a neurose transferencial, penhor da cura da neurose patológica, seria conservar ainda um pouco desta, e deixar semente de discórdias futuras. Sabemos que a neurose leva à incapacidade de aceitar a ambivalência ínsita nas coisas, portanto, também nas relações interpessoais. Talvez, ainda, a própria situação transferencial não bem resolvida — uma análise, portanto, incompleta — provoque a projeção de complexos ainda não reconhecidos sôbre pessoas da mesma — ou de outra profissão. Há um velho anexim português: “O meu inimigo é o oficial do meu ofício”. O complexo de Caim é muito antigo, e sempre atual. Seu aspecto positivo seriam a emulação e concorrência que devem transformar-se em colaboração. Caim também projetou sôbre Abel, a rejeição do sacrifício que oferecia a Deus. A má consciência dos frutos deteriorados que sacrificava, fêz de Abel o culpado, porque, aos olhos de Caim, ousara oferecer coisa melhor ao criador. Todos temos necessidade de ver as coisas bem claras, e as nossas projeções nos dão essa ilusão. Ninguém mais satisfeito de sua certeza do que um paranóico... que, justamente, sabe inventar de modo claro. (Não é debate que Szondi encontrou esta raiz em todas as profissões que se dedicam ao estudo do psiquismo). O que é imaginação criadora numa, torna-se alucinação, noutra pelo excesso. As projeções não reconhecidas transformam algo ou alguém em bode expiatório, que passa a suportar tôda agressividade existente em nosso interior contra os nossos próprios traços negativos. Êstes se despejam naquele objeto (ou pessoa) que se torna merecedor de ser perseguido por aquilo que queremos ver longe de nós mesmos. Podemos ver fumaça e

concluimos, projetivamente, por um incêndio, quando se trata, apenas, de uma fogueira de São João.

A Psicanálise apresenta certos conceitos de admirável coerência. Outros de hipotética fantasia. Os primeiros dão a gradável segurança que pode fazer com que desejemos defender também os segundos. E, ao inverso, como alguns dados psicanalíticos podem bulir com com as sombras internas de qualquer ser humano, pode apontar-se para a vacuidade das fantasias confundido-as com o todo, sem maior exame e experiência. Isto seria, eventualmente, algo a merecer um pouco de atenção de quem se situa no campo Psicanalítico.

Mas o que nos parece mais relevante, do ângulo em que nos colocamos é atender que: a psicanálise representa, sem a menor dúvida, uma aquisição psicoterapêutica, de valor. Abriu mesmo, novo descortínio, dentro da Psicologia e dentro da medicina que deve não pouco a ela quanto ao enderêço psicossomático assumido. Mas a Psicanálise nasceu como "praxis" processo prático. Dêste se construiu a teoria. A necessidade de sistematização lógica leva aos esquemas, que são incompletos, constantemente melhoráveis e, em si, necessários ao esforço científico. Dois erros seriam: 1) Querer prescindir deles ou 2) considerá-los imutáveis, seja por dogmatização, seja pela inércia do hábito. Daí o conselho de Caruso de repensar a Psicanálise a partir das origens.

Do relacionamento **entre psicanalistas**, concluiríamos: Certa tradição anti-científica de dogmatismo, — não devidamente analisada, em si mesma e no próprio analista — pode conduzir à intolerância intelectual. Sobre isto se acresceriam as falhas, de análise de cada um, gerando no todo, projeções agressivas que levariam às desavenças definitivas. Algum remédio seria o esforço de analisar-se (ou reanalisar-se) de quando em quando.

Mas, e as relações com os outros estudiosos do psiquismo, em especial: psiquiatras e psicólogos?

Os fenômenos acima — que são propostos como "possibilidade" e não impostos como "exclusividade" — não poderiam, com maior razão, ainda, do que entre analistas, — que, afinal, têm certo denominador comum de princípios doutrinários, terminologia, etc. — ser atuantes na incompreensão com que a psicanálise é recebida em alguns setores científicos, indiscutivelmente sérios e honestos?

É possível haver projeções de narcisismo intolerante sobre a psicanálise. Mas vemos, a partir dos exemplos do próprio fundador do movimento psicanalítico o quão possível seria, também, da parte dos psicanalistas, atitude exclusivista e agressiva, clara, ou disfarçada em paternalidade sobranceira não menos contundente.

O diálogo científico, proveitoso a todos, também pode encontrar no analista sua pedra de obstáculo ou sua porta fechada. A idolatria não assenta bem a nenhum tipo de estudo, por mais nobre que seja o objeto e por mais rico que seja o acervo capitalizado.

O psicanalista que analise bem seu relacionamento não só com

o cliente, mas com todos os que não pretendem jamais — com pleno direito — ser clientes mas continuar a ser, simplesmente, seus semelhantes.

NOTA: Para maior facilidade do leitor, usamos, nas citações, a Coleção "Obras completas de S. Freud" Ed. Delta, Vols. 14 e 18.

—ooOoo—

PSICOTERAPIA NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Dr. Francisco Dias da Costa Vidal

Lembra Werner Wolf que "Psicoterapia, no sentido exato da palavra, quer dizer cura da mente por meio da mente, isto é, seus métodos são de natureza psicógena e não somática". E acrescenta que "a psicoterapia é, antes de tudo, uma técnica verbal cujas bases principais são constituídas de conversações mantidas entre o paciente e o psicoterapeuta encaminhadas a readaptar o enfermo a si-mesmo e a seu meio-ambiente".

Béla Székely citando Pototzky recorda que "o melhor método psicoterapêutico para a criança deve ser a educação", entendendo-se por educação a integração física, psicológica e social do indivíduo à sua realidade cultural, possibilitando-lhe progredir a ser feliz.

É justamente o que não se dá em diversas circunstâncias em que, por um motivo ou outro, o indivíduo esbarra em obstáculo intransponível dada a sua condição atual de inferioridade perante a realidade interior ou exterior a si-mesmo.

A herança do indivíduo é sempre possível de ser ajustada às circunstâncias através da educação que aproveita ao máximo essas disponibilidades.

"Não há ninguém que não sirva para nada" afirmava o prof. Munizaga nos cursos de férias de Santiago. Por vezes o que se observa é que os próprios pais temem que seus filhos não tenham vez na vida social ou num sequer dos vários ramos das atividades ocupacionais.

A educação possibilita o ser humano a "apresentar um conjunto harmônico nos três domínios das funções da vida: no trabalho, no amor e na comunidade" já afirmou Adler, e Székely acrescenta: "O neurótico concentra suas energias num domínio e fracassa em outros" (Székely).

A neurose, também se caracteriza pela "incapacidade de cumprimento, ligada a sofrimentos", o que é expresso, segundo Adler, por um sentimento social de inferioridade.

A finalidade deste trabalho, é abordar, principalmente a técnica da terapia psicológica na infância e na adolescência, mas como o psicoterapeuta é também um educador (Székely) é de toda a conveniência que incursionemos às origens dos erros pedagógicos cometidos antes de tudo no próprio lar.

Com isto, nos encontros que mantivermos com os pais, poderemos apontar as possíveis falhas dos métodos, atuando no ambiente condicionador da inadequação.

Assim, Schaller, a respeito do tema, chegou a afirmar, referindo-se a uma das atitudes falsas de educar: "A família torna-se

por vêzes um inferno, tanto exige dos filhos". E prossegue: — "Há pais e mães que não toleram que seu filho seja um aluno medíocre, sem saber se a criança tem fôrças físicas e psíquicas capazes de corresponder ao vaidoso desejo dos pais".

"O perigo da vaidade e presunção é sempre maior que o fruto dessa educação". E lembra que já Fénelon, em conselhos dirigidos a u'a mãe, dissera: — "É preciso contentar-se de seguir e ajudar a natureza".

Aponta também outras conseqüências de tal educação exigente: — A criança a quem se faz constantemente sentir quanto decepçiona seus pais, retira-se sempre mais da atmosfera familiar. Cria ela um castelo interior para onde foge da dura realidade exterior.

— Lembramos o caso de u'a menina de 5 anos, em Santiago do Chile, sôbre quem os pais me pediram opinião, e que criara um mundo social imaginário e sumamente movimentado. Os personagens eram constituídos de crianças, unicamente. Com elas a menina passava horas abordando variados assuntos e imaginando passeios; incluso telefonava para elas. Que o contato com a realidade se lhe tornava difícil foi o que presenciemos: um dos pequenos personagens daquele mundo amável tinha o mesmo nome do terapeuta, por coincidência. Quando anunciaram minha visita à casa, logo pensou a menina que fôsse o Francisco de seus "sonhos". Espreitando detrás de uma cortina, estabeleceu o confronto e logo seguiu-se o desencanto, acompanhado de choro, de fuga e de regressão.

Aqui destacamos também o êrro da educação. Os pais, apesar de inteligentes, ou porisso mesmo, exigiam dos filhos um destaque prematuro. E isto se evidenciava no próprio contato com o problema da menina que já achavam algo de notável e extraordinário, alimentando o caso.

Fénelon, citado por Schaller, e num rasgo de severidade ainda adverte: — "Ordinàriamente os que governam as crianças não lhes perdoam nada, mas a si-mesmos perdoam-se tudo", com o que destaca a ausência de auto-crítico e a necessidade de uma humildade interior rumo ao constante aperfeiçoamento e estado de alerta necessário aos educadores.

Mas é no campo emotivo da educação que as falhas mais atingem perigosamente a criança. E Schaller se refere à importância da ternura, indispensável ao físico e ao psíquico da criança, "cuja necessidade seria comparável às vitaminas, atuando incluso sôbre a saúde orgânica".

Neste sentido, em artigo publicado na Revista de Psicologia Normal e Patológica da Universidade Católica de São Paulo, Kurt Glaser e Leon Eienberg alertam sèriamente sôbre os efeitos que a privação do carinho materno exerce sôbre a criança. Privação cuja síndrome se pode desenvolver não só quando a mãe está ausente mas ainda em sua presença. De qualquer forma, naturalmente que

dependendo do caso, poderá fixar-se na criança "autista" ou "carente emocional", um permanente déficit cultural com ulterior degradação das habilidades remanescentes".

"Isto sem falar nas neuroses sugeridas à criança, a que Székely se refere, o que pode acontecer no caso de pais que repetem constantemente: — Não vales nada, és um bobo. E acrescenta que incluso uma criança inteligente pode se transformar num tapado e um hábil passa a ser um imbecil".

Existem por certo as atitudes opostas de "pais que sufocam seus filhos por um amor devorador (Shaller). Estabelece-se então uma dependência emotiva que conduz a criança a uma verdadeira escravidão, impedindo-lhe qualquer desenvolvimento".

— Uma das crianças que atualmente estou tratando — menino de 5 anos, medroso, incapaz de ficar só no colégio, inseguro ante qualquer afastamento do pai que periodicamente viaja com avultadas somas de uma empresa oficial, a mãe, temerosa de que o filho relutasse em iniciar o tratamento, pretendeu entrar com êle na sala de ludoterapia. Para surpresa dela, o menino, convidado a brincar, não temeu de acompanhar o psicoterapeuta ao interior da peça contígua.

Isto não impediu que a mãe, de outra feita, esperasse a hora do menino com êle no colo e de chupeta, bem como, após dois meses de tratamento, não se animasse nem a deixá-lo só no colégio, nem a afastá-lo do dormitório dos pais. Naturalmente que ela reconheceu de antemão que o problema era também dela e já se está dispondo a iniciar a sua própria psicoterapia.

Não faltam os estudiosos que apontam a superproteção como uma compensação exterior a íntima e profunda rejeição dos pais para com os filhos temendo que se realizem seus desejos inconscientes de eliminação da responsabilidade encarnada nos próprios filhos.

E existem atitudes mais ou menos generalizadas que vão atuando na formação — ou deformação — do inconsciente da criança: — "Há pais de família que não entram em casa senão para gritar a tudo e a todos, que se embriagam, que se desinteressam totalmente da vida do lar, que deixam à mãe de família e à parentela o cuidado de fornecer ao lar os recursos que êle não procurou obter", num atestado de grave falha de responsabilidade que é também um sintoma de fuga que influi intensamente sobre o ambiente familiar.

Atitude errônea é também a que menciona Schaller como "severidade deslocada que consiste em humilhar a criança continuamente para excitá-la ao bem e ao melhor sucesso. E adverte: — "Sem se darem conta, os pais instalam tranquilamente no coração do pequeno um terrível complexo de inferioridade".

Recomenda êle que: — "É preciso evitar todo o nervosismo na arte de educar as crianças". É certamente o que gera uma insegurança de tal intensidade ao ponto de vermos pessoas inteligentes — tanto crianças quanto adultos — que na hora dos exames, ex-

traordinariamente nervosos, esquecem tudo o que sabiam e renunciam a escrever ou dizer alguma coisa porque já sabem antecipadamente que não podem.

Pelo contrário, recomenda Fénelon naquele mesmo trabalho: "que o prazer faça tudo", constituindo-se numa justa retribuição ao esforço bem dirigido.

E o Dr. André Berge acrescentaria que: "A felicidade, si não fôr uma finalidade, pode ser um meio pedagógico de rara qualidade".

Na verdade, "há muitos pais e mães que consideram a criança como desejariam que ela fôsse, mas não como ela é realmente". E Schaller comprova "que se tôdas as atividades exigem uma aprendizagem, é lastimável que haja duas que façam exceção: a do homem político e a do pai".

De maneira que a psicoterapia vem a exercer uma função re-educativa de importância atualíssima. E, mesmo que ela não resolva de um todo a problemática individual, já poderia habituar a pessoa a um primeiro contato com os métodos psicológicos. Assim, em eventual circunstância futura, poderão ser aplicados com mais facilidade métodos mais aprofundados sem aquelas resistências características de quem penetra por primeira vez num gabinete de psicologia.

Caruso, em entrevista jornalística, salientara a crescente necessidade da psicoterapia em face da civilização. Ela que desencadeia angústias em face do afastamento do homem de si-mesmo, da sua problemática existencial e da sua consideração social, particularmente. E no campo educativo comprova-se por todo lado, de parte dos alunos, tanto a intensificação de uma sintomática até então rara, quanto a comprovação de intensas e repentinas dificuldades de aprender. De parte dos educadores surge um sentimento de incapacidade de enfrentar a situação nova com a técnica tradicional, sem um aprofundamento que se impõe como uma verdadeira especialização.

Se o Prof. Leporati, nos cursos de férias de Santiago, recomendou que futuramente todo o professor deveria ser um Orientador, poderíamos supor que deverá tornar-se realidade que todo o Orientador, incluindo os pais, devem poder incluir em seu programa educativo a necessidade de apelar oportunamente para o psicoterapeuta, mesmo que a técnica pedagógica dos educadores já esteja atualizada. Mesmo porque, na dinâmica de certos casos, a situação eminentemente social da psicoterapia, especialmente a psicoterapia de grupo, muito ajudará a desmontar um mecanismo vicioso que se torna difícil ver para quem vive dentro da situação, e resulta muito mais problemático ainda resolver para quem faz parte do círculo seja escolar ou familiar.

De maneira geral porém, podemos dizer com Székely que, "quando logremos inculcar na criança que não é um ser inútil, mas que tem seu lugar no meio da sociedade dos adultos e que lhe incumbem

tarefas que não deve mas pode cumprir, te-lo-emos salvo outra vez"

E acrescentaríamos: que implicitamente, na terapia, a criança também seria reintegrada nas demais necessidades psicológicas mínimas de que nos fala Erich Fromm; sentir-se-ia **amada** e poderia novamente amar. Ser-lhe-ia garantido um mínimo de **liberdade**, com o que poderia acertar ou errar, dentro do clima de neutralidade, sem ouvir inevitavelmente os elogios ou admoestações dos adultos do seu ambiente familiar. Obteria a **segurança** mais autêntica que se apóia já não mais na proteção exterior mas no íntimo sentimento de estar acertando por própria iniciativa.

Contato com o caso.

Podemos vir a ter contato com o caso que requer terapia seja através dos pais ou dos professores, como trazido pela própria criança ou adolescente, através da apresentação da sintomática individual ou social.

O ideal seria que todos pudessem comparecer simultaneamente, dispostos a buscarem as razões do problema e isentos daquela corrente inclinação a encontrarem culpas, tanto em si como nos outros.

Assim que podemos partir da sugestão de reunir um grupo constituído das pessoas envolvidas pela situação: os pais, a criança os professores e alguma pessoa da família. Nessa oportunidade seria conveniente um esclarecimento calmo e objetivo sobre o papel do psicoterapeuta que, no caso, estaria atuando como um orientador, não como um juiz; Poder-se-ia dizer assim:

— Creio que estamos todos aqui com a melhor boa-vontade de estudarmos em conjunto uma situação que merece a colaboração deste grupo.

Cada qual esteja disposto a ver em si-mesmo de que maneira está atuando e o que poderá modificar no sentido de melhorar a situação. Vamos escutar com disposição, até ao fim, o que cada um tem a dizer e, cada um de nós, irá opinar com toda a calma e confiança na colaboração dos demais.

Todavia, por razões várias, nem sempre é possível reunir o grupo. Vários autores recomendam que a criança ou o adolescente escute as queixas que os adultos apresentam sobre si, para que nada fique oculto e que o paciente que se submeter ao tratamento saiba porque é que comparece as sessões marcadas.

O papel dos pais na psicoterapia da criança e do adolescente deve ser considerado de acordo com o caso.

Temos dito, para ilustrar, que a criança é um aparelho detetor do ambiente familiar. Székely afirma: "A neurose infantil reflete, no fundo, a neurose dos pais". E acrescenta: "Não há um tratamento da criança que não deva acompanhar-se em rigor, de um tratamento dos pais". Naturalmente que não se pode desde logo proclamar esta necessidade ideal ao consulente que, no mais das vezes é a mãe.

Temos sugerido aos pais, ambos ou apenas um deles, de preferência que seja sempre o mesmo, que após cada mês de tratamento tomaremos a liberdade de convocá-los para uma entrevista na qual iremos comparar as nossas observações, às verificadas em casa e as verificações feitas durante o tratamento.

Podemos é dizer, no transcurso dessas entrevistas que o tratamento terá maior chance de um sucesso mais profundo se também um dos pais, pelo menos, puder submeter-se a uma psicoterapia.

Reintere-se aos pais que não comentem diante dos filhos o que foi tratado com o terapeuta, o mesmo que tsejam evitadas menções contínuas aos sintomas que deram origem ao tratamento.

Na entrevista periódica com os pais é preferível, em vez de relatar o que se passa, tratar de iniciar indagando o que eles têm observado em casa. A' luz dêsses acontecimentos e do que aparece no tratamento, tanto às claras quanto simbòlicamente, pode-se proceder a uma orientação pedagógica em relação aos pais, aprovando e louvando o que já está certo e indagando se mais êste ou aquêlê processo não seria talvez mais útil para o caso.

— Assim, em casos de alunos com problemas de rendimento escolar temos procurado saber se a criança possui em casa uma escrivaninha, por pequena que seja, onde possa, num aposento tranquilo, estudar atenta e guardar zelosamente seus pertences. Aí reside grande parte do problema escolar e já não nos surpreendemos ao saber que o menino trabalha na sala-de-estar ou de visita ou no quarto dos pais e põe os livros no guarda-roupa e outros móveis.

E é preferível que cada criança tenha o seu móvel. Há escrivaninhas muito práticas pelas pequenas dimensões, ocupando reduzido espaço, mesmo porque, não estando em uso, o tampo se fecha para cima, encerrando um volume-útil onde, momentaneamente podem ser guardados os instrumentos de uma tarefa interrompida, se fôr o caso.

O "clima do lar" é da maior importância. Há pais que se habituaram, às vêzes desde o namôro, a um tipo de relação-humana sado-masoquista e já nem se dão conta que assim o procedem e muito menos que podem estar afetando emotivamente a um ou a todos os filhos com suas habituais querelas.

— Temos visto até em alunos do curso Científico o clima instável do lar causar as mais nefastas conseqüências sôbre os estudos dos filhos e incluso sôbre o desejo de viver. A bem dizer todos os projetos caem por terra, minados por uma insegurança generalizada ao ponto de se verem incapacitados incluso a tomarem a iniciativa de mudar de ambiente, mesmo havendo possibilidades materiais para isso. Naturalmente que a incapacidade é de origem emotiva e faz parte do quadro geral imaturo das vítimas dêsse ambiente.

Uma frieza emotiva ou uma densificação de afeto no lar, ambas são perniciosas para o desenvolvimento sadio da prole. Excessiva técnica nas relações humanas, já cheira a artificialismo, a dificulda-

de de contato, a rigidez. O desamor sôbre um temperamento predisposto, pode gerar incluso a esquizofrenia.

Em Orientação Educacional é comum que a criança ou o adolescente tragam êles-mesmos o seu problema ao gabinete ou, quando menos os sintomas que nos levam à problemática. Aí já se torna aparentemente bastante mais fácil, pois já contamos no início com a boa disposição do paciente em encarar a situação. É quando deparamos por vêzes com a resistência dos pais que não se apercebem que, o que o filho alega, é motivo suficiente para ser considerado problema, digno de ser tratado.

Werner Wolf, referindo-se à oportunidade do tratamento declara que "usualmente, tem-se que esperar a que os transtornos causados pelo meio ambiente ou os sofrimentos internos do paciente cheguem a ser tão grandes que façam quase impossível o manutenção da situação, antes de que o enfermo esteja disposto a aceitar consêlho e tratamento e se decida a cooperar com o terapeuta". Diga-se o mesmo em relação ao paciente, isto é, muitas vêzes o rapaz está desejoso de tratar-se mas os pais não percebem a situação; ou são os pais que vêm que algo anda mal com o filho mas êste crê que os pais exageram. É que não chegou ainda o momento oportuno de que **todos** sintam, principalmente o paciente que o tratamento urge.

— Temos o caso de um adolescente que, enquanto não chegou ao ponto de alterar grosseiramente as notas mensais das sabatinas e reincidir na falta, sem aparentar nenhuma preocupação, antes disso não era encarado praticamente como o problema. Servia, isto sim, de motivo de prolongados comentários mais como pretexto de contato social e de motivo de destaque, pela mediocridade de seu comportamento, já que não podia ser citado como exemplo positivo, como filho mais velho de um casal cujo espôso orgulha-se de ter feito uma brilhante carreira por seu próprio esforço e cuja espôsa como oriunda de família tradicional, também galgou posição de destaque nas artes e letras do seu ambiente.

Anamnese

Székelly transforma em lei fundamental de todo o tratamento terapêutico a investigação do ambiente — como fator psicológico e econômico — trabalho que antecede aos dados referentes ao enfermo.

E acrescenta que uma anamnese perfeita pode ser considerada já quase como uma análise perfeita. Esclarece êle: "anamnese quer dizer: antecedentes da enfermidade, mas, neste caso também, história da vida da criança".

Êste autor apresenta um modelo de anamnese que é bastante detalhado e que sobretudo se expande na parte referente à família e ao ambiente social.

Por outro lado Edward A. Strecker (Manual de Psiquiatria Clí-

nica Moderna, Cap. V) quando se refere aos métodos de exame, dá-nos outro modelo de anamnese a que afetuem alguns acréscimos que nos parecem oportunos. Este modelo foi seguido por Grünspun (Rev. Psicologia Normal e Patológica Ano V n.º 1-2) e possivelmente combinado com o de Strecker.

(Assim, após a data, vem um espaço no papel para anotar-se o resumo do Motivo da Consulta). Achamos que resulta da maior utilidade que um relato livre venha em primeiro lugar para dar oportunidade ao consulente que descarregue tôdas as preocupações, e diga tudo o que observou no caso, mesmo que nisto seja por demais subjetivo. Só assim poderá ser mais objetivo quando induzido a contestar as perguntas formuladas depois pelo terapeuta e que se referem a: enfermidade atual, antecedentes pessoais, antecedentes familiares e os dados gerais — nome, filiação, etc. — ficariam para o fim.

Grünspun aconselha que o paciente não assista a primeira entrevista, embora reconheça êle que autores há que não sejam do mesmo parecer, opinando pela produção de um choque psicológico. Indica que geralmente deveria ser a mãe do paciente, o primeiro adjuvito a ser entrevistado e isto porque ela poderia fornecer maiores e mais detalhadas informações relativas aos antecedentes pessoais do pequeno paciente.

Anota-se o que é dito ou grava-se, valorizando o tema, permitindo que o assunto seja reestudado quando necessário.

Tratando-se de um contato pessoal com alguém que geralmente é da família do paciente, pode-se desde já ir analisando, embora parcialmente, "as atitudes, o comportamento e o colorido emocional que dão ao se queixarem". "Muitas vezes, previne Grünspun, são êles mesmos a etiologia dos distúrbios infantís".

Quanto ao processo psicológico dessa entrevista o autor recomenda que "deverão ser conduzidas essas entrevistas com naturalidade e desenvolver-se espontaneamente. Jamais deve-se dar a impressão de inquérito enfadonho, policial e frio. Por essa razão não se pretenderá esgotar o assunto de uma só vez".

"O terapeuta deverá ser objetivo, sem manifestar opiniões nem orientar a queixa, quer aprovando, quer reprovando os fatos relatados".

Também, recomenda-se não interromper o narrador e, no caso de que êle fale muito rapidamente, convém anotar depois do relato.

"A narração da queixa pode demorar dez minutos, uma sessão inteira ou mais de uma sessão", previne Grünspun. Incluso pode acontecer o que o orientador prof. Pedro Balázs disse que lhe ocorreu no gabinete de orientação: um paciente que chegou, pediu licença, sentou-se, começou a falar, daí a meia-hora terminou, levantou-se, agradeceu e foi-se embora. Seria o caso de uma simples catarse terapêutica, de cujo valor também não poderíamos duvidar.

Uma sugestão oral pode partir de quem anota, no sentido de que, o consulente inicie o relato e que pode ser: — Qual o motivo

que lhe traz a esta consulta? Ou então: — Em que lhe posso ser útil, meu senhor, ou minha senhora?

Strecker recomenda que neste primeiro relato referente ao motivo da consulta, a respeito da história da enfermidade atual, seja indagado como se deu o início da enfermidade: se foi abruptamente que surgiu, ou se o foi de modo gradativo; se existiu porventura um trauma emocional anterior na vida do paciente, o que pode ter influido de alguma forma no desencadeamento posterior do caso.

Na parte referente aos antecedentes pessoais inicia-se com uma indagação a respeito do nascimento. Seria bom saber, como sugere Kanner (citado por Grünspun) como sentiu-se a mãe quando soube que ia ter um filho, e lembra que podem surgir respostas bem expressivas. Como transcorreu a gestação e finalmente o próprio nascimento, seria também ótimo saber. Inclusive se a mãe não souber dizer, algo a respeito, já estamos frente a um recalque ou desinteresse.

Haim Grünspun e Thereza Bordas, estudando "a Anamnese em psiquiatria infantil" (Rev. Psicologia V — n.º 1-2) desenvolvem muito bem o tema, apresentando várias situações possíveis e assim, em relação ao crescimento, sugerem seja indagado a respeito: do sono da criança, sua alimentação, a idade em que caminhou, em que falou, em que soube controlar os esfíncteres e as manipulações ocorrentes (sucção do polegar, esfregar os olhos, colocar o dedo no nariz, morder os lábios, mão na boca, roer unhas, arrancar os cabelos) e tudo o mais que represente, consciente ou inconscientemente, um distúrbio evolutivo da conduta e com finalidade prazerosa, a quem a pratica.

A escolaridade é setor dos mais importantes porque representa tanto um dos primeiros contatos sociais da criança, quanto sua eficiência intelectual. Em distúrbios nesse campo há muitas vezes um setor emotivo desatendido. Tanto o aluno de muito alto como o de muito baixo rendimento escolar podem expressar uma problemática particular.

É bom saber em quais matérias o aluno se sai melhor e em quais delas sai pior, habitualmente; ou se houve mudança nesse hábito.

Os alunos que apreciam línguas são por natureza sociáveis. Os que saem melhor em Geografia e História, possuem boa imaginação e geralmente é a Matemática a matéria de menor rendimento. Surge muitas vezes a impressão, tanto de parte do aluno como dos pais, que o rapaz ou a menina "não dão" para esta ou aquela matéria. Entregues a uma simples impressão, certos alunos justificam sua atitude de descaso por determinada matéria.

— Compareceu a meu gabinete de orientação educacional um aluno, declarando que, de a umas semanas àquela parte, vinham baixando em rendimento suas notas, de um modo geral. Ele estudava, isto é, tomava os livros e tentava ler compreendendo, mas não conseguia: sua atenção se via fragmentada por pensamentos que

êle nem mesmo conseguia identificar perfeitamente. Depois de algumas perguntas que não me forneceram a pista, pedi que me contasse um sonho. Através dêle pude ver que algo havia com a família do rapaz. Êle então relatou que os pais já estavam separados há alguns anos porque o pai bebia muito e tornava a vida do lar insuportável. O rapaz havia sido internado numa instituição cujo sistema pedagógico e educativo deixava muito a desejar pois incluía até os castigos físicos para os alunos remissos. Mudara-se após, e tudo andava bem quando se desencadeou a crise de rendimento. Mas, o que o rapaz me revelou que certamente seria a causa da desatenção foi o seguinte: na fase da separação dos pais, êle visitava um e outro, intrigando o pai para a mãe e vice-versa, com o que supunha infantilmente que obtinha a atenção de parte dos dois. Visivelmente emocionado, o aluno confiou-me que se julgava, até então, culpado da separação dos pais. Em poucas palavras pude mostrar-lhe seu comportamento tipicamente infantil e que sua culpa não era tanta como supunha: de um lado não tinha consciência perfeita do mal que causava e, de outro, a separação não se devia exclusivamente à sua intriguinha. Daí em diante o problema de rendimento acabou-se e êle voltou a ser o bom aluno que era.

Há o problema do aluno que falta seguidamente as aulas, seja por que motivo for; o que é sistematicamente auxiliado pelos pais ou por professores particulares. Há o aluno temeroso por ocasião dos exames, como já vimos, mas cujas causas podem ser muitas. Há o aluno inquieto e o excessivamente tímido, sintomas todos que devem ser anotados para o equacionamento do caso, diagnóstico e futuro tratamento.

Trabalhos que aprecia realizar ou os que é obrigado a fazer, como também a respeito de passatempos, coleções ou interesses, convém constar da anamnese. E sobre a sexualidade é sempre bom saber quais as atitudes da criança: se de excessiva curiosidade ou nenhuma. Neste ponto é em que muito se ressen-te ainda a educação do lar em que, por falta de naturalidade, estas questões são contornadas e sua curiosidade mal vista e até mesmo punida, gerando desconfiança, ressentimento e perda da amizade que sempre deveria existir entre os pais e os filhos.

— Em casos de existência de problemas desta ordem, como: falta de ânimo dos pais em fornecerem as oportunas informações de como nascem as crianças, por exemplo, ou de excessiva curiosidade, ou quando na própria ludoterapia surge o tema com certa intensidade, uso dispor os animais, da coleção de brinquedos aos casais, se é que o próprio paciente já não o faz. Sugiro que é uma estância, para fora, que a criação está aumentado; improviso um ninho para a galinha; o ninho pode ser disposto com o peleguihno dentro da caixinha (sceno-test) e os ovos são bolinhas de papel. Dali, comento, sairão os pintinhos. Também abrigo um dos outros animais mamíferos, dizendo que é a mãe que espera filhotes que tem guardados dentro. E enseguida indago se a criança sabe como

nascem as crianças. E, em caso negativo explico que é igual; tudo em tom carinhoso. E a cena prossegue, surgindo pintos, filhotes e o bebê, cercados todos de afeto que, já agora, é maior do que a curiosidade.

Vem depois a sociabilidade para a que tende, normalmente, a criança. Lembra o Dr. Grünspun que "em se tratando de um adolescente que pode apresentar uma esquizofrenia precoce, o que se verifica é que a não adaptação ao grupo precede a inadaptação escolar. Poderíamos considerar que normalmente, a criança deveria já saber brincar em grupo, antes mesmo de entrar para o colégio. É o que nem sempre se dá e convém saber por que razões isto acontece. Muitas vezes são os próprios pais que não se conformam totalmente de ver o próprio filho, nem que seja por momentos, afastado de suas vistas, sem que temam por êles e por sua segurança.

Quanto à saúde, ante qualquer sintoma ou possibilidade de uma cura incompleta de alguma enfermidade anterior, convém recomendar uma visita ao médico para novo exame. Neste ponto, Béla Székely é categórico ao declarar que "sem um exame clínico do paciente, não é conveniente aplicar qualquer processo psíquico". E êle ainda acrescenta que "se enganam os que crêm que a psicologia moderna se ocupa tão somente dos fatores psicológicos, sem levar em conta para nada os fisiológicos", explicando que "não há fenômeno fisiológico que não tenha uma superestrutura psíquica, nem há fenômeno psicológico que não esteja relacionado com a função fisiológica".

De qualquer forma convém anotar que doenças teve o pequeno paciente, a idade em que elas incidiram e a duração que tiveram, bem como as operações a que porventura a criança se tenha submetido.

Vem depois os antecedentes familiares com suas possíveis enfermidades e seu ambiente de relações: casos de maior atração ou repulsão dentro da coletividade do lar e uma indagação sobre o clima predominante que aí reina: se acalmo ou agressivo.

Nas possíveis enfermidades na família, Strecker recomenda indagar a respeito de ocorrência de psicoses, neuroses, alcoolismo, toxicomania, epilepsia ou suicídios.

Ainda no ambiente familiar indago: até que idade dormiu no quarto dos pais. E já não me surpreendo se me informam que o quase-adolescente ainda dorme com êles e que, ao sentir-se particularmente temeroso em dias de temporal, pede para ir para a cama dos pais.

Recomenda Grünspun que, "a respeito dos antecedentes patológicos familiares deve ser feita a pesquisa tanto para a família paterna como para a materna, abrangendo, pelo menos, uma geração ascendente e uma descendente".

Finalmente os dados gerais de identificação que Grünspun coloca em primeiro lugar, na ordem cronológica das informações, consta: nome, idade, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, filiação

do paciente — nome, idade nacionalidade dos pais; a irmandade do paciente, o sexo e a idade de cada um dos irmãos, o enderêço, se têm férias e onde, e a religião da família e se a praticam. Székely ainda indaga: quem enviou a criança ao psicoterapeuta, qual o idioma que falam em casa e quais outros idiomas que a criança fala, eventualmente.

Székely apresenta uma ficha modelo em que ainda constam detalhadas informações a respeito do nível cultural de cada membro da família, da situação econômica do grupo, quem contribui e com quanto, para a manutenção da casa.

Contrôle do caso

Para melhor conhecimento do caso, sendo necessário, convém sejam aplicados testes na criança, o que é preferível que seja feito por outra pessoa que não o terapeuta. As entrevistas periódicas com os pais não só servem para um aconselhamento de como procederem melhor, colaborando com a cura e correção das possíveis atitudes geradoras do problema, mas mantém o terapeuta a par da situação pelo comportamento da criança em casa. Às vezes êsse comportamento pode ser bem diferente, incluso opôsto, ao que se comprova no tratamento.

E sobretudo resulta muito útil redigir um protocolo sintético de cada sessão para melhor controle da dinâmica do caso, incluindo um breve relatório das entrevistas com os pais.

Na entrevista com os pais não é necessário descrever totalmente o que se pasa em cada sessão, mas, em linhas gerais, é bom informar-se como vai o caso em relação com o que é previsto. Algo de imprevisto muitas vezes é bom comunicar, dependendo do grau de colaboração dos pais com o que se saberá o que houve de especial também em casa, muitas vezes correspondente com o sintoma verificado.

— Eis o protocolo da entrevista com a mãe de um menino enurético de sete anos, após o primeiro mês de tratamento e tendo sido comunicado à mãe que, além de ir bem o caso, apresentou curiosidade a respeito do tema sexual: "Declarou que a enurese aumentou, assim como a agressividade. Gosta de ir para o colo da mãe. O menino, ante o fato da mãe tecer um polover para um sócio do pai e outro para o pai, pediu que o fizesse primeiro para êle, menino, provocando estranheza de parte da mãe. Esta dispôs-se a oportunamente, iniciar um tratamento analítico. Declara difícil criar um filho. Sabe que o marido, tendo sido filho único, reclama atenções, como o ter as roupas em cada da cama, em ordem para quando levanta, vestí-las. A mãe ficou satisfeita por ter surgido o problema sexual, fato nunca abordado em casa pelo menino, e sim pelas meninas. (São mais duas).

Êle brinca com os amigos na rua. Pediu para ganhar um revólver que vai ser comprado. Foi sugerido que o comprassem sob con-

dição: no fim do tratamento, quando termine a enurese. Já fizeram isso antes, em relação às botas, o que acabaram comprando por ter o menino que participar de uma festa de São João. Diz a mãe que, atualmente, tudo vai muito bem em casa. As crianças geralmente gostam de discutir. Talvez para imitar os adultos. Isso é tentado evitar. Ao sair, disse que não sabia se a duração da entrevista fôra excessiva. Abaixou-se para apanhar a toalha da mesa que caíra”.

Métodos curativos.

Mais e melhor do que os métodos e os instrumentos utilizados para curar a criança portadora de problema emotivos, deve atuar com maior eficiência, e mais importa, **quem** aplica o método.

Lembra Székely que “a análise de adultos faz-se mediante palavras. A linguagem em si e por si não é o verdadeiro elemento da análise infantil. A ação da criança pelo brinquedo e o desenho substitui amiúde a linguagem da qual a criança não sabe servir-se convenientemente”.

Podemos citar com outros autores que, dependendo da fase que a criança atravessa, assim será o material utilizado. A própria autora do Sceno-test, Dra. Gerdhild von Staabs, recomenda que, por vezes, não seja fornecido, de sua caixa de brinquedos senão aqueles mais adequados à fase emotiva que a criança atravessa no momento.

Achamos particularmente que há fases de tal agressividade que, por todos os motivos, mais conviria que a criança descarregasse com o punching-ball ou brincasse com água ou barro; êstes dois materiais apontados que são como mais adequados a fases de regressão.

Acrescentemos a pintura, especialmente a que é feita com os dedos. O próprio brinquedo com areia causa especial prazer à criança, prazer que às vezes se acha oculto por um excesso de cuidados em não sujar-se.

Ainda para a fase agressiva, Aidyl Macedo de Queiroz e Ana Poppovic mencionam o uso de objetos de madeira: martelo, bolas, revólver, espadas, carros, aviões e até mesmo instrumentos: tambor, corneta, apito, etc.

O Sceno-test, com o que mais tenho lidado, consta de uma caixa de madeira, contendo objetos padronizados assim distribuídos:

A — Bonecos flexíveis de 7 a 15 cm. de altura, perfazendo uma família completa e vestidos de maneiras diferentes, desde os avós até a criança de colo.

B — Blocos de construção — feitos de madeira e coloridos nas cores: azul, verde, vermelho e amarelo.

C — Acessórios suplementares:

a) Animais: vaca, jacaré, raposa, ganso, cachorro, cegonha, porco grande e pequeno, galinha, pintinhos, passarinho e macaco.

- b) Figuras simbólicas: Boneco de neve, Anjo, Duende.
- c) Árvores e plantas: Pinheiro de Natal, cipreste, macieira, árvore globosa (carvalho), árvore alta (álamo), três canteiros de flôres, flôres isoladas.
- d) Objetos de uso diário: Cadeira, cadeira preguiçosa, poste de anúncios, privada, urinol, tina de lavar roupa, balde de leite, pá (ou colher), toalha, frutas, peleguinho, disco de vidro vermelho, louça, copos, pratos, mamadeira.

O paciente trabalha com campo limitado, isto é, com a cena dentro da tampa da caixa. Isto tem por finalidade conferir "maior standardização dos resultados, segundo diz a autora, e permitir a reprodução fotográfica das cenas".

O teste serve tanto para criança, como para adolescentes e mesmo para adultos. Tanto uns como outros são convidados a armar alguma coisa, com toda a liberdade, na área limitada da tampa.

Diferentes serão as atitudes iniciais do psicoterapeuta, de acordo com o temperamento do paciente. Para as crianças sabidamente tímidas pode-se previamente fazer como se estivesse guardando os objetos para o que, em certo momento, e como que casualmente, pede-se a colaboração do paciente.

Para a avaliação de cada cena "deve-se observar qual a preferência do paciente pelo material (mais objetos, mais construção, mais bonecos).

Incluso, dentre os bonecos, nota-se quais os preferidos e quais os rejeitados. A quantidade do material usado também se verifica.

A inteligibilidade, seguimento, expressividade e dinamismo da cena, darão o nível intelectual dos pacientes, embora uma grande inibição educativa, nas primeiras sessões, possa mascarar o verdadeiro quociente, oculto sob a rigidez e a limitação.

Temperamento, aptidões técnicas ou artísticas, o próprio caráter resultante da educação, podem ir se evidenciando no transcurso do tratamento.

A Dra. von Saabs diz que a cena pode:

- a- ou corresponder a uma experiência real do Sujeito,
- b) ou não corresponder a uma experiência real, expressando suas vivências interiores, como desejos, medos, etc...

Na ludoterapia, Queiroz e Poppovic destacam as fases: de "Contato" em que "a criança é apresentada ao ambiente sendo-lhes explicado em termos simples a ampla possibilidade de ação que gozará nas suas atividades e a plena aceitação que terá na situação terapêutica". E acrescentam que "as limitações são explicadas à criança à medida que surgem as necessidades; sendo o mais restritas possíveis, abrangendo apenas: tempo de sessão, agressão pessoal ao terapeuta, a depredação do mobiliário e da casa", alertam que "a presença dos pais na sala só é permitida em casos extremos em que houver conflito de iniciação, dando-se antes orientação aos pais quanto ao seu papel estritamente passivo".

Depois viria a fase de "Projeção", quando, "passando a liberar-

se, o paciente revela seus problemas". Começam a aparecer os sinais de regressão às fases anteriores do seu desenvolvimento quando passa a apresentar grande interesse por água, areia, pintura, ao mesmo tempo que usa linguagem infantilizada. É neste período que há possibilidade de precisão diagnóstica devido aos melhores dados obtidos sobre os problemas da criança.

O papel do terapeuta torna-se então "mais ativo, encaminhando e incentivando o jogo". Embora siga sempre de pé a recomendação de uma atitude permanentemente compreensiva. A interpretação, para a criança, seria feita sob a forma de reafirmações das palavras e dos atos, cuidando-se que isto não se transforme num arremêdo.

Alguma que outra pergunta posterior precipitará maiores esclarecimentos como:

— Tu estás nesta cena? E, em caso afirmativo: — Destas pessoas, quem és tu? Mesmo em caso negativo se poderia arriscar: — Mas, e não gostarias de estar nessa cena? ou: — Mas, se estivesses nessa cena, quem serias? É preciso cuidado pois a criança, muitas vezes, identifica-se até com um animal. Ou mesmo não se identifica com ninguém e apenas aponta o lugar onde gostaria de estar.

A terceira fase seria a de "Construção" que "se inicia quando a criança, liberada de suas tensões, vai vagarosamente cristalizando uma compreensão de seus problemas através de estímulos próprios da fase(jogos construtivos). Ao contrário dos autores citados, prefiro dizer, que apesar de nesta fase haver brinquedos construtivos, eles podem terminar agressivamente, com uma destruição violenta, sem que se possa descaracterizar a fase. Quero dizer que as fases também podem se apresentar entremescladas, o que é o caso deste exemplo:

4.^a sessão — menino de 6 anos com dificuldade em ficar só no colégio. "Estrepitosamente colocou peças em cena e foi construindo uma ponte, a começar pela esquerda, percorrendo toda a frente em ângulo ligeiramente oblíquo com o anteparo. Fêz andarem por ela: a barata e o auto, da direita para a esquerda. Depois devolveu os veículos à caixa, percorrendo o trajeto contrário. Sempre sem falar (apenas no início dissera o que faria), construiu duas garages: em cada uma pôs um auto, mais o porco dentro de um auto e tentou colocar o galo no outro. Afinal o galo foi posto sobre uma garage e o porco sobre a outra. Surgiu a vaca e destruiu tudo. Pedras e barata foram lançadas ao chão com aparência proposital. Brincou de colisão entre os dois veículos, fora da cena, na frente dela".

Já no caso da técnica adleriana da psicologia do indivíduo, Béla Székely divide o tratamento em três etapas que, segundo diz, naturalmente às vezes se confundem. Estas etapas são: 1) descarga; 2) alento e 3) carga. E explica: — "A tarefa de **descarregar** inclui a tentativa de reduzir a gravidade ao problema. Na maioria dos casos, as crianças levadas ao consultório mostram algum sintoma grave

ou um determinado defeito de caráter. E os pais mesmos levados pelo carinho, tendem sempre a aumentar o defeito". Assim, cita êle, "em certo caso que nos foi trazido um menino por ter cometido o "delito" de um furto insignificante, foi evidente o alívio dêle quando, com tôda a tranquilidade, sorrindo e com um gesto adequado, reduzindo importância do assunto, dissemos: — "Não é coisa grave. Não falaremos mais do assunto". No mesmo instante o menino modificou-se completamente; havia-se estabelecido o contato e se havia realizado assim o primeiro grande passo na tarefa terapêutica da descarga".

"A segunda fase do tratamento consiste em **alentar**, prossegue Székély. Tôda a criança levada ao consultório é, no instante de ser apresentada, um ser profundamente desalentado, deprimido e desgraçado. Algumas palavras de elogio e de aprovação conseguem amiúdo dissolver êsse abatimento momentâneo". O que, declara adiante, é complementado com as tarefas que o paciente vai conseguindo realizar com êxito na vida, acompanhando oportunamente por palavras elogiosos, ao início, para depois encontrar por si o justo prazer de ter realizado com sucesso algo que se lhe confiou.

E prossegue: — "Simultâneamente com o trabalho de alentar se inicia a **carga**. Apresentamos à criança missões a cumprir. Levamos-lhe a usar faculdades e energias, apresentando-lhe cada vez novas tarefas. Estas, desde logo, não são de índole artificial, senão que se acham estreitamente relacionadas com a vida quotidiana; trata-se, definitivamente, de tarefas que se referem imediatamente à adaptação ao meio ambiente".

Há depois o que poderíamos considerar como técnica psicopedagógica, através de palestras, em posição analítica, hora marcada e duração não além de meia hora e não ultrapassando de duas vezes por semana, como base.

Geralmente dão-se bem com esta técnica os adolescentes que têm facilidade para conversar e demonstram nos primeiros contatos uma boa transferência. — O paciente discorrendo livremente sobre sua vida, seus problemas, seus acontecimentos passados, presentes e futuros, seus atos conscientes ou inconscientes e seus sonhos. E, oportunamente, vão surgindo as interpretações mais fiéis que, de preferência, por indução, o próprio paciente é que deduz da linguagem dos acontecimentos. Em vez de conselhos que roubariam ao mocinho a responsabilidade de deduzir, de acertar ou errar por si, o terapeuta, quando lhe parecer oportuno, pede ao cliente que considere melhor determinada passagem: que diga o que é que acha desta ou daquela atitude que teve e o que faria atualmente, se fôsse dado viver a mesma situação.

De um modo geral podemos dizer que tôdas as técnicas e teorias aplicadas à psicoterapia podem ajudar a resolver os problemas em pauta, desde que aplicados com oportunidade e no grau adequado.

Assim, se através do relato de um sonho pudermos perceber

psicanaliticamente uma tendência inconsciente do paciente refiro que esta descoberta sirva antes de hipótese de trabalho do que de imediata interpretação dos mecanismos íntimos do psiquismo.

Haverá assim maior consideração com o grau de maturidade do paciente para aceitar sua realidade psicológica. O terapeuta poderá trabalhar com maior segurança, admitindo como compatíveis, tanto a técnica psicanalítica que informa sobre o possível dinamismo íntimo contido nos sonhos, quanto os mesmos sonhos, vistos pelo prisma adleriano permitirão perceber qual a forma de superação da criança frente à vida.

O que se diga em relação aos sonhos, vale na apresentação de recordações, desenhos, cenas construídas, jogos improvisados.

Uma eventual interpretação, cuja oportunidade estará na percepção intuitiva do terapeuta, terá o valor de "maças de ouro em cestinhas de prata", segundo a expressão poética de Salomão.

Quero me referir agora à psicoterapia de grupo em cuja prática, embora brevemente, incursionei através do psicodrama e que pareceu bastante oportuno e prático para estudantes adolescentes.

O já citado dr. Haim Grünspon e mais um grupo de psicólogas assistentes, numa breve monografia a respeito da psicoterapia infantil pelo grupo, relata um conjunto de experiências em cinco anos de investigações com diferentes técnicas psicoterápicas infantis. Organizam grupos constituídos de pacientes formados segundo a semelhança da necessidade terapêutica, ou seja: necessidade de regressão, necessidade de rivalidade e necessidade de construção ou de dramatização. "Estas necessidades na psicoterapia traduzem-se, diz êle, por atividades regressivas, agressivas, de rivalidade e construção".

Acrescenta que "fazem-se poucas interpretações e essas são dirigidas mais ao grupo que aos elementos. É sobre a periferia que a atuação do terapeuta é mais necessária. Os elementos novos do grupo colocam-se, em geral, na periferia. Os grupos são abertos e a terapia de um paciente pode ser realizada passando êle por vários grupos.

Os grupos mantêm sempre uma atividade livre, usando materiais lúdicos diferentes, destinados às diversas atividades fundamentais. A equipe de trabalho em grupo é constituída por um psiquiatra, um psicólogo clínico, psicoterapeutas ativos e um observador".

Didier Anzieu, referindo-se ao psicodrama analítico da criança, diz utilizar um número de uma a quatro crianças no grupo de que participam mais dois "psicodramatistas" (um homem e uma mulher). As crianças devem-se aproximar da homogeneidade em idade, sexo e, se possível, em problemática. Que a diferença de idade não exceda dois anos, entre os participantes. A duração da sessão resulta de sua unidade, extendendo-se através de meia-hora, em média, embora podendo se prolongar ou se reduzindo à duração da cena, como vimos. O espaço deve ser suficientemente a menos de

15 ou 18 m².; mas não deve passar de 60 m², para que os pacientes não se sintam perdidos.

A técnica consiste em representar espontaneamente uma situação real ou imaginária. Todos os pacientes podem escolher uma história e, de comum acordo escolhem qual delas preferem encenar. Distribuem-se os papéis e os psicodramatistas aceitam a sua parte.

Eventualmente pode atuar apenas um terapeuta, mas geralmente os participantes sentem a falta dos que se afastam.

— Numa escola agrícola para nível ginásial ensaiei situações dramáticas em grupo embora não dispusesse de condições ideais de espaço e de colaboradores.

Surgiram temas interessantes da vivência disciplinar, de relações humanas — conflito entre temperamentos — e da realização de projetos profissionais. Numa das vezes eram alunos novos que depararam com a proibição de banhar no açúde da Escola e que na realidade fugiram do inspetor disciplinar, temendo-o. No psicodrama eles conversam tranquilamente com o agente disciplinar e aceitam calmamente as suas razões.

Noutra situação, alunos mais adiantados imaginaram uma viagem de ônibus pelo Brasil, em cuja oportunidade encontram-se casualmente cariocas e paulistas que se põem a discutir sobre as conveniências de encarar a vida por seus respectivos primas: desportistas e brincalhão, um grupo, é sério e cumpridor o outro; não faltou um passageiro temporizador que embarcou nesse meio tempo, tentando conciliar as idéias e arrefecendo os ânimos que já se iam tornando violentos.

Ainda recorro uma empresa que outro grupo formou. Tratava-se de um planejamento agrícola que foi amplamente debatido com dados bastante reais no sentido de fazê-lo funcionar economicamente, sendo consideradas todas as possibilidades e fatores indispensáveis ao sucesso, não faltando nem mesmo a "caseira", que, no caso, era minha esposa, participante eventual do psicodrama como auxiliar.

Queremos nos referir mais detalhadamente à atitude do psicoterapeuta em sua atuação. "A relação entre este e a criança, é, entretanto, e segundo Székely, uma condição prévia do sucesso do tratamento. É o que Adler considera como contato positivo. Lembra Székely: entendemos por "transferência", o transpasso pelo enfermo de todos os seus sentimentos com respeito ao ambiente, ao pai, a mãe, ao mundo, em relação à pessoa do terapeuta. Esse transpasso pode ser positivo ou negativo, pode significar amor e atração, mas também ódio ou repúdio. Por essa transferência pode o psicanalista estabelecer e interpretar a relação do enfermo com seu ambiente. Agora: essa transferência não pode ser perturbada pela ação positiva ou negativa do terapeuta ante os sentimentos da criança. Tem ele que mostrar uma neutralidade em todo o caso não repulsiva frente às explicações amorosas da criança e não deve rechaçar as explosões de cólera deste com idênticas emoções quando a transferência é negativa".

Ainda recomenda o autor: "Tôdas as mudanças na vida da criança devem operar-se de modo que, o quanto possível partam da criança mesma, para o qual, naturalmente, são necessárias habilidade e experiência". Recomenda êle também, ao contrário de Melanie Klein e seguindo o tratamento de Anna Freud, "uma participação plenamente ativa em todo o problema da criança" e diz que sem uma confiança que se deve conquistar ao paciente, como seu aliado, nenhuma terapia pode prosperar. Com isto, vamos podendo emancipar o superego da criança, dos pais, tornando-se independente no sentido analítico. "O superego, que decide sôbre o que está socialmente permitindo e o que não o está, deve ser o representante de uma sã concepção do mundo e não a forma de identificação dos pais neuróticos. O representante dessa sã concepção do mundo passa a ser o próprio analista que constitui o "eu ideal" da criança, lembra Székely.

Simpatia e confiança — amizade, — é o que lembramos que deve existir no clima das relações entre nós e o paciente. De uma forma ideal deve tender para uma neutralidade, essa inter-relação, evitando-se sem dúvida, qualquer atitude de juiz. Com o que evitamos qualquer julgamento prematuro, tomando os fatos, antes como hipóteses de trabalho. E referindo-se mais adiante à "neutralidade benévola" ante os casos que vamos tratar, Székely recomenda um tom tranquilo e amistoso.

Naturalmente que, se a criança persistir numa atitude negativa de colaboração, nada é possível, pelo menos no momento. Cumpre aguardar melhor oportunidade ou entrar no problema por outra porta, tratando inicialmente a pessoa da casa que se encontra mais afetada.

— Tivemos o caso de u'a menina de seus 5 anos que tiranizava a mãe de forma extrema, desde o falecimento do pai; porém que dela não se separava de forma alguma. Foi impossível, de momento, iniciar o tratamento de maneira efetiva, apesar de ter sido permitido à mãe que, nas primeiras sessões permanecesse na sala. Foi então recomendado que primeiramente a mãe se submetesse a uma terapia.

Mas devemos contar com a colaboração dos pais, naturalmente. Nesse sentido Elias Dias Velloso e Vera Castro Silva citam uma observação do Instituto of Juvenile Research que lembra: "Em geral é um desperdício de tempo para uma clínica de Orientação preocupar-se com problemas de crianças cujos pais não podem ser conduzidos a uma atitude de colaboração autêntica". E acrescentam elas que, "a não ser em alguns casos de adolescentes inteligentes, aos quais se pode ajudar a ter para com os pais uma atitude de compreensão".

Também, por outro lado, comentam que "a ansiedade dos pais em que seu filho seja o quanto antes atendido não é considerada razão suficiente para que se deixe de observar a ordem de inscrição". E advertem: — "A experiência demonstrou que, uma vez aliviada essa ansiedade, muitas vêzes os que mais insistem por urgência no tratamento, vem a abandoná-lo tão logo se sentem aliviados, nas

primeiras entrevistas, sem que se tenha chegado a qualquer resultado benéfico para a criança”.

Ainda quanto à linha diferencial do comportamento transferencial da criança no tratamento, destacamos o que lembra Poppovic: “Verifica-se maior facilidade de obtenção de dados e informações em relação à criança menor; maior agressividade é revelada por criança mais desenvolvida. Por outro lado, a transferência é maior em relação ao brinquedo, com a criança pequena; ao passo que essa transferência se dirige mais para o terapeuta, nas crianças maiores.

Psicoterapia do oligofrênico

Queremos transcrever algo do que Haim Grünspon apresenta em interessante trabalho alusivo à psicopedagogia da criança oligofrênica (Rev. de Psicologia Normal e Patológica, Ano V. N.º 3-4).

Esclarece inicialmente o autor: — “Na base da terminologia psicanalítica, diríamos que o oligofrênico apresenta o principal defeito na estrutura do ego, resultando então um defeito do super ego; no entanto o seu id permanece geralmente intacto, idêntico aos indivíduos normais. Consequentemente a êste defeito na organização do ego, êle apresenta falhas nos mecanismos de repressão e inibição, explicáveis pelo fato da função da sublimação ser muito deficiente nestes casos, o que vai causar grandes dificuldades no contacto social e contrôle dos seus impulsos agressivos”.

Referindo-se à psicoterapia, declara: — “A base da psicoterapia para os débeis é a aceitação da criança tal como é, mostrando que ela pode ser amada, pois, tanto quanto a criança normal, o oligofrênico tem necessidade de amor”. E prossegue: “Na psicoterapia, levaremos então o débil à aceitação do seu super-ego. O ego, no entanto, continuará fraco e é nisto precisamente que reside seu defeito fundamental”.

Quando à técnica, o autor declara: “Para os débeis, a técnica interpretativa falha por não conseguir interpretar o ego, devido à sua falta de compreensão. Indica-se então a técnica lúdica, pois se, para a criança normal, é difícil expressar-se por outro modo, para o débil, com maior razão. Inicialmente poder-se-ia fazer uma terapêutica individual, aceitando-se a criança tal que é, para depois passar à psicoterapia do grupo, que é a verdadeiramente útil para a criança, por melhor promover a socialização e ajustamento da criança e também por nos possibilitar uma avaliação das descargas impulsivas, numa situação tão real quanto possível.

O grupo deverá ser constituído na sua absoluta maioria de crianças oligofrênicas, com grande variação de Q.I.; poderá também ter uma criança normal, alguns casos-limite e até imbecís para que se possa criar uma situação de rivalidade.

Ainda acrescenta o autor: “A psicoterapia é um processo demorado e só terá bons resultados se fôr associada à psico-pedagogia. Embora demorado, o tratamento deverá ser contínuo, pois o débil,

tornando-se seguro, sem ter uma suficiente aceitação de seu super-ego, poderá então passar a apresentar traços paranóides e, se não fôr terapêuticamente acompanhado, evoluirá fatalmente para a delinqüência, pela facilidade que encontra em causar sensação”.

Na idade, o autor indica como regra geral para o início de uma psicoterapia para os oligofrênicos, u’a média em tôrno dos 9 aos 12 anos de idade mental. O material mais indicado seria o de resposta amorfa: pintura com os dedos, água, arêia e barro, permitindo a descarga da agressividade. E recomenda também promover-se a psicoterapia dos pais para maior aceitação da criança no ambiente familiar. Esta psicoterapia paterna “deveria ser anterior à da criança para que, incluso os pais, possam aceitar melhor e aperceber-se como sintomas de melhora, as mudanças de comportamento do oligofrênico. Não seria uma psicoterapia profunda, dirigida aos próprios problemas dos pais, mas uma psicoterapia de orientação psicopedagógica”. Previne Grünspun que se trata de processo demorado, a psicoterapia para os débeis, e que os sintomas adquirem comumente caráter cíclico, fazendo-se necessário um retôrno à psicoterapia, cada vez que houver uma reincidência”.

Psicoterapia do delinqüente

O mesmo autor, abordando o tema da criança delinqüente (Rev. de Psicologia Norm. e Pat. ano VI, n. 1-2) refere-se com excelentes recomendações práticas, à sua terapêutica, a qual exige uma reeducação do delinqüente. Através de tratamento diferente o trabalho se encaminha sempre de acôrdo com o diagnóstico de cada caso, sem deixar de lado, antes pelo contrário, tratando em primeiro lugar mesmo, a reeducação das famílias.

E cita Friedlander, em cuja opinião a maior parte dos delinquentes possui um “caráter anti-social” que, ligado aos fatôres ambientais, desencadearia a delinqüência. Recomenda também uma intervenção no bando de que participa o delinqüente, verificando não só quais os tipos de delinqüentes que atuam predominantemente, como que tipos lideram o grupo.

O grupo seria então desmembrado, dando-se a cada categoria o tratamento adequado. Assim, os **débeis** deveriam ser postos em instituição “de tipo escolar com regimem de internato, onde possam adquirir uma profissão que os torne socialmente úteis”. O **neurótico** deve ser encaminhado à psicoterapia em grupo ou individual, sem necessidade de internação, mas com orientação escolar e familiar. Pode-se verificar nestes casos uma ligação a defeitos físicos ou traumas sexuais anteriores, sendo casos facilmente recuperáveis, apesar de uma resistência inicial muito grande e prolongada.

Além dêstes, no bando poderiam ser encontrados elementos pertencentes a **personalidades pre-históricas**, emcujo tratamento haveria um primeiro objetivo que seria a transformação destas personali

dades em neuróticas, recomendando-se lares adotivos como mudança favorável de ambiente, acompanhados de adequada orientação psicológica.

Para as **personalidades psicopáticas delinqüenciais** a tentativa terapêutica deverá ser a psicopedagógica, realizada em instituições especiais destinadas somente a este tipo, com a finalidade de reformar suas personalidades. Ambientes em que se sintam bem, com liberdade inicial absoluta, mas divididas em setores com normas e obrigações a serem obedecidas criando a sensação crescente de uma sociedade.

E há finalmente crianças com **personalidade normal** que participam do bando por "queda casual", necessitando apenas de orientação, após o afastamento do grupo e inclusão a outro grupo normal, seja em colégio ou campo de férias, podendo voltar, após, aos seus lares.

Conclusão

O presente trabalho visou principalmente o tratamento da criança neurótica. Sobre a neurose, recordemos com Székely que: "é uma enfermidade da ausência, da falta de colaboração social. Enquanto o enfermo de alguma afecção orgânica é um enfermo individual, o neurótico é um enfermo social.

E depois, acrescenta ele: a criança, aparte de seu desenvolvimento ontogenético e filogenético, realiza em seu psiquismo também a evolução social que a humanidade levou a cabo em todo o seu desenvolvimento e tanto mais terá que esforçar-se a criança quanto mais evoluída for a sociedade. É por isso que Freud diz: — "Reconheçamos que é fácil ao selvagem permanecer são".

Observa ainda o autor que, das contradições e choques entre os dois fatores, o biológico — os instintos — e o social — este último o mais forte — surgem as neuroses.

Lembra que as definições procedentes de fontes conservadoras ou da interpretação da psicologia profunda, concordam que a característica mais importante da neurose é "a incapacidade de cumprimento, ligada a sofrimentos". Constitui também, de acordo com Freud, um meio honroso de fuga da vida real, especialmente das responsabilidades.

Adler diz que "falamos de neurose quando um afeto se fixa"

Segundo Riggs, na neurose também ocorrem: hipersensibilidade, transtornos relativos ao equilíbrio dos instintos, sugestibilidade e defeitos do caráter; sintomas que são expressões simbólicas dos acontecimentos que originaram a neurose.

O sofrimento serve de castigo, na neurose; castigo pela fuga da responsabilidade, do dever, embora muitas vezes um mal físico, — fenômeno de conversão — venha ajudar honrosamente o enfermo a justificar a sua omissão.

Székely também comprovou pela sua prática clínica que o medo

é verdadeiramente o ponto nuclear de tôda a neurose. E pede que sirvam de guia de atuação as sábias e humanas palavras de Freud: — “O doente sempre tem razão. Isto é, busque-se e sempre se encontrarão razões explicativas concientes — racionalizações — ou ocultas — recalques — em tôda a neurose que é tratada.

Na terapia da neurose infantil, como vimos, o mais importante é a atitude do terapeuta que deve aliar-se à criança, ajudando-a a vencer os seus mêdos, a aceitar a vida e a ser feliz, realizando-se. Mas também o terapêuta procura evitar que seus próprios problemas interfiram negativamente no tratamento.

Com tal propósito o terapêuta, em sua difícil missão, deve ter sua problemática resolvida por uma psicoterapia o mais completa e aprofundada. Sem falar nos excelentes conhecimentos psicanalíticos de que deve estar senhor, sem que seu uso contínuo seja necessário como técnica.

A bondade, a amizade — simpatia e confiança — e a prática, farão o resto, seja qual fôr a técnica e os métodos auxiliares utilizados — o desenho, a escrita, a troca de ambiente, a sugestão, os “tratos” e a eventual hipnose em casos extremos de sintomas por demais importunos.

De qualquer forma, nossa época, mensageira de grandes progressos e imensas descobertas, gera a todo o momento, especialmente na infância hipersensível e assoberbada, ingentes e dolorosos problemas.

Felizmente, no rol das grandes conquistas, entre tantas outras, contamos com a psicoterapia como um dos recursos, socôrro e alívio das tensões do mundo interior.

Recurso que tanto mais útil é, quanto mais sèriamente conscienciosamente é aplicado.

Com o Pontífice (Pio XII demos graças, por vivermos no mundo atual.

————oOo————

A OBRA DE DIONISIO FUERTES ALVAREZ

A divulgação da cultura espanhola e hispano-americana data no Brasil de há muito tempo ao contrário do que supõem alguns estrangeiros chegados não há muito às terras brasileiras.

É justo dizer que um dos valores representativos é o Irmão Marista Dionisio Fuertes Álvarez, catedrático de Língua e Literatura Espanhola e de Literatura Hispano-Americana na Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Tive oportunidade de conhecer tão valioso professor, por intermédio do cônsul da Espanha em dita cidade, num almôço que me foi oferecido pela coletividade espanhola, por ocasião de uma viagem à cidade gaúcha quando fui integrante da banca de concurso de Literatura Hispano-Americana, na Universidade de Pôrto Alegre, sendo candidato à referida disciplina o então professor João Francisco Ferreira, da Universidade do Rio Grande do Sul.

A obra de Don Dionisio Fuertes Alvarez é, por si, extensa e altamente valiosa. Vale a penas relatar algumas das suas obras para o conhecimento dos leitores, nas citadas disciplinas, das quais é professor catedrático.

Na poesia, "Jardín Tropical" e "Tempo Interior".

Nos estudos idiomáticos "Núcleo Mínimo da Expressão Lingüística.

Nos ensaios, "Poesia e Beleza" com o subtítulo de "Consideração sôbre a Poesia Pura".

E finalmente, "Letra y Espíritu Hispánicos", editado em Madrid (Espanha) por intermédio do Instituto de Cultura Hispánica, no ano de 1958.

Como se pode ver, o seu trabalho é respeitável, pois abrange diversos ramos culturais das lêtras, nas quais exerce missão de divulgar, por meio do livro e da cátedra, trabalho de verdadeiro intelectual.

Interessam-nos, principalmente, duas das obras citadas: a que diz respeito à temática e penetração do tema poético e a que enquadra a missão intelectual da cultura peninsular.

"Poesia e Beleza", é um dos livros mais bem pensados sôbre problemas hoje tão debatidos como é a essência da "poesia pura", já que essa especialização entrou de cheio nos grandes problemas da crítica, em particular os que compreenderia à altura os fatores determinados dos fenômenos evolutivos, como um fenômeno da ciência, visto que a poesia também é uma ciência poética que enquadra uma elevação do pensamento por meio das idéias tal como o entenderam os gregos.

"Poesía y Belleza", é um dos trabalhos mais profundos e eruditos, de que tenho referência e sua projeção, se esta obra fôsse mais conhecida nos meios atuais nos quais se debatem tais problemas, haveria alcançado da divulgação precisa, como para ser considerada, estudo in-

dispensável para as estéticas literárias de nosso tempo. Está claro que a interpretação de definição do módulo poético para desenquadrar seu conteúdo sensorial ou afetivo, é sempre um problema, até certo ponto pessoal, não obstante nesta obra haver fatores que conduzam a uma interpretação aceitável, tal se apresentaram tais problemas, na crítica contemporânea.

A outra obra à qual desejo fixar a atenção é “Letra y Espíritu Hispánicos”, porque se ajusta à temática e interpretação da cultura espanhola, particularmente no Brasil. Os assuntos tratados não podem ser mais sugestivos, tais como:

“El concepto de la vida y de la muerte en la conciencia española”

“Gratuidad y finalismo en las obras del hombre hispánico”.

“Individualismo y colectividad en la historia de los pueblos hispánicos”.

“El primado del espíritu en el mundo hispánico”.

“El hidalgo y el sentimiento del honor”.

“El idealismo y el realismo en la literatura y en la vida de los pueblos hispánicos”.

“La hispanidad y la organización del futuro”.

Copiei na íntegra o índice desta obra, porque indica, melhor que qualquer comentário o conteúdo valioso de tão singular produção.

Dionisio Fuertes Alvarez é um dos que aprofundam os problemas que hoje mais do que nunca obrigam-nos a pensar sobre o futuro do espanhol como problema, tanto racial como intelectual, no futuro dos povos hispânicos, já que o Brasil está dentro desta hegemonia racial, tanto pela origem quanto pela cultura. É pois preciso reconhecer os alcances desta obra, lê-la com desapaixionado espírito interpretativo para estar atento aos referidos problemas e saber definir a posição do homem americano, ante tantas idéias e desajustes como hoje preocupam e dividem nossa cultura peninsular e, logicamente, ocidental.

Recomendo, por consequência, esta valiosa e dedutiva obra de um dos mais certos e profundos conhecedores dos problemas da hora presente, com relação à cultura dos povos hispânicos e em substância, da nossa própria raça.

Braulio Sánchez-Sáez

Diário do Povo, 5-7-1964 — São Paulo

A IMAGEM DO HOMEM NA POESIA DE NEJAR

Valério Rohden

A literatura brasileira, que cada vez mais se impõe para além das fronteiras geográficas, está dando provas de amadurecimento interno. Vemo-la hoje ensinada regularmente em diversas universidades européias e traduzida, nas suas obras mais representativas, para quase todas as línguas ocidentais. Na Itália, por exemplo, a um dado momento, os editôres falaram em inflação de livros brasileiros. A nossa literatura revela uma nova força criativa e a encarnação de valores estéticos, humanos, capazes de despertar a consciência do homem de cultura de qualquer país. Sua forma adquire validade objetiva e, sobretudo o seu conteúdo se afasta das meras descrições e regionalismos, para o tema do homem, na sua intimidade e nos seus problemas. Dentro de um ambiente todo seu, com costumes próprios, é o homem narrado na sua luta consigo, com o meio, para se compreender e se transcender, ele é visualizado na sua essencialidade, dando à literatura um caráter universal.

Podemos considerar Carlos Nejar um poeta do humano. "*Sélesis*" (Pôrto Alegre, 1960) e "*Livro de Silbion*" (Id., 1963) são duas obras do mesmo poeta que se completam e se desenvolvem dentro de uma riqueza de forma estética e numa mesma linha problemática que se simplifica e toma profundidade. Ambas são obras de grande maturidade espiritual. Proponho-me, no presente artigo, a um exame do último livro, cujo tema me parece desdobrar-se sobre quatro aspectos essenciais: 1) A realidade do homem; 2) o homem e o mundo; 3) o homem e Deus; 4) a esperança do homem.

1) Nejar apresenta-nos uma visão sombria da realidade humana. Ele tem consciência da crise contemporânea do homem, em meio a uma civilização técnica esquecida do sujeito que a criou, e de um homem que vive o drama do seu desnorteamento com relação a todo valor e transcendência. Dentro de um estilo poético todo seu, o autor aborda os temas da filosofia existencial, como o problema da liberdade, do nada, da angústia, da náusea, do desespero, do absurdo, da revolta, da inquietação metafísica e religiosa. O homem é nada e o nada o consome; ele julga-se livre, mas é prêso às coisas: as coisas o amarram junto a elas. Ele não as compreende; possui apenas consciência da situação trágica de ter nascido, de viver como as coisas e de identificar-se com a própria terra. Ele não encontra sentido para a repetição monótona dos dias. Pergunta-se pelo seu destino: O homem nasceu do vento (e também do homem), mas se sepultou na pedra... "Os homens donde vieram, se o seu destino é de pedra?" Eles são pedras, crianças, relâmpagos, na eternidade que é só

de pedra. O abundante simbolismo da poesia revela um homem confundi-
do com a natureza. O homem não encontra resposta para a sua situa-
ção. A um momento, descrê de qualquer solução para o enigma da
sua condição fundamental. “Nossa é a miséria... a inquietação in-
calculável... em vão lutamos contra os signos. Que nos resta?” Ele
indaga se o homem não é absurdo e sente-se tentado à revolta.

Procuramos no amor uma eventual solução para o nosso enigma;
mas não nos sentimos capazes de amar senão o que somos. Buscamos
nêle um certo esquecimento de nós mesmos ou, à maneira freudiana,
uma infância que tivemos entre os anjos. É, porém, necessário que
os homens aprendam de novo a linguagem do amor. “Amor. Amor
é terra em que floresço”. “... O amor é uma coisa terrível e é pre-
ciso alimentá-lo todos os dias como um monstro se alimenta de carne
e de fogo”. O amor é um símbolo repetido para expressar a nossa se-
paração do amor. A sua busca torna-se uma obsessão. Vamos ao en-
contro dos homens e do amor e não os encontramos. “Quando encontra-
remos o amor, Silbion?” Procuramos ser compreendidos, mas ninguém
pode amar-nos porque não nos entende.

As experiências negativas possuem um sentido positivo de realiza-
rem o homem. A busca incansável do amor converte-se também na
esperança de construção de uma nova realidade.

O homem concebido por Nejar é um homem racional com aguda
consciência filosófica. Ele pergunta-se pelo seu próprio ser, que são o
amor e a vida. O homem tem o destino de perguntar-se pelo princípio
de tudo, que ele com profundidade adivinha além dos olhos, das raí-
zes, dos sentidos. Vê sempre mais que o simples dado das coisas.
Oferece-nos a mais bela noção da vida:

“Nós estamos na vida e não sabemos
Porque a vida não diz “Estou aqui”
Como um homem que se apresenta
A vida é silenciosa e humilde como a seiva
No íntimo das árvores
A vida é e não sabemos”.

2) O Poeta procura determinar a natureza de cada elemento do
mundo que o cerca. Tenta definir o inferno, o rio, as ruas, a noite,
o mar... A terra constitui-se para ele de penumbra, de silêncio; é
áspera, é sombria, é vazia, é muda, é surda. Não obstante, vence essa
visão negativa e descobre a cada passo aspetos positivos, em que do-
mina um sentido de beleza: O vento levou as águas... as pedras...
as noites... mas ficaram as estrêlas.

Buscamos as coisas por não poder separar-nos jamais inteiramen-
te delas e porque elas nos manifestam uma transcendência. Debruçamo-
nos sobre elas para encontrar em seu fundo a fonte que nos sacie.
“As coisas existem além delas”; e por isso elas não nos bastam em si
mesmas. Nosso ideal é penetrar a substância que as anima. O homem
busca a todo o preço um sentido. Ele necessita-o para viver. Por essa
razão acha-se sempre a perguntar e a contemplar: Destino do homem
de “completar o princípio do mundo nos olhos, nas raízes...” E a trans-

condência se revela: "Cheguei a contemplar lá onde os rios não chegam e as florestas não cantam". É preciso contemplar sempre: "Silbion, contempla os astros; se os astros não existem, contempla-os da mesma forma". A um dado momento temos a impressão de que as coisas também pensam em nós e nos observam.

Carlos Nejar propicia um autêntico diálogo do homem com o mundo da natureza. O seu personagem está cansado do egocentrismo dos homens. Quer então ficar só; e viverá além de si, nas árvores, nas pedras... O Poeta enche de dinamismo o seu mundo e o adorna com a sua imaginação: No princípio do mundo, só havia o caos. Era imóvel como um deus morto com saudade de si mesmo. Mas eis que "súbitamente o caos tornou-se um pássaro gigante de plumas líquidas".

3) Trata-se, por outro lado, de uma poesia de profunda inquietação religiosa. O poeta encontra-se insatisfeito e em luta com a sua fé tradicional. A sua atitude espiritual assume momentos de tal tragicidade que faz pensar num Kierkegaard, num Nietzsche, num Camus. O leitor sente-se por isso muitas vezes tentado a entrar em choque com o Autor. Comunica-nos um homem que afirma e que nega Deus.

Diz com Nietzsche que "Deus está morto". Mas se trata de um Deus morto aos olhos e no coração do homem de hoje. Deus está morto sim (vide Livro II), mas: nas ruas... nas casas... nas praças... no mundo... na tarde... na manhã... no anoitecer... na chuva... no povo... no grito das montanhas e penhascos... O homem perdeu e abandonou a Deus: "Não venham: Deus está morto, *está só*, no vazio". O próprio Poeta assegura-nos de uma tal interpretação ao afirmar mais adiante No início do mundo, "o caos estava imóvel como um deus morrido com saudade de si mesmo... Deus não estava morto". Com Sartre e outros escritores contemporâneos, Nejar convence-nos que o Absoluto é para o homem um problema ineludível.

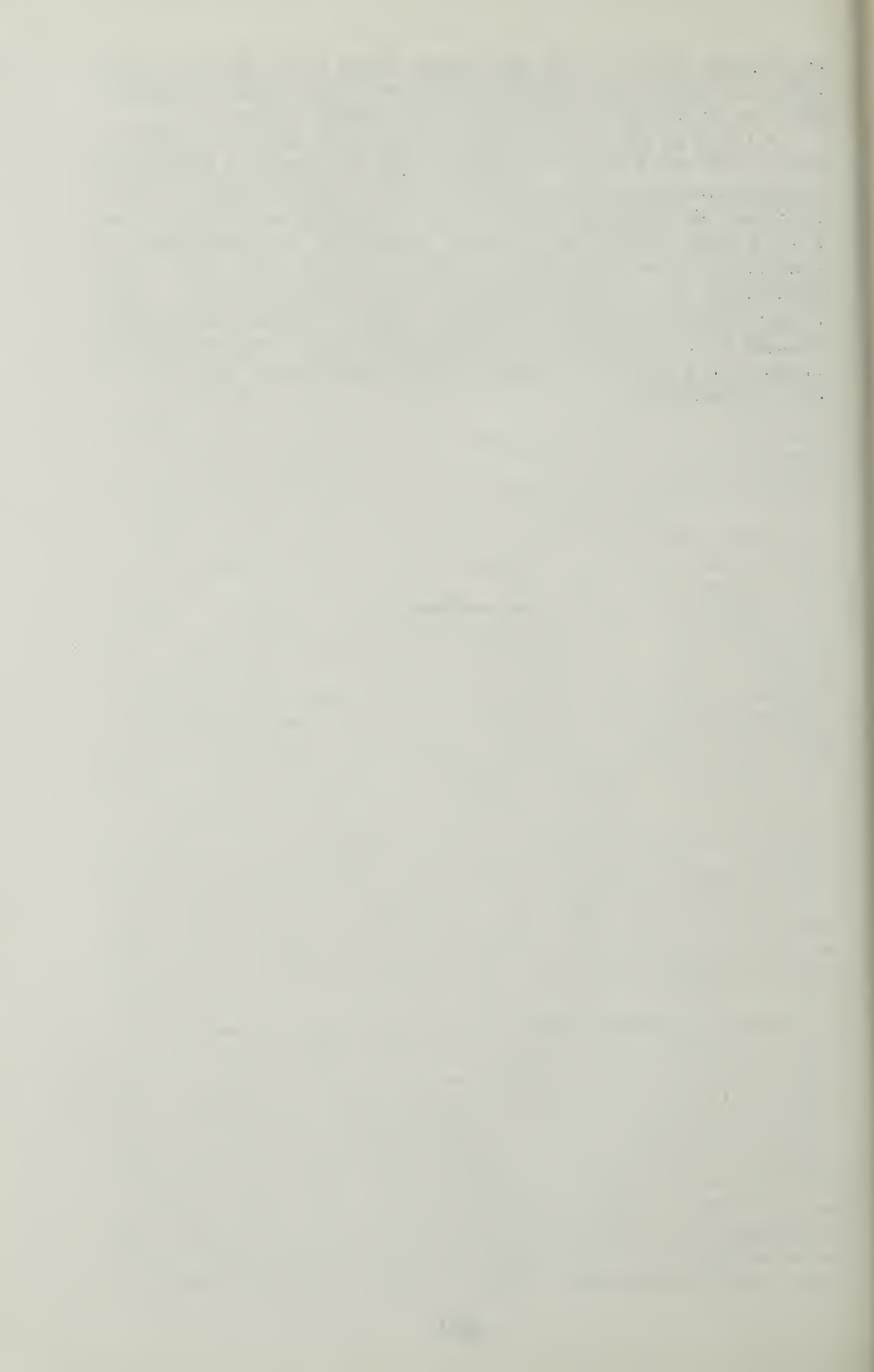
4) Através de todo êsse livro profético se prepara uma esperança. O homem é um deserdado da sorte, um exilado no mundo. Consciente ao extremo da sua situação, começa de novo a crer. As suas experiências negativas não o destroem, mas o fazem antes lançar-se com maior ímpeto à busca de uma felicidade futura. Tem certeza de que algo existe e de que algo pode ser construído: "A vida há de chegar; eu vi a vida..." — diz já no início. E "... Prevejo a construção de um novo tempo."

A poesia de Nejar possui uma especial significação humana. O homem moderno pode encontrar-se através dela. Trata-se de uma poesia, como toda poesia, feita de imagens e, por isso, mais do que toda a filosofia e a ciência, evocadora direta do real. A poesia é desprovida de linguagem técnica especial e, como o expressar-se cotidiano, carrega-se de significação ontológica e de um conhecimento mais originário do seu objeto. O poeta pode ter uma tendência à filosofia ao mesmo tempo que cria as suas imagens. Mas a verdade a que chega não possui o mesmo rigor; e é, no entanto, mais espontânea. É uma verdade que se insinua e se impõe através de metáforas e de comparações. E se acha, como tal, ligada à vida, quase como o estão

as próprias coisas. O poeta que possua aliada à sua aptidão artística uma consciência lúcida pode muito bem *sentir* em si tôda uma situação histórica do homem e transformá-la em palavra poética.

A forma de que Nejar se serve é liberta dos cânones comuns. Encadeia seus versos com a naturalidade que lhe afloram à mente, quase impulsivamente poder-se-ia dizer. Inventa palavras como um perfeito dono da linguagem. Produz sons e acordes. As repetições desagradam muitas vêzes; os paradoxos parecem-se freqüentemente com contradições inaceitáveis. E, no entanto, mesmo elas podem tomar significação num tal tipo de poesia: elas afirmam com maior fôrça negam mais radicalmente e como que ajudam a melhor caracterizar a situação de insegurança do homem contemporâneo. É certamente um progresso que a poesia de Nejar tenda a simplificar-se na medida em que se desenvolve.





**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL**
FUNDADA E MANTIDA PELOS IRMÃOS MARISTAS

Equiparada pelo Decreto n.º 25.794 de 9 de novembro de 1948

A Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. compreende:

I — INSTITUTOS UNIVERSITÁRIOS

- 1 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas —
— Fundada em 1931
- 2 — Faculdade de Filosofia, Fundada em 1940
- 3 — Escola de Serviço Social — Fundada em 1945
- 4 — Faculdade de Direito — Fundada em 1946
- 5 — Faculdade de Odontologia — Fundada em 1953
- 6 — Escola de Engenharia — Fundada em 1959
- 7 — Faculdade de Ciências — Fundada em 1961
- 8 — Escola de Jornalismo — Fundada em 1961

II — INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 1 — Instituto de Psicologia — Fundado em 1953
- 2 — Centro de Pesquisas Econômicas — Fundado
em 1954
- 3 — Curso de Orientação Educacional — Fundado em
1958
- 4 — Instituto de Estudos Políticos e Sociais — Fundado em 1.º
de maio de 1959.
- 5 — Instituto de Cultura Hispânica — incorporado em
1960.
- 6 — Instituto de Física e Matemática — Fundado em 1961.

